



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LARISSA MARINHO DA COSTA

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS NOVOS ESPAÇOS DE
PARTICIPAÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

BELÉM-PA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

LARISSA MARINHO DA COSTA

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS NOVOS ESPAÇOS DE
PARTICIPAÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará para a obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Olinda Rodrigues da Silva.

Belém-PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFPA

Costa, Larissa Marinho da, 1991-

Movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação popular: atuação e organização / Larissa Marinho da Costa. - 2016.

Orientadora: Olinda Rodrigues da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.

1. Movimentos sociais - Pará. 2. Confronto social. 3. Espaços públicos. 4. Participação política. I. Título.

CDD 23. ed. 307.764098115

LARISSA MARINHO DA COSTA

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS NOVOS ESPAÇOS DE
PARTICIPAÇÃO POPULAR: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Serviço Social
dà Universidade Federal do Pará para a
obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora

Dra. Olinda Rodrigues da Silva
Orientadora

Dra. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
Examinadora externa

Dra. Solange Maria Gayoso da Costa
Examinadora interna

Apresentado em:
Conceito:

Belém-PA

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço por este passo importante para a construção de conhecimento e para poder contribuir futuramente com uma sociedade mais digna e justa. Sou grata a Deus por ter me proporcionado este momento e por todas as pessoas que colocou em meu caminho.

Aos meus pais, Rosemary Marinho e Pedro Costa, que estão comigo a todo tempo, sou grata a eles. A minha irmã, Lorena Cecilia, que sempre esteve disposta a me apoiar e permitir que eu utilizasse o computador dela. Amo vocês.

Aos meus companheiros de curso, turma 2014/PPGSS, ficou marcado nesse manuscrito cada discussão, cada aprendizado e todos os momentos que compartilhamos nesse tempo, *turma* vocês fazem parte dessa construção. Em especial minhas amigas Najara Mayla e Thaize Medeiros, sempre dispostas a estarem juntas comigo e a dividir seu conhecimento.

À equipe do Grupo de Estudos GESPLAM que de forma direta e indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho.

Aos professores que se dedicaram na construção do conhecimento tanto da graduação como no mestrado, se desdobrando para trazer um ensino de qualidade que neste país cada vez mais percebemos a dificuldade de isto se materializar. Agradeço em especial a Dr^a Solange Gayoso e Dr. Carlos Alberto Maciel, por todo incentivo.

À professora Msc. Silvana Brito, meu carinho e admiração, pois sempre me motivou a continuar. Agradeço por toda a dedicação dela que como docente dessa universidade teve comprometimento com os alunos e comigo no estágio docência, com toda certeza ela fez parte da construção desta dissertação.

Ao João Gomes, militante, amigo e um mestre para mim, que sempre se esteve disposto a colaborar com a construção deste trabalho, meu agradecimento especial.

À minha orientadora Dr^a Olinda Rodrigues, minha gratidão por me encorajar desde o início minha trajetória acadêmica, e dedicação em me fazer avançar. Para ela minha sincera admiração.

E aos conselheiros e conselheiras do Conselho Estadual das Cidades do Pará, do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém, do Conselho Municipal de Transporte de Belém, aos membros do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana da Região Metropolitana de Belém, e a todos os funcionários que me receberam e possibilitaram o aprendizado e a realização desta pesquisa.

*“Há hora de somar. E hora de dividir.
Há tempo de esperar. E tempo de decidir.
Tempos de resistir. Tempos de explodir.
Tempo de criar asas, romper as cascas. Porque é
tempo de partir.
[...]
Tempos de dizer:
Não mais em nosso nome!
Se não pode se vestir com nossos sonhos
Não fale em nosso nome.
[...]
Diante da injustiça e da mentira.
É tempo de lutar
[...]
Tempos de criar, tempos de escolher.
Tempos de plantar os tempos que iremos colher.
[...]
É tempo de rebeldia.
São tempos de rebelião.
É tempo de dissidência.
Já é tempo dos corações pularem fora do peito.
Em passeata, em multidão.
Porque é tempo de dissidência
É tempo de revolução”*

*(Dissidência ou a arte de dissidiar- Por Mauro
Iasi)*

RESUMO

O desenvolvimento do capitalismo traz consigo uma necessidade de organização da sociedade civil pelo seu inconformismo com a situação econômica, política e social vivenciada. E assim, as lutas sociais se intensificam no século XX nas décadas de 1970 e 1980, tendo como sujeitos importantes desse processo os movimentos sociais urbanos. Com a redemocratização do país se cria novos espaços de participação (Fóruns, Conferências, Conselhos, entre outros), nos quais os movimentos sociais urbanos são inseridos como principal “voz” da população com menor poder aquisitivo. Neste sentido, esta pesquisa objetivou analisar a atuação e organização dos movimentos sociais urbanos em Belém/PA na atualidade (2003-2013) nos espaços dos Fóruns, Conferências e Conselhos relacionados às Políticas Urbanas. Realizado por meio do método Materialista Histórico-Dialético, em uma pesquisa descritiva e explicativa, e uma abordagem qualitativa, para tanto foi dividida em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, seguida pela análise e o tratamento dos dados. Apresentamos nas discussões deste trabalho autores clássicos e contemporâneos que tratam sobre o tema pesquisado, dentre eles, podemos dar destaque os sociólogos Manuel Castells e Jean Lojkin, assim como os estudos de Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren e Ermínia Maricato. Na análise de documentos foram consultados relatórios, atas e, frequências das reuniões dos espaços de participação analisados. Para a pesquisa de campo, foi utilizada como instrumento a observação-participante nas reuniões dos espaços em funcionamento, a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com os representantes dos movimentos sociais urbanos articulados nas conferências, nos conselhos e fóruns atuantes em Belém no período investigado, e relatos de experiências com sujeitos representativos entre os escolhidos para as entrevistas. Tivemos como principal resultado que a atuação e a organização dos movimentos sociais urbanos na atualidade tem sido nos espaços das conferências, dos conselhos e dos fóruns. Mas também concluímos que há um enfraquecimento nas lutas desses sujeitos políticos coletivos, bem como as mobilizações de rua. E também podemos verificar que os principais avanços dos movimentos sociais urbanos estão relacionados à política da habitação.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais Urbanos; Espaços de participação; Lutas sociais.

ABSTRACT

Capitalism development brings within it a necessity for organizing civil society by their dissatisfaction with the economic, political and social situation experienced. And thus, the social struggles are intensified in twentieth century in the 1970s and 1980s, having as major subjects of this process the urban social movements. With the country's redemocratization, it is created new spaces for participation (Forums, Conferences, Councils, among others), in which the urban social movements are inserted as main "voice" of the people with lower income. In this sense, this research aimed to analyze the operation and organization of urban social movements in Belém/PA nowadays (2003-2013) in the spaces of Forums, Conferences and Councils related to Urban Policies. Accomplished by means of the Materialist Historical and Dialectical Method, in a descriptive and explanatory research; and a qualitative approach, therefore was divided into bibliographical, documentary and field research, followed by data analysis and processing. It is showed in the discussions of this research classical and contemporary authors that deal with the theme researched, among them, it can be highlighted the sociologists Manuel Castells and Jean Lojkine, as well as the studies of Maria da Glória Gohn, Ilse Scherer-Warren and Ermínia Maricato. In the documental analysis were consulted reports, records and, meeting frequencies of the spaces of participation analyzed. For the field research, it was used as instrument the participating-observation in the meetings of the working spaces, the appliance of semi-structured interviews with representatives of the articulated urban social movements in active conferences, in councils and forums in Belém during the investigated period, and reports of experiences with representative subjects among the chosen for interviews. This research had as main result that the operation and the organization of urban social movements nowadays have been in the spaces of conferences, councils and forums. But it was also concluded that there is a weakening in the struggles of these collective political subjects, as well as street protests. And also it can be seen that the main advances of urban social movements are related to housing policy.

KEYWORDS: Urban Social Movements, Spaces for Participation, Social Struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma das Políticas Públicas.....	107
Figura 2 - Quadro de analfabetismo em Belém.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fórum Estadual de Reforma Urbana	64
Quadro 2 - Funcionamento do conselho de transporte do município de Belém (2005-2012).....	69
Quadro 3 - Resumo das atas do CMHIS	75
Quadro 4 - Movimentos Sociais Urbanos nos espaços de participação.....	87
Quadro 5 - Espaços de participação e movimentos sociais urbanos.....	88
Quadro 6 - Estratégias de luta dos movimentos sociais urbanos em Belém na atualidade....	95
Quadro 7 - Diferença de movimento social e mobilização	98
Quadro 8 - Estratégias para a reorganização dos movimentos sociais urbanos	100
Quadro 9 - Principais resultados dos MSU atualmente (2003-2013).....	102
Quadro 10 - Conquistas dos movimentos sociais urbanos.....	103
Quadro 11 - Documentos utilizados.....	129
Quadro 12 -Documentos do FNURU (adaptado).....	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Déficit Habitacional2000-2013	108
Tabela 2 - Domicílios particulares ocupados e vagos - 2000	108

LISTA DE SIGLAS

A CS F ASSIS – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS
ASCEPA - ASSOCIAÇÃO DE E PARA CEGOS DO PARÁ
AFBEPA - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANPARÁ
AMINEIDA – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ENEIDA DE MORAIS
APPD - ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE PESSOAS DEFICIENTES
AUTEPA/PA – ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DE TRANSPORTE URBANO
BRT – BUS RAPID TRANSIT
CNPJ - CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS
CBB – COMISSÃO DE BAIROS DE BELÉM
CCA – CENTRO COMUNITÁRIO AMAZÔNIA
CMHIS - CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE BELÉM
CMP - CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES
CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CONAN - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
CONCIDADES - CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES
CONCIDADES-PA – CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DO PARÁ
CNC - CONFERÊNCIA NACIONAL DA CIDADE
CONGEB-UNA – CONSELHO GESTOR DA BACIA DO UNA
CF/1988 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DCE-UNAMA – DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNAMA
DIT - DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ENECOS - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL
FECPA - FEDERAÇÃO ESTADUAL DE CENTROS COMUNITÁRIOS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO PARÁ

FEMA-PAC - FÓRUM DE ENTIDADES E MORADORES DE ÁREA DE PROJETOS DO PAC/BELÉM

FEPEM – FEDERAÇÃO ESTADUAL DE ENTIDADES DE MOVIMENTOS

FERU - FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA

FHC - FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FMAP – FÓRUM DE MULHERES DA AMAZÔNIA PARAENSE

FMRU – FÓRUM METROPOLITANO DE REFORMA URBANA

FEMECAM – FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE CENTROS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

FNRU – FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA

FMHIS – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

GMB – GRUPO DE MULHERES BRASILEIRAS

GESPLAM - GESTÃO, PLANEJAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

HIS – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

IAGUA – INSTITUTO AMAZÔNICO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO URBANA E AMBIENTAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

MCIDADES – MINISTÉRIO DAS CIDADES

MCMV – MINHA CASA MINHA VIDA

MSTU – MOVIMENTO DOS SEM TERRA URBANO

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

MSU – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

MLB – MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS

MLT – MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA

MNLM – MOVIMENTOS NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

MLP – MOVIMENTO DE LUTA POPULAR

NMS – “NOVOS” MOVIMENTOS SOCIAIS

ONG’S – ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

PAC – PROGRAMA DE ACELERAMENTO

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PD – PLANO DIRETOR

PDP – PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

PLHIS – PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

PMHIS – PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

RECID – REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

RMB – REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

SEGEP – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

SEHAB – SECRETARIA DE HABITAÇÃO

SEMOB – SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA DE BELÉM

SNHIS – SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SINTSEP-PA – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO PARÁ

SINTRAM – SINDICATO DOS TRABALHADORES RODOVIÁRIOS DE ANANINDEUA E MARITUBA

SDDH – SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

UNMP – UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR

UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UM PROCESSO HISTÓRICO NO BRASIL (1970-1990)	22
1.1 LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS (1970-1990).....	27
1.2 – NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS FÓRUNS, CONFERÊNCIAS E CONSELHOS.....	39
1.2.1 Fóruns, Conferências e Conselhos nas políticas urbanas	45
1.2.2 Atuação dos movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação: mobilização x movimentos sociais	49
2 – PROCESSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DE BELÉM/PA: CARACTERIZAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO	55
2.1 - ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: PRIMEIROS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM BELÉM-PA.....	57
2.2 – ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM BELÉM ATUALMENTE.....	70
3 – AMPLIAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM BELÉM (2003-2013)	82
3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM BELÉM-PA (2003-2013)	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110

REFERÊNCIAS	116
APÊNDICES	125
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	126
APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	127
ANEXOS	128
ANEXO A: LISTA DE DOCUMENTOS.....	129
ANEXO B: DOCUMENTOS DO FNRU	130
ANEXO C: NOMEAÇÃO DO CMHIS.....	132
ANEXO D: NOMEAÇÃO DO CONCIDADES-PA.....	134
ANEXO E: NOMEAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BELÉM.....	139
ANEXO F: QUADRO DE ANALFABETISMO EM BELÉM	142

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é resultado da dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, que teve por objetivo a análise da atuação e da organização dos movimentos sociais urbanos (MSU) em Belém/PA na atualidade (2003-2013) nos espaços dos fóruns, conferências e conselhos que tratam das políticas urbanas.

O corte temporal foi definido com base na criação do Ministério das Cidades em 2003, e da instituição das Conferências das Cidades no mesmo ano, e como limite da pesquisa temos o ano de 2013, no qual a última Conferência foi realizada. Este período representa o marco da intensificação da criação dos novos espaços de participação nas políticas urbanas em decorrência da institucionalização de um Ministério responsável pela atuação na habitação, no saneamento, no trânsito e mobilidade e, na regularização fundiária.

Para isso, este trabalho teve como parâmetro inicial três hipóteses para a pesquisa, a primeira se refere às transformações da sociedade capitalista nas quais os movimentos sociais urbanos se reconfiguram para tentar responder as contradições da realidade, em um contexto de abertura política pós-Constituição de 1988 espaços de participação são criados e os MSU's se inserem neles e, assim, tem sua atuação e organização voltadas na sua maioria para o planejamento e deliberação das Políticas Públicas.

Na hipótese seguinte mensuramos que as pautas dos movimentos sociais urbanos na atualidade, estas estão majoritariamente destinadas para o “funcionamento” dos novos espaços de participação na gestão democrática. E por fim a terceira hipótese, que se refere às mobilizações e aos movimentos sociais, percebe-se que atualmente as mobilizações continuam em cena, mas também ocorre um enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos; sendo assim a organização da sociedade civil nas mobilizações tem sido sem vínculos diretos com MSU, historicamente construídos.

Para tanto, entendemos que os espaços de participação se configuram como ambientes nos quais a sociedade civil organizada e o poder público, debatem, planejam, deliberam e fiscalizam a respeito das expressões da Questão Social¹. Deste modo, são locais nos quais os movimentos sociais estão inseridos para representar de maneira mais real as demandas da população.

¹ Cf.: IAMAMOTO, 2010.

No que tange a organização popular na cidade, temos que os movimentos sociais urbanos ganham força nas décadas de 1970 e 1980 em decorrência do regime repressor da ditadura, e por um processo de desigualdade que se intensifica, na qual pautas que “pareciam” individuais (a questão da água, do esgotamento sanitário, etc.) tornam-se pautas públicas.

A partir desse momento também há uma organização na luta pela redemocratização do país. “A atuação destes movimentos colocou no debate público a disputa pelos sentidos da cidadania, trazendo uma nova concepção firmada enquanto ‘estratégia política’ para a democratização da sociedade.” (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006, p. 111) (grifo das autoras).

E é nessa conjuntura que há a institucionalização da nova Constituição Federal brasileira em 1988, nessa ocorre a abertura para a participação popular nas decisões públicas, e é nesse contexto que surgem novos espaços de participação (as Conferências e os Conselhos, por exemplo). “Os canais de participação e formulação de políticas públicas em torno aos direitos conquistados co-existiram com políticas federais e locais de desresponsabilização do Estado, implementadas a partir da Reforma do Estado neoliberal que tomou lugar nos anos 90.” (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006, p. 113).

A atual conjuntura traz consigo as transformações e o enfraquecimento das mobilizações de rua e dos movimentos sociais urbanos de maneira geral no cenário nacional. Com base no contexto vivenciado de abertura de espaços de participação e a partir da observação do objeto de estudo percebemos que os MSU’s tem se inserido majoritariamente nos espaços das conferências, dos conselhos e dos fóruns, é nesse sentido que a pesquisa inicia suas análises nesses espaços.

E para compreendermos como se deu esse processo em Belém (*lócus* da pesquisa), foram analisados os seguintes espaços de participação, que na década pesquisada (2003-2013) estão ou estavam mais atuantes, estes são: o *Fórum Metropolitano de Reforma Urbana* (FMRU), o *Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social* (CMHIS), o *Conselho Municipal de Transporte*, o *Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público*, e o *Conselho Estadual das Cidades do Pará* (CONCIDADES-PA).

Sendo que as instituições da sociedade civil organizada estão inseridas em cada um dos espaços, entre os Fóruns analisados temos: no **FMRU** – a Associação Comunitária São Francisco de Assis (ACS F ASSIS), a Associação de Mulheres Eneida de Moraes (AMINEIDA), a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAN), o Centro

Comunitário Amazônia (CCA), o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), o Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), o Movimento dos Sem-Terra Urbanos (MSTU), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a Rede de Educação Cidadã (RECID), e a União Nacional por Moradia Popular (UNMP). E no **Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público** – a Associação de Usuários de Transporte Urbano (AUTEPA-PA), e Movimento de Luta Popular (MLP).

E entre os espaços dos conselhos, atuantes em Belém: o **CMHIS** - Conselho Gestor da Bacia do UNA (CONGEB-UNA), Federação Metropolitana de Centros e Associações de Moradores (FEMECAM), Movimentos Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). O **Conselho Municipal de Transporte** – FEMECAM, Comissão de Bairros de Belém (CBB). E o **CONCIDADES-PA** – FEMECAM, MNLM, UNMP, CONAN, CMP.

Entre os espaços de participação e os representantes dos movimentos sociais urbanos pesquisados, estão presentes três tipos principais de organização: os de Vínculos Associativos, os chamados de Movimentos Gerais e, os pertencentes às Redes de Movimentos.

Os *vínculos associativos*, segundo Santos Junior, Azevedo e Ribeiro (2004), são filiações ou associação a uma organização social, na sua maioria, de bairro, mas também podem ser sindicatos, organizações não-governamentais ou instituições religiosas ou filantrópicas. O que tratamos aqui por *movimentos gerais* se refere aos quatro movimentos nacionais historicamente constituídos na luta pela Reforma Urbana – Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAN), Movimentos Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e União Nacional por Moradia Popular (UNMP). E as *redes de movimentos*, se tratam de organizações da sociedade civil na atuação de objetivos comuns, portanto são movimentos sociais que se articulam para determinado fim, segundo a definição de Scherer-Warren (2008).

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a analisar: como tem sido o processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos nos espaços de participação popular dos Fóruns, Conferência e Conselhos de política urbana atualmente (2003-2013) em Belém/PA? Quais são as estratégias de atuação gestadas por este contexto? Se esta atuação tem sido com um caráter mais ou menos institucionalizado? Quais suas finalidades? E quais são os principais avanços dos movimentos sociais urbanos de Belém?

Para tanto, foi mapeado os movimentos sociais urbanos em Belém que atuam ou atuaram em espaços de participação entre 2003 e 2013; se caracterizou o processo de organização e mobilização dos movimentos sociais urbanos de Belém; pode-se também verificar as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos atualmente; e verificar a atuação e os principais avanços dos movimentos sociais urbanos nos espaços de participação popular (Fóruns, Conferência e Conselhos) atualmente.

Nesse sentido, o caminho metodológico adotado para a execução desta pesquisa foi pautado nos estudos do materialismo histórico-dialético, pois este traz uma análise crítica do real e o estudo da história que para a pesquisa é indispensável para a compreensão da realidade atual, além de que este método nos faz analisar as mediações para chegar ao entendimento da atuação e da organização dos movimentos sociais urbanos nos espaços de participação, chegando à totalidade deste processo, sem esquecer que este é dinâmico, portanto nossas considerações são apreciadas no tempo determinado pela pesquisa.

Trazemos a tradição crítica de Marx, pois esta nos mostra que “[...] o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva [...], a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” (NETTO, 2011, p. 20-21) (grifo do autor).

A investigação teve o caráter descritivo e explicativo; descritivo, pois, esta procurou “[...] conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele [a] se realizam” (RUDIO, 1980, p. 57) (grifo meu), e explicativo, pois, “além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas” (SEVERINO, 2007, p. 123). A escolha foi feita pelo acúmulo a respeito da temática desta pesquisa e, pela intenção de descrever e explicar a atuação e a organização dos movimentos sociais urbanos nos espaços de participação.

E o estudo se trata de uma abordagem qualitativa, pois, para se ter uma análise mais detalhada junto aos sujeitos da pesquisa (movimentos sociais urbanos). Pois, entende-se que nesse tipo de investigação procura-se os fenômenos a partir do posicionamento dos sujeitos da pesquisa que assim possibilita sua análise (NEVES, 1996) ². “A pesquisa qualitativa responde

²

Disponível em:
<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 16/05/2016.

a questões muito particulares. [...] Ou seja, ela trabalha no universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2009, p. 21).

A investigação foi estruturada, quanto a sua operacionalização, em quatro momentos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo; e por fim a análise qualitativa dos dados. Pois, se percebe a importância desses momentos para dar conta do objeto de pesquisa, fases que não ocorrem necessariamente de maneira linear.

A pesquisa bibliográfica esteve presente desde a formulação do problema de pesquisa e em todo o decorrer do trabalho. “Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por pesquisadores e devidamente registrados.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Este momento é fundamental, como destaca Deslandes (2009, p. 36), pois, “[...] precisamos estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação [...]” este foi feito por meio de literaturas (livros, artigos, dissertações e teses) locais, nacionais e, internacionais que fundamentaram o objeto de estudo para apresentarmos as categorias reflexivas do trabalho, para tanto destacamos as principais: movimentos sociais urbanos, participação, espaços de participação e mobilização.

No que se refere à pesquisa documental Gil (2008, p. 51) afirma que “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.” A pesquisa documental se trata, então, “não só de documentos impressos, mas [...] de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.” (SEVERINO, 2007, p. 122-123).

Esta fase da pesquisa foi pautada: em leis, como a CF/1988 e a Lei nº 10.257/01; programas e projetos relacionados à política urbana; relatórios dos movimentos sociais urbanos, das Conferências das Cidades, atas e regimento dos conselhos de Políticas Urbanas de Belém; bem como, jornais e, consulta a sites acerca do tema e outros materiais que contribuíram para o objeto pesquisado.

Então, por meio da análise dos documentos³, se mapeou os MSU's em Belém que atuaram ou atuam nos espaços de participação no período proposto pela pesquisa, este realizado a partir dos documentos levantados nos Fóruns e Conselhos referente às Políticas Urbanas e Conferências das Cidades; a pesquisa documental também contribuiu para a caracterização de como ocorre o processo de organização dos movimentos sociais urbanos

³ Cf.: Anexo A - Lista de documentos utilizados.

nos novos espaços de participação. E para verificar as estratégias atuais de luta dos MSU's, dando suporte para a pesquisa de campo.

E no que se refere à pesquisa de campo, esta se trata de uma “coleta de dados no local onde acontecem os fenômenos” (LUDWIG, 2012, p. 55), e também “consiste em levar para a prática empírica a construção teórica”, no sentido de revogar ou confirmar as hipóteses propostas no momento de construção do objeto e a teoria empregada ao mesmo (MINAYO, 2009, p. 26). “A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador.” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de entrevistas semi-estruturadas, relatos de experiência e observação participante; com os representantes dos movimentos sociais urbanos que mais atuantes no marco temporal da pesquisa no Conselho Municipal de Transporte de Belém, no ConCidade/PA, no CMHIS, no FMRU e no Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público.

As entrevistas foram realizadas a partir do mapeamento feito na pesquisa documental⁴; esta amostra teve um caráter qualitativo, pois se tratou dos movimentos sociais urbanos de Belém que atuam ou atuaram ativamente na construção da cidade nos espaços de participação popular nos anos de 2003 a 2013. E com base nessa amostra das entrevistas foi escolhido três sujeitos (um representante do FMRU, um do Conselho de Transporte e ConCidade/PA, e um do CMHIS e ConCidades/PA) que foi feito o registro do *relato de experiência* no sentido de entendermos como tem sido a atuação e a organização dos movimentos sociais urbanos em Belém dos quais fazem parte.

E por fim, a observação participante, na qual há “relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa” (MINAYO, 2009, p.70), foi realizada em dois períodos. O primeiro (Março de 2012 à Julho de 2013) foi feito através da aproximação desses sujeitos no Estágio Supervisionado⁵, no qual foi possível estar presente em atividades e reuniões do FMRU, do CMHIS, do ConCidades e da 5ª CEC/PA (construção e participação); o segundo período da observação foi realizada na pesquisa de campo deste trabalho (Novembro de 2015 a Janeiro de 2016) nas reuniões dos conselhos do CMHIS e

⁴ Foi possível realizar sete entrevistas.

⁵ Disciplina obrigatória, dividida em três períodos, na grade curricular do Serviço Social da UFPA.

principalmente do ConCidades-PA, pois os demais espaços não se encontravam em funcionamento no momento da pesquisa.

Na pesquisa de campo se verificou as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos atualmente; e principais avanços nos espaços de participação popular (Fóruns, Conferência e Conselhos) entre 2003 e 2013. E também podemos perceber, principalmente nos relatos de experiências, se sua atuação tem sido com um caráter mais ou menos institucionalizado; e perceber se ocorreram avanços nas políticas urbanas a partir da atuação dos movimentos sociais urbanos de Belém.

Para uma análise crítica de tudo que foi construído nesses três momentos descritos (pesquisa bibliográfica, documental e de campo) foi necessário a análise e o tratamento dos dados, neste momento se pode “compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto”. Para tanto foi necessário ordenar os dados, classificá-los, e por fim analisá-los (MINAYO, 2009, p. 27). O que é ratificado por Ludwig (2012, p. 60) no qual afirma que a “[...] análise e interpretação tem por objetivo identificar as ocorrências que comprovem ou não certas concepções pressupostas, assim como confrontar os dados colhidos com o referencial teórico adotado”.

Todavia, é importante destacar que para a construção metodológica do trabalho surgiram algumas dificuldades: a primeira diz respeito à coleta dos documentos para a pesquisa, não foram disponibilizados os relatórios das Conferências Municipais das Cidades de Belém, entre outros documentos importantes para investigação, o que nos demonstra que apesar das informações terem que ser públicas, a burocratização ou até mesmo questões políticas têm impedido seu acesso; no que se refere à pesquisa de campo, não foi possível concretizar todas as entrevistas com os sujeitos da sociedade civil organizada, mapeados na pesquisa documental, mesmo tendo fácil aproximação com a maioria deles, não houve tempo hábil para a realização da pesquisa, devido à disponibilidade de suas agendas e sua dinâmica de vida. E acrescenta-se a desarticulação total ou parcial de muitos dos espaços pesquisados, o que dificultou a aproximação com esses sujeitos.

E no que se refere à identificação com o tema dos movimentos sociais urbanos nos espaços de participação, esta surgiu primeiro por meio da participação do Grupo de Estudos: Gestão, Planejamento e Democratização de Políticas Públicas na Amazônia (GESPLAM), que atualmente executa o projeto de pesquisa intitulado “Conselhos de Políticas Urbanas e

Movimentos Sociais: a ação dos sujeitos da participação e do controle social nas políticas urbanas na Região Metropolitana de Belém (RMB)”.

O interesse pela pesquisa também se deu pela produção do trabalho de conclusão de curso (TCC) para o grau de bacharel em Serviço Social pela UFPA, este intitulado “Fórum Metropolitano de Reforma Urbana: a pauta de luta dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana de Belém” de autoria de Larissa Marinho da Costa e Thayane Monteiro Andrade; neste se pode participar da acessória do FMRU e surgiram várias possibilidades para aprofundar o tema dos movimentos sociais no espaço urbano.

E por fim, temos à estruturação do trabalho, este foi dividido em três seções principais: a primeira foi intitulada “Movimentos sociais urbanos: um processo histórico no Brasil (1970-1990)”, esta subdivida em duas partes secundárias referentes às lutas dos movimentos sociais urbanos (1970-1990) e, sobre os novos espaços de participação e a atuação dos MSU’s nos fóruns conferências e conselhos.

A seção seguinte nos traz o “Processo histórico de organização dos movimentos sociais urbanos de Belém: caracterização nos novos espaços de participação”, tratando da organização dos movimentos sociais nos espaços de participação, sendo dividido entre os criados antes da década de 2000 e aqueles criados nesta última década em Belém. Nesta parte do trabalho apresentamos os dados da pesquisa documental combinados com alguns dados da pesquisa de campo.

E a terceira seção, trata mais especificamente a análise dos dados da pesquisa de campo, intitulada “Ampliação dos novos espaços de participação: atuação e organização dos movimentos sociais urbanos em Belém (2003-2013)”, a partir dos fóruns, conferências e conselhos pesquisados.

Nesse sentido, é fundamental refletirmos sobre a atual conjuntura de abertura política, construção da democracia e crescimento dos instrumentos de participação popular que possibilitaram a atuação mais direta dos movimentos sociais nas decisões públicas; que representou avanços para a sociedade, porém esse mesmo contexto também gerou certa desarticulação e enfraquecimento nas lutas. Essas que são essenciais para as conquistas da população, principalmente para aqueles com menor poder aquisitivo, que possuem menos “voz” na sociedade capitalista.

1 – MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: UM PROCESSO HISTÓRICO NO BRASIL (1970-1990)

Com o avanço do capitalismo a urbanização das cidades se tornou indispensável. Esse processo de organização do espaço está ligado à industrialização, inserida no modo de produção capitalista. Com a emigração da população (do campo para a cidade) e a mudança de economia (doméstica-manufatura-indústria), a cidade se tornou espaço de mão-de-obra e mercado, e assim atraiu a indústria, que por sua vez criou condições na produção de empregos e serviços essenciais à cidade. Ou seja, a industrialização foi fator relevante para a organização social, que luta contra os problemas urbanos gerados, e para a ocupação da cidade, pois a “indústria coloniza e provoca a urbanização”. (CASTTELS, 1983, p. 45).

Deste modo, estamos tratando do Estado Capitalista, no qual o espaço urbano está inserido, este com o papel de “[...] atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos”. (CORRÊA, 1989, p. 24).

Mas, é necessário entender que a cidade é muito mais que um espaço para o mercado, ela precisa cumprir sua função social, a população tem direito a essa cidade:

Antes de atender a interesses econômicos e estar submetido à lógica do mercado e do lucro, a cidade é um direito coletivo, o que significa que precisa estar a serviço de toda coletividade, garantindo a proteção social e a qualidade de vida de todos e de todas. [...]

O direito à cidade pode ser compreendido como um direito coletivo de todas as pessoas ao usufruto equitativo da cidade dentro dos princípios da justiça social e territorial, da sustentabilidade ambiental e da democracia. Ou seja, o direito à cidade envolve o direito à moradia, ao acesso à terra urbanizada, ao saneamento ambiental, à mobilidade urbana, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à educação, à saúde e a todos os bens e serviços necessários a reprodução social com dignidade e qualidade. (JUNIOR; BARBOSA, 2012, p. 2).⁶

Todavia, percebemos as cidades a partir desse momento como um núcleo central de comércio, emprego e serviços, no qual surge um grande êxodo rural pela necessidade de mão-de-obra e formação de mercados consumidores. Com o crescimento de novas formas de relações sociais e com o número de habitantes cada vez mais crescente, novas necessidades

⁶ Cf.: Edição do Jornal do FNRU. Nº 06 - Junho/2012.

passam a existir. E as condições precárias vividas pelos moradores dessas cidades foi consequência desse fenômeno. E por sua vez a urbanização não trouxe somente oportunidade de trabalho (na maioria das vezes um trabalho precarizado) e de serviços, mas também uma estrutura urbana precária para atender a população crescente.⁷

Os efeitos da cidade ilegal também comprometem a cidade como um todo por contribuir na maior incidência de inundações recorrentes a cada período de chuva, no incremento dos congestionamentos e desvia recursos públicos de áreas já deflagradas para o enfrentamento das condições de habitabilidade.⁸

Com toda a problemática que tomou conta da cidade capitalista, tornou-se necessário um planejamento urbano que atendesse as demandas dessa sociedade, com vistas à melhoria estrutural da cidade, com políticas que atendessem os problemas na habitação, no saneamento e os outros serviços necessários para uma melhor qualidade de vida nas cidades.

No Brasil, a urbanização se apresentou lenta e tardia, devido ao contexto proporcionado pelo colonialismo que adiou a modernização das cidades brasileiras, pois estavam limitadas ao fornecimento de matéria-prima. A partir da 2ª Guerra Mundial e com a mudança do modelo agro-exportador para o urbano-industrial, pode-se perceber o crescimento da taxa de urbanização e aumento da população nas cidades.

O Brasil, deste modo, tem seu processo de urbanização marcado por uma formação sócio-histórica do colonialismo e do imperialismo que ocasionou uma herança paternalista e centralizadora, além da alta concentração de terra, renda e poder. “A urbanização brasileira intensificou-se a partir da década de 1970, impulsionada por um modelo de desenvolvimento autoritário e excludente, implementado no país pelo regime militar [...]” (ALVES; SÁ, 2011, p. 248).

⁷ O documento lançado pela igreja católica em 1982, intitulado “Ação Pastoral e o Solo Urbano”, traz a discussão urbana da época, afirmando: “[...] Desejar um crescimento urbano controlado não significa condenar todas as migrações para as cidades. É forçoso questionar sua intensidade e ritmo, provocados por acelerada redução da oferta de trabalho no campo; pela expectativa de melhores oportunidades de vida nas cidades, amplificada pelos meios de comunicação e pelo precário modo de vida no meio rural. [...] A qualidade de vida do meio urbano se arruína em ritmo alarmante. O ambiente material é sacrificado pela escalada predatória da especulação imobiliária e pela invasão das populações carentes rechaçadas para as encostas e para as periferias.” Texto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: Solo Urbano e Ação Pastoral. 20ª Assembléia Geral Itaiçi, SP, 9 a 18 de fevereiro de 1982.

⁸ CF.: DE GRAZIA; RODRIGUES. Uma alternativa para a gestão urbana: o ministério das cidades e seus desafios. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/umaalternativaparaagestaoascidades.pdf>>. Acesso em: 19/10/2015.

Mediante este contexto, houve crescimento no número de habitantes que provocou um inchaço nas cidades, que não foi acompanhado pela oportunidade de emprego e condições de vida digna que atendesse essa população.

A população urbana brasileira, pressionada pelo modelo de desenvolvimento, vinha crescendo desde 1940 a índices extraordinários: 31% (30/40) 45,83% (40/50), 66,66% (50/60), 66,39% (60/70), 54,43% (70/80) por década formando cidades com imensas periferias desprovidas das condições básicas de vida humana. Nesse contexto foram se formando as favelas, os loteamentos irregulares e clandestinos e os cortiços na grande maioria das cidades das regiões metropolitanas.⁹

Dessa forma, segundo Vianna (2000), o processo de urbanização brasileira não garantiu condições estruturais que atendesse o crescimento da população, absorvendo somente parte desta; apresentando um cenário com uma população abandonada, considerada para a economia como “sobrante”.

As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma de suas particularidades históricas. O ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista [...]. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente. (IAMAMOTO, 2010, p. 128).

Isso significa que os países com um processo de industrialização tardia, como o Brasil, resultaram em uma série de problemas urbanos ocasionados por essa falta de planejamento e vontade política, assim como nos demais países considerados subdesenvolvidos, contribuindo para as precárias condições do saneamento, do transporte, da moradia, entre outras.

Durante os anos 80 e 90, sob as novas relações internacionais a desigualdade se aprofunda: aumenta a informalidade nas relações de trabalho, aumenta o crescimento das favelas, aumenta o número de crianças abandonadas. [...] talvez a maior novidade das duas últimas décadas esteja na explosão da violência urbana [...]. Não é de se estranhar que em tais situações de segregação territorial pode ocorrer o desenvolvimento de normas, comportamentos, mecanismos, procedimentos extra legais que são impostos à comunidade pela violência ou que são aceitos espontaneamente e até desejados.¹⁰

⁹ Idem.

¹⁰ Cf.: No artigo de Erminia Maricato. A bomba relógio das cidades brasileiras. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em: 27/01/2016.

No entanto, ainda há outro agravante com relação ao contexto brasileiro, a sua grande extensão territorial, o que torna o processo de urbanização diferente entre suas regiões. O processo de industrialização ficou inicialmente concentrado nas regiões Sul e Sudeste, devido a organização política da época, agravando a diferença social, política e econômica em relação às outras regiões do país, como foi o caso da Região Amazônica.

A Amazônia possui suas especificidades, a qual desde sua colonização até os dias atuais tem o mesmo lugar na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), pertencendo a uma economia de exportação, apesar dos avanços tecnológicos e de mudanças no produto a ser exportado o seu caráter não se altera na essência, continua a ser a exploração de matérias-primas. Tal exploração acarreta neste território uma diversidade de contradições naturais e culturais, como direitos violados da população tradicional e de camponeses e, o deslocamento compulsório dessa população para as cidades.

Este processo acelerado de exploração de seus recursos naturais torna o uso do território voltado para o mercado; com o avanço do desmatamento, da concentração de terra e, de uma modernização conservadora. “[...] O uso do território como bem mercadológico significa negar-lhe a condição de abrigo, de bem social, e ampliar a mancha de miséria do território.” (RODRIGUES, 2011, p. 33). Ou seja, assim como no “restante” do país, a Amazônia também tem entraves e, talvez, mais agravantes para se cumprir o direito à cidade, como já mencionamos com Junior e Barbosa (2012) quando tratamos da função social da cidade.

Nesse sentido, a expansão do capital dos países hegemônicos para o Brasil e mais especificamente para a Amazônia trouxe inúmeros problemas para a região e sua população. O processo de homogeneização do desenvolvimento nacional e a integração da região amazônica a este processo, com seus planos de desenvolvimento¹¹ que não levaram em consideração as particularidades da região amazônica e de sua população, esses ocasionaram: aumento da imigração de outras regiões; incentivos fiscais que concentraram capital e terras; o desemprego estrutural; o fenômeno da favelização; o aumento de conflitos fundiários;

¹¹ “Durante o regime militar, a Amazônia testemunhou uma profunda transformação na medida em que esta região, com seu imenso estoque de recursos naturais e seus vastos “espaços vazios”, foi considerada pelos governos militares um meio para se resolver rapidamente problemas de toda a ordem, ou seja, econômicos, sociais e geopolíticos. Neste contexto, políticas de desenvolvimento foram formuladas e implementadas com o objetivo precípua de maximizar as imediatas vantagens econômicas.” Cf.: SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13, n. 2 (23), jul./dez. 2004. p.107-131.

dívida externa; aumento do desmatamento; e um baixo investimento de infraestrutura e de serviços urbanos na região. Essas consequências são melhor visualizadas nos centros urbanos, mas, também tem grandes rebatimento em toda a região amazônica. (RODRIGUES, 1996).

É em decorrência desse processo de desigualdade e de intensificação de problemas sociais, no contexto brasileiro como um todo, que os movimentos sociais ganham força nas décadas de 1970 e 1980. Para ir de encontro a essas mazelas resultantes do avanço do capitalismo e do contexto de repressão da ditadura, que “[...] em fins de 70 dava indícios claros de esgotamento em meio a uma forte reação dos movimentos sociais, que com vigor retomavam as ruas, numa clara atitude de inconformismo face a ordem imposta”. (VIANNA, 2000, p. 38).

Como estamos falando de cidade temos como sujeitos desse processo, os movimentos sociais urbanos, que são caracterizados por Gohn (1991, p. 33) como:

- 1- [...] manifestações das classes populares.
- 2- São fenômenos novos na sociedade.
- 3- Estão centrados na esfera do consumo.
- 4- Eles partem dos bairros, do *local* de moradia.
- 5- São heterogêneos quanto à composição social.
- 6- Nascem espontaneamente.
- 7- São autônomos e alternativos.
- 8- Constituem germes de transformação social.
- 9- Emergem devido à existência de contradições urbanas.
- 10- São contra o Estado.

Temos também como parâmetro empírico a definição do Ministério das Cidades, mas especificamente pelos regimentos das Conferências das Cidades, que caracterizam como movimentos populares (sociais urbanos) como sendo “[...] as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano.”¹²

Essa diferença na nomenclatura é explicada, pois os movimentos sociais urbanos se identificam como **Movimentos Populares**, por entenderem haver uma diferença entre a palavra “social” que é mais abrangente e a palavra “popular” que restringem a esses sujeitos e suas experiências de lutas populares urbanas.

Nesse sentido Abreu (1989, p.37), afirma que o termo “popular”:

¹² Cf.: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/secretaria-executiva>

[...] é uma noção de entendimento subjetivo, de acordo com uma perspectiva político-ideológica do sujeito e não uma categoria científica, isto é, não se trata de um conceito que reproduz intelectualmente a realidade objetiva de um determinado ser social [...], a noção popular pode significar população, os que não são das classes dominantes, os que não participam do bloco de poder, os carentes ou marginalizados na sociedade, os dominados que não se apresentam como categoria corporativa de trabalhadores ou mesmo todos os segmento sociais que se deseja como aliados do proletariado na luta contra o capitalismo.

E é em momento de insatisfação que esses sujeitos políticos se organizam e, ocorrem importantes conquistas, desde então;

[...] estes movimentos começam a se projetar na cena política por dois motivos básicos: um de ordem estrutural – o agravamento da falta de condições de infraestrutura urbana e o rebaixamento salarial, portanto, o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana. O segundo motivo era de ordem conjuntural – o regime político-militar e a ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular, tais como partidos e sindicatos. (GOHN, 1991, p. 33).

Assim, percebemos os movimentos sociais como sujeitos de transformação, que conforme os estudos de Silva (2013) de Scherer-Warren, as lutas podem ser mais agressivas ou menos, podem ser pressões através: de greves, manifestações, ou mais apáticas. Porém, o importante é destacar que esses sujeitos políticos lutam contra as desigualdades sociais gestadas no decorrer do processo histórico. E nesse sentido, trataremos a seguir das lutas dos movimentos sociais urbanos nas décadas de 1970 até 1990, e em seguida a expansão dos novos espaços de participação, e como tem sido essa atuação dos movimentos sociais urbanos a partir dessa nova forma de organização.

1.1 LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS (1970-1990)

No que se refere à luta pelos direitos¹³ no contexto urbano, temos que estes se intensificam com o desenvolvimento da sociedade e das novas formas de vida da população,

¹³ Isso refere aos Direitos Sociais: no Art. 6º da CF/1988 consta: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” Os direitos sociais são o marco da relação do Estado com a sociedade (séc. XX) que está vinculado a um projeto de Estado Social no sentido de enfrentar a Questão Social. Tem seu marco na luta contra o absolutismo (sécs. XVII e XVIII) implantados depois dos direitos civis (séc. XVIII) e políticos (séc. XIX), que dizem respeito aos direitos individuais do homem e direito ao voto, respectivamente. Os direitos sociais surgiram no séc. XIX, mas ganham evidência no séc. XX, estes são exercidos pelo homem por meio de intervenção do Estado. (COUTO, 2004).

que se modificaram com o desenvolvimento cada vez mais crescente de um sistema econômico e político da cidade.

Essas novas formas de participação social e política se expressaram ao nível da problemática urbana que foi constituindo durante o processo de formação dos grandes centros urbanos brasileiros, isto é, no contexto de seu desenvolvimento e funcionamento como grandes aglomerados humanos que viabilizam a reprodução das condições necessárias à continuidade do sistema capitalista. (MOISÉS, 1988, p.14-15).

Todavia, para entendemos esse processo é necessário discutirmos o período da ditadura militar (1964-1985), que inicia com um golpe de Estado dos militares em março de 1964:

[...] no primeiro ano do regime militar a repressão não foi tão intensa, pois a liberdade de imprensa, as associações representativas e os partidos políticos não foram afetados, já em 1965 estes são extintos e é criado o regime bipartidário no país. O Estado militar fechou até mesmo as precárias esferas de interlocução com a sociedade civil existentes e, a partir de 1966 com a edição dos Atos Institucionais (AIs), intensificou a repressão e a violência aos movimentos sociais e a todos os militantes de esquerda, por meio da cassação às liberdades civis e políticas. (MARANHÃO; TEIXEIRA, 2006, p. 110).

Este contexto traz uma desarticulação da sociedade civil organizada em função do regime repressivo. Mesmo com o caráter regulador nas lutas, o regime ditatorial no Brasil foi um fator importante para a emergência das lutas urbanas, pois “[...] enquanto os movimentos operário-sindicais eram mantidos sob rígido controle, [...], politizou-se a questão urbana, pois ela tornou-se peso ponderável na balança de deslegitimação do regime” (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p.149). Assim, a mobilização dos movimentos sociais urbanos ganhou amplitude quanto suas pautas, a partir do cenário político da época.

O regime militar suscitou também várias carências no país, como o aumento do desemprego e do subemprego e um padrão precarizado de vida da maioria da população. Nesse sentido, o “agravamento da falta de condições de infra-estrutura urbana” e da “ausência ou repressão de espaços já tradicionais de participação popular” (GOHN, 1991, p.33) contribui para mobilizar o movimento social “na luta mais geral contra o regime militar, marcando a presença popular na oposição política” (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p.157-158).

Assim sendo, é no contexto de carências, exclusão e repressão social gerado pela ditadura que a população se organiza em espaços agora diferentes dos sindicatos¹⁴ para reivindicar melhorias sociais e políticas no cenário público e pela redemocratização do país. A cidade, então, se torna campo de mobilização popular que passaram a se organizar nas associações de bairros e igrejas¹⁵, espaços que a população encontrou para se articular e unificar suas lutas.

Nos bairros da periferia das grandes cidades nascem diversos movimentos populares. Organizados localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de mulheres, de educação popular, nas *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), nas Pastorais Populares das igrejas, nas associações de moradores, os movimentos dos bairros emergiram com o apoio fundamental dos militantes católicos – informados pela Teologia da Libertação¹⁶ – e de militantes de esquerda. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 275) (grifo do autor).

Neste sentido, “[...] a ala do clero católico articulada ao movimento de renovação da Igreja, a Teologia da Libertação, tornou-se, no período do regime autoritário, fonte geradora dos movimentos sociais, ao abrir espaços físicos e de orientação espiritual-ideológica para as massas populares urbanas.” A luta dos cidadãos era por direitos a serem conquistados, “direitos ditos como tradicionais (à posse, o abrigo, à proteção) [...] dado o grau de espoliação e exploração existente”. (GOHN, 1991, p. 37).

É então, na segunda metade da década de 1970 que se intensifica a resistência à repressão ocasionada pelo regime militar, no qual houve “[...] inúmeras ações de contestação e de protesto, passeatas, greves, atos públicos, bloqueios de ruas, acampamentos em frente a órgãos públicos, abaixo-assinados, levadas a cabo pelas organizações estudantis, populares e operárias.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 273).

¹⁴ Os sindicatos, criados do final do século XIX e início do século XX, que representavam uma importante resistência e organização política enquanto classe trabalhadora, atuando em prol dos interesses de categorias profissionais. (MATOS, 2009).

¹⁵ “O alto clero, de 1964 a 1968, bateu continência a coronéis e generais. [...] Contudo, o ano de 1969 marcaria o início de um giro na história da Igreja.” Depois de um processo “brutal violação dos direitos humanos [que o Regime provocou] - tortura sistêmica, os ‘desaparecimentos’ [inclusive de religiosos, a igreja passa a lutar contra o Regime a partir desse momento] [...]”. (NETTO, 2014, p. 172) (grifo meu).

¹⁶ A Teologia da Libertação: “É uma corrente teológica originalmente ligada às igrejas católicas [...] e protestantes. Surge fundamentalmente em países da América Latina nos anos 1970-1980, na tentativa de articular a fé e os valores cristãos a teorias de inspiração marxista, como fundamentos para a opção pelos pobres e pela libertação dos povos oprimidos. Ao considerar o pobre não como objeto de caridade, mas como sujeito de sua libertação, funda as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base, como movimento para alcançar uma sociedade mais justa.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 365).

A sociedade redescobria a capacidade de participar e a rua como cenário privilegiado do eco de sua voz reivindicante. O alvorecer dos anos 80 traz, portanto, a esperança em dias melhores. O país ensaiava novos passos rumo a uma democracia frágil. Os espaços de construção de novas identidades eram múltiplos. Mulheres, operários, estudantes, meninos de rua, CEB's, homossexuais, negros, índios, ecologistas, pacifistas e tantos outros protagonistas de manifestações coletivas [...], a exigir do poder público novas práticas políticas que incorporassem as preocupações desses setores. (VIANNA, 2000, p. 38).

É necessário refletirmos também que, para o fim do regime militar outros sujeitos foram envolvidos; as violações dos direitos humanos ocorridas no período de Ditadura ocasionaram várias denúncias “[...] por exilados brasileiros e por associações, personalidades destacadas [...] e partidos democráticos, socialistas e comunistas de vários países”, em conjunto com as denúncias advindas da igreja, que foram significativas para o fim do Regime. (NETTO, 2014, p. 172). Acrescenta-se a isto a crise do “modelo econômico” da ditadura¹⁷, que traz graves problemas para a população, enfraquecendo o regime militar juntamente com a força/pressão popular.

É relevante também destacar nesse período a criação de três importantes instituições de contestação da ordem ainda no século XX, mais precisamente da década de 1980, “[...] resultantes da resistência e da organização política da classe trabalhadora no Brasil naquele período: a Central Única dos Trabalhadores – CUT (08/1983); o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (01/1984) e o Partido dos Trabalhadores – PT¹⁸ (10/02/1980).”¹⁹ (LOPES, 2005, p.2).

A organização popular tencionada nesse contexto de repressão pelo regime militar foi caracterizada por uma população de menor poder aquisitivo, sindicatos, meios acadêmicos e de organizações não governamentais (ONG's) dos grandes centros urbanos para reivindicar a carência dos serviços urbanos e políticas públicas, na década de 1970 e 1980 no Brasil.

¹⁷ E também “[...] a conjuntura mundial da transição dos anos de 1970 aos 1980 contribuiu de fato, e com vigor, para os desaires econômicos do governo do general Figueiredo”; o segundo “choque do petróleo”, o aumento da inflação e da dívida externa fizeram com o modelo econômico da ditadura fracassasse. (NETTO, 2014, p. 212-213).

¹⁸ “O PT passou a representar, no início de sua trajetória, um instrumento político de expressão dos interesses da classe trabalhadora, tendo nos interesses dessa classe a referência central para um projeto de transformação da sociedade.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 243).

¹⁹ Atualmente a CUT e o PT encontram-se com mudanças na sua forma de “ação, programas e posicionamentos político-ideológicos”, e no que diz respeito ao MST, este continua realizando ocupações e fazendo o enfrentamento às multinacionais e grandes indústrias do campo. Cf.: Luciana Henrique da Silva. A trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária No Brasil. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/a_rtajetoria_do_mst.pdf> Acesso em: 13/01/2016.

Essas lutas se configuraram em diferentes classes da sociedade que caracterizou o movimento como um grupo heterogêneo.

As reivindicações e as lutas em torno de bens e equipamentos coletivos necessários à reprodução da força de trabalho se desenvolveram no Brasil [...]. As demandas que mais se destacavam eram as relativas à habitação (devido à precariedade dos cortiços, o alto preço dos aluguéis e as ações frequentes de despejo dos operários) e transporte (ampliação das linhas de bondes e melhoria dos equipamentos). (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 274-275).

“Os movimentos sociais urbanos se desenvolvem nessa conjuntura e cumprem importante papel, servindo de resistência e de polos de aglutinação para contestação política.” (SILVA, 2003, p. 64). Por conseguinte, é nesse momento de efervescência das lutas sociais que temos a mobilização da sociedade civil organizada pela redemocratização do país, que se configura como a conquista mais emblemática do processo de luta dos movimentos sociais urbanos, mais especificamente pelo Movimento Nacional da Reforma Urbana, criado por volta de 1985. No qual, em “[...] seus fundamentos estavam definidos na sua própria denominação, com o propósito de discutir, articular e elaborar uma proposta global sobre a questão urbana no país com vistas à elaboração na nova constituição.” (SILVA, 2003, p. 65). Este que,

[...] define o conceito da reforma urbana como uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos [...] essa nova ética social politiza a discussão sobre a cidade e formula um discurso e uma plataforma política dos movimentos sociais urbanos, em que o acesso à cidade deve ser um direito a todos [...].

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano. Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros.²⁰

²⁰ CF.: SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajetoria%20n%20saule%20k%20u%20zzo.pdf>>. Acesso em: 28/10/2015.

A articulação da sociedade civil, principalmente do Movimento Nacional de Reforma Urbana resulta na promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), marco na luta dos movimentos sociais urbanos, pois traz avanços significativos para a sociedade, entre elas a incorporação da política urbana; e a obrigatoriedade da participação popular no processo de tomada de decisões públicas. A CF/1988 que estabelece pela primeira vez a função social da cidade nos seus artigos 182 e 183 (Política Urbana), legitimados em 2001 com o Estatuto das Cidades (Lei nº 10257/01).

A retomada da bandeira da Reforma Urbana baseava-se no maior acesso da população aos bens e serviços e na gestão democrática da cidade. Essa luta, responsável por ter colocado a função social da propriedade e da cidade na Constituição, foi estimuladora de um grande debate sobre a questão redistributiva, originando a formulação de instrumentos jurídicos e urbanísticos cuja viabilização e concretização a ser efetivada através da participação efetiva da população na construção de um novo padrão de gestão pública possibilitadora do exercício da cidadania.²¹

A redemocratização resulta, na expressão política de um novo caráter ideológico de lutas sociais; ultrapassando a esfera dos sindicatos. Assim, novos espaços de participação foram criados (Fóruns, Conferências, Conselhos, entre outros), instrumentos da gestão democrática que devem ser caracterizados pelo fortalecimento da gestão local no qual o exercício da participação da sociedade na tomada de decisões no município podem ser construídas e efetivadas, frente às necessidades da população e no controle das políticas públicas; planejando, discutindo, deliberando e fiscalizando.

A CF/1988 proporcionou outras perspectivas de vida, pois com a institucionalização do Estado Democrático de Direito, o projeto de reforma urbana foi contemplado e os objetivos nesse momento a serem alcançados eram:

- a) Instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o espaço de exercício da cidadania e aumentar a eficácia/eficiência da ação governamental;
- b) Fortalecimento da regulação pública do uso solo urbano, com a introdução de novos instrumentos [...] de políticas fundiárias que garantam o funcionamento do mercado de terras condizente com os princípios da justiça social da

²¹ CF.: DE GRAZIA; RODRIGUES. Uma alternativa para a gestão urbana: o ministério das cidades e seus desafios. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/umaalternativaparaagestaoascidades.pdf>>. Acesso em: 19/10/2015.

- propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;
- c) Inversão de prioridade no tocante à política de investimentos urbanos que favoreça às necessidades coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação de extrema desigualdade social em razão da espoliação urbana. (RIBEIRO, 1997, p. 262).

E nesse processo o Movimento Nacional da Reforma Urbana se constitui enquanto Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) em 1987 com “[...] principal propósito a discussão da função social da propriedade urbana e da gestão democrática.” (ALVES; SÁ, 2011, p. 254).

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é uma articulação de organizações brasileiras que se integram e lutam por cidades justas e democráticas para todas e todos, no enfrentamento das desigualdades sociais e contra a regulação seletiva do uso da terra. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que tem como objetivo promover a reforma urbana, na defesa de políticas que garantam o direito à cidade como um direito coletivo que se concretiza na moradia de qualidade, no acesso à água e saneamento ambiental, no transporte público acessível e eficiente, dentre outras reivindicações que afirmam a qualidade de vida da população brasileira. (DINIZ, Cidade. Edição especial do Jornal do FNRU, 2011, p. 1).

Entre os movimentos sociais urbanos que se articulam no FNRU, que discute a temática urbana, é importante destacar quatro entidades gerais que tem influência nas três esferas de governo no país, são eles: a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM)²², a Central de Movimentos Populares (CMP)²³, o Movimentos Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)²⁴ e, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP)²⁵. Entre os

²² Foi fundada em 17 de janeiro de 1982, seu objetivo principal era *organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares*. Cf.: Disponíveis no Site do FNRU: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em: 13/01/2016.

²³ A CMP se configura como um espaço de articulação dos movimentos populares e “[...] podemos dividir a história da CMP em três diferentes momentos. O primeiro, que foi de 1979 a 1983, culminando com a criação da CUT. O segundo de 1983 a 1989, que resultou na criação da Pró-Central. O terceiro momento, de 1980 a 1993, ano em que ocorreu o Congresso de Fundação da CMP”. Cf.: Acervo FASE-Amazônia, Jornal da Central de Movimentos Populares nº 05. Recife, 1995.

²⁴ O MNLN é criado na década de 1990, tem por “[...] missão estimular a organização e articulação da classe trabalhadora na busca da unidade de suas lutas, pela conquista de uma política habitacional de interesse social com reforma urbana, sob o controle dos trabalhadores, que garanta a universalização dos direitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade socialista, igualitária e democrática.” Cf.: Disponível em: <<http://mnlmrj.blogspot.com.br/p/apresentacao.html>>. Acesso em: 13/01/2016.

²⁵ Se constitui formalmente em 1989, mas, se organiza no estado de São Paulo como União por Moradia de São Paulo em 1987 e tem como objetivo principal, segundo seu estatuto, criar alternativas para a política habitacional popular. Cf.: Disponíveis no site da UNMP: <<http://www.unmp.org.br>>. Acesso em: 13/01/2016.

princípios que norteiam a luta desses sujeitos sociais destacamos três principais que baseiam suas ações:

O primeiro princípio afirma o Direito à Cidade, na defesa que todos (as) os (as) moradores (as) das cidades [...] O segundo princípio, a Gestão Democrática das Cidades, defende o fortalecimento dos canais de participação popular para ampliar o controle social como formas de socialização do poder [...] O terceiro princípio afirma a Função Social da Cidade e da Propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses das grandes majorias, garantindo o respeito às diferenças e à diversidade. (Idem).

O Fórum Nacional de Reforma Urbana é norteado por esses princípios na construção de sua agenda de luta, em sua trajetória mais de vinte anos. Anteriormente, durante as mobilizações sociais tiveram um grande feito na campanha pelas eleições diretas reunindo centenas de milhares de pessoas em alguns comícios políticos e depois teve o auge desse processo [...] [a] Assembléia Nacional Constituinte. (SILVA, 2003, p. 85) (grifo meu).

Também, podemos dar destaque a conquistas em que os movimentos sociais urbanos tiveram um papel fundamental: a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001; a criação do Ministério das Cidades, a Conferência e do Conselho Nacional das Cidades em 2003 e; na conquista do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular de 1991 que resultou na criação em 2005 do Fundo e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social através da Lei nº 11.124.²⁶

Diante deste quadro a atuação dos movimentos sociais urbanos nesses espaços de participação, que constroem atualmente as Políticas Urbanas, se faz necessário avançar através de estratégias que superem os interesses particulares historicamente construídos. Pois, a conquista da legislação é importante, mas não suficiente; é fundamental continuar o processo de luta para a efetivação das políticas públicas.

No Brasil, portanto, a participação é intensificada na organização da luta pela redemocratização do país, que como já mencionado cria novos espaços de construção política, e esses instrumentos de participação popular foram sendo ocupados gradativamente a partir da década de 1990.

²⁶ Cf.: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>

Nesse pós-Constituinte de 1988 os movimentos sociais urbanos tomam nova forma de atuação e participação, como a articulação nos conselhos de políticas públicas, que marcam o novo contexto político e econômico (a partir da década de 1990).

A forma de organização dos movimentos sociais passa por transformações e há o enfraquecimento das lutas no cenário nacional, fruto de uma desmobilização pelas divergências internas e descrença da população na política por conta do intenso clima de indignação quanto ao cenário de corrupção da época. Assim como o avanço do modelo de Estado Neoliberal, e em consequência o crescimento do desemprego, subemprego, precarização do mundo do trabalho e, conseqüentemente da desigualdade.

A sociedade civil passou, nos anos 90, a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral. As ideologias implícitas nas políticas neo-liberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação de políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. O desemprego, o crescimento da violência em todos os espaços da vida social, particularmente no meio urbano, contribuíram para o clima de descrença na política e no Estado. Conseqüentemente a função político-partidária também se tornou sinônimo de ações não bem-vistas. Movimentos sociais e ações sindicais com recortes político-partidários explícitos passaram a perder credibilidade. (GOHN, 2003, p. 206).

Vianna (2000), nos apresenta outros fatores para essa desmobilização dos movimentos sociais na década de 1990; nos parâmetros ideológicos temos o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim que eram símbolos do socialismo; e no que se refere ao contexto brasileiro temos a perda da parte da Igreja Católica, ligada a Teologia da Libertação, como aliado contribuindo para esse enfraquecimento.

[...] muitos movimentos sociais, que no início da década de 80 apresentavam vitalidade e formas renovadas de atuação política, já no final desse período demonstram fragilidade, certo retraimento, resultado de uma década que se encerra deixando como legado uma fase de euforia movimentalista em meio a um desconforto político e um claro enfraquecimento de referências utópicas, uma vez que a euforia dos movimentos sociais emergentes ainda na década de 70 parecia sucumbir, ao tempo que a mídia eletrônica propagandeava o fracasso das experiências socialistas do Leste da Europa. (p. 39).

[No que se refere ao contexto brasileiro] [...] o movimento popular perde na década de 90 seu maior aliado dos anos anteriores: a facção libertadora da Igreja Católica [...] A inclinação conservadora da CNBB nos anos 90, aliada aos freios à Teologia da Libertação da parte do Vaticano, em muito afetaram os rumos das lutas sociais no Brasil. (p. 49) (grifo meu).

Vianna (2000, p. 42-43) nos acrescenta mais um importante aspecto no final do século XX nesse processo de mobilização/desmobilização dos movimentos sociais urbanos, no que se refere a essa diferenciação do quadro de mobilização da década de 1970 e 1980, e o cenário da década de 1990 de desmobilização, que trouxe uma parcela desses sujeitos políticos coletivos para a execução de tarefas no funcionalismo público, enfraquecendo as lutas:

[...] desesperança, desencantamento e perplexidade, aliado aos desafios de construção democrática num país com forte herança de centralização política e corrupção, contribuíram para que muitos movimentos sociais redirecionassem sua atuação. De uma euforia oposicionista de confronto com o poder público na defesa intransigente de direitos, muitos passam a incorporar posicionamentos colaboracionistas com a burocracia estatal, com o mercado e com organizações da chamada esfera pública não-estatal. Assim, movimentos sociais (ou lideranças isoladas) passaram a estabelecer parcerias para o gerenciamento de projetos com organizações governamentais ou não-governamentais, chegando seus militantes, por vezes, a confundir-se com servidores públicos burocratas, na execução de tarefas pouco afeitas à representação popular que lhes legitimava.

Nesse sentido, temos a reflexão de Silva (2013, p.123):

Os movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1990, convivem com a dialética movimento-institucionalidade, uma tendência nacional que intensifica a relação com o Estado sob suas novas configurações ‘democrática’ e neoliberal, de forma que busquem assegurar o atendimento às suas bandeiras de lutas, em uma relação diferenciada do período da ditadura militar. O desafio reside em se relacionar com o Estado e manter sua autonomia.

Nesta conjuntura, as conquistas de direitos alcançadas com a CF/1988 são freadas, portanto, por uma contra reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), fazendo com que os direitos legitimados necessitem ser efetivados, e isso percebemos ao longo da história que ocorre somente através das lutas sociais. No fim dos mandatos do governo FHC, “[...] a conjuntura encontrava-se ainda mais devastadora para a classe trabalhadora do que ao final dos governos Collor e Itamar. Além de políticas que desregulam os direitos sociais, este governo também é marcado por uma forte repressão aos movimentos sociais e sindicais combativos.” (GOLÇALVES; FERREIRA, 2013, p.37).

Ou como se refere Raichelis (2006, p. 4) sobre de “crise social” deste contexto: ocorre o “[...] acirramento das desigualdades sociais, encolhimento dos direitos sociais e

trabalhistas, aprofundamento dos níveis de pobreza e exclusão social, aumento da violência urbana e da criminalidade [...]”.

Mediante as reflexões do processo de desmobilização ocorrido na década de 1990 é necessário compreendermos alguns importantes pontos desta conjuntura. Há uma desmobilização resultante de um contexto político, econômico, ideológico e social, mas não podemos deixar de considerar a importância desses sujeitos no cenário histórico e no atual, pois entendemos que em uma sociedade capitalista a pressão das lutas sociais é fundamental para as conquistas e para o avanço de uma sociedade mais justa e igual.

E, é nesse sentido que surgem outros movimentos sociais que reivindicam pautas específicas, com novas identidades coletivas, que Novaes e Costa (2011, p. 334) com base nos estudos de Alfredo Wagner Almenida, afirma que “[...] diversos grupos sociais encontram-se em processo de construção e reconhecimento de suas territorialidades [...] evidenciando estratégias num contexto de redefinição dos padrões de relação política e seus correspondentes processos de territorialização [...]”.

Essas múltiplas lutas e identidades (indígenas, catadores, homossexuais, negros e negras, pessoas com deficiência, entre outros) ficam mais evidentes quando falamos da dimensão territorial do Brasil, com suas particularidades de cada região; além dessas diferenças territoriais, temos as mudanças de contexto socioeconômico, político e ideológico do final do século XX, que fazem aflorar as desigualdades e com elas a necessidade das lutas sociais (NOVAES; COSTA, 2011).

Nesse sentido, pode-se dizer que nas últimas duas décadas [do século XX] houve um processo intenso de (re)organização dos movimentos sociais, tendo como ‘plano de fundo’ a revisão de suas práticas sociais. Estas são constantemente reexaminadas e reformuladas à luz das informações recebidas sobre essas próprias práticas e muitas vezes, também se reorganizando para fazer frente às ações de outros agentes sociais, em especial o Estado. (NOVAES; COSTA, 2011, p. 339) (grifo meu).

Essas novas identidades se trata da teoria contemporânea dos movimentos sociais, construída na Europa a partir de 1960, a abordagem dos “novos” movimentos sociais (NMS)²⁷. A questão da identidade é basilar nessa teoria; e tem por teóricos centrais Touraine,

²⁷ Existem três grupos de autores que teorizam a abordagem dos NMS: a) Os chamados de “acionistas” caracterizam os movimentos como heterogêneo, com identidades diversas, com o caráter não classista e não visa a transformação social; seus expoentes principais foram Alain Touraine e Tilman Evers; b) vertente pós-moderna, inspirado pelos acionistas, renuncia a perspectiva da totalidade, a luta de classe e a revolução; c)

Offe, Mellucci, Laucal e Mouffe. Entre suas características principais estão: o modelo teórico baseado na cultura, sem vincular a consciência de classe, categoria que se transforma ao longo da história; a discussão é realizada no nível estrutural; ela elimina o sujeito histórico; a política tem centralidade; os “atores sociais” são analisados pelas ações coletivas e pela identidade coletiva, criada no processo (não se trata de identidade social). (GOHN, 2006).

O objetivo dos “novos” movimentos sociais é assegurar os direitos sociais. Eles se configuram mais descentralizados e como redes de troca. Uma de suas fragilidades está relacionada a não possuir o caráter transformador de tomada de poder, original aos movimentos sociais no geral, e por não ter consenso em suas ações. Com base no que Gohn (2006) mensura sobre os NMS, podemos refletir que essa fragilidade é um agente que desmobiliza a classe trabalhadora. Pois, a abordagem dos “novos” movimentos sociais traz pautas específicas, como a raça, a etnia, o gênero, entre outras lutas.

Porém, isso não significa que esses movimentos não contribuem para a melhoria de vida da sociedade ou que sejam lutas “vazias”, pelo contrário, essas manifestações são resultantes das desigualdades provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo. Mas, são muitas vezes isoladas (sem perceber a exploração da classe trabalhadora como um todo) e sem análise das determinações resultante das mazelas produzidas pelas contradições gestadas na sociedade capitalista.

Temos também que nesse contexto de abertura da participação popular, uma articulação da sociedade civil organizada em *redes de movimentos* como nova forma de atuação e organização, que sujeitos políticos da sociedade civil²⁸ se articulam entre si e se constituem como representações, pois possuem interesses e valores comuns para encaminhar suas ações. Porém, antes de entendermos o que são rede de movimentos, primeiro precisamos compreender o que caracteriza uma *rede*; estas que são formadas por múltiplas conexões, e por relações que visam mudanças na sociedade. (TÜRCK, 2002).

Ainda segundo Türck (2002), as *redes* podem ser divididas em Redes Internas e Redes Sociais, a primeira trata-se, de forma geral, de relações entre os sujeitos com objetivos

segmento marxista e comunista, visa incorporar as organizações classistas dos trabalhadores na nova conjuntura das lutas sociais. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

²⁸ Sociedade civil entendida a partir da concepção de Gramsci: “[...] composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.). É umas das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43) ”.

comuns estes precisam ter: flexibilidade de aprender, disponibilidade para compartilhar conhecimento entre si e qualificação na execução, de forma a manter uma relação equilibrada entre determinada comunidade. E quando se tem o estabelecimento de Redes Internas pode-se articular para formar as Redes Sociais que tem por objetivo a resolução de problemas que emergem da sociedade.

E nesse sentido, temos a definição de Ilse Scherer-Warren (2008, p. 511), todavia para tratar do conceito de *redes de movimentos*, estes:

[...] têm integrado uma ampla multiplicidade de atores políticos, alguns oriundos de tradições organizativas mais hierárquicas, e outros que emergem no contexto de um novo ideário de organização em *redes horizontalizadas*. Essa condição, por um lado, gera tensões e ambiguidades no interior das redes, mas, por outro, cria um espaço propício para a alteridade intersujeitos e para práticas democratizantes [...]. (grifo meu).

Assim, os sujeitos políticos coletivos passam a se organizar entre si com objetivos comuns, mesmo que tenham lutas específicas/individuais dos seus movimentos sociais de origem ou com *tradições organizativas mais hierárquicas*, eles se articulam por meio de *rede de movimentos* de forma a ser uma luta *horizontalizada*, direcionando suas lutas com relações equilibradas, já que tem um propósito em comum. E como exemplo, temos os movimentos sociais organizados em fóruns de discussões, nos quais eles se articulam para a construção de uma sociedade mais justa e igual, no caso do nosso debate, a luta pela reforma urbana.

E, nesse sentido que nossa discussão trata a partir desse momento dos novos espaços de participação, com o foco nos fóruns, conferências e conselhos que tratam da política urbana, para compreendermos como vem sendo a atuação e a organização dos movimentos sociais urbanos nesses espaços.

1.2 – NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: a atuação dos movimentos sociais urbanos nos fóruns, conferências e conselhos

Ao tratamos dos novos espaços de participação, partimos do entendimento que participação é “ser parte”, “tomar parte” e “fazer parte” do processo de tomada de decisão da coisa pública (BORDENAVE, 1994). Ainda conforme Bordenave (1994, p. 76), temos que: “A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição do

poder.” Dessa forma, percebemos que a participação é muito mais que estar presente em um determinado lugar, e que para ser exercida é necessário um “investimento” em reconhecer de maneira crítica a realidade, além de conhecer os instrumentos legais para se poder “tomar parte” do que nos é de direito.

Nogueira (2004, p. 129-130), nos fala dos objetivos de quem participa de uma determinada ação:

Quem participa almeja afirmar-se diante de alguém, sobrepujar alguém, resolver algum problema ou postular a posse de bens e direitos, modificando sua distribuição. Vale-se, para tanto, de recursos (políticos, técnicos, financeiros, intelectuais) próprios ou disponíveis em alguns espaços comuns. Quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos [...].

A participação, nesse sentido, é tensionada mediante um interesse, assim o autor continua seus estudos afirmando que temos quatro grandes formas de participação, que podem ou não ser combinados. A primeira é a *assistencialista*, em que são desenvolvidas ações para diminuir infortúnios, otimizar recursos da comunidade, aumentar qualidade de vida, neutralizar conflitos ou resolver problemas; a segunda se trata da *corporativa* que tem interesse específicos de um grupo social ou categoria profissional; a terceira é a *eleitoral* que interfere na governabilidade e diz respeito a coletividade e; a última é a *participação política*, esta visa a organização da vida social, que é caracterizada por ter diferentes interesses envolvidos, e é organizada por meio de leis e de instituições, com um poder compartilhado (Estado e Sociedade Civil).

Já no que se refere aos *processos participativos*, ainda segundo Nogueira (2004), temos que são recursos estratégicos para o desenvolvimento sustentável e para a formulação de políticas públicas. Também no que tange os novos espaços de participação eles requerem uma ação direta das “[...] massas populares, [...], organizam-se de baixo para cima, a partir das bases, constituindo [...] *sujeitos políticos coletivos*” nas decisões políticas (COUTINHO, 2000, p. 25) (grifo do autor). Ou seja, é a

[...] ideia de participação da sociedade civil no sentido de ter poder de influenciar, de dar a direção, de mudar uma concepção de mundo, uma ideologia é uma reivindicação no sentido de poder decidir a política, de poder decidir sobre os rumos das políticas públicas a partir de novas práticas políticas democráticas dos *sujeitos políticos coletivos*. (NEVES, 2012, p. 111-112) (grifo meu).

Todavia, no contexto brasileiro a participação popular, foi um direito garantido somente com a Constituição Federal de 1988, uma conquista emblemática, pois o histórico do Brasil é de um país autoritário, centralizador e paternalista. A CF/1988 garante, desta forma, a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões públicas, democratizando o poder, através de espaços políticos que fazem a interlocução com o Estado, como plebiscitos, referendos, orçamento participativo, conselhos das políticas setoriais.

A Constituição Federal de 1988 declara que o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania (art.1º, II). No restante do texto constitucional, um conjunto de mecanismos necessários ao exercício dessa cidadania é instituído, destacando-se, em relação à gestão pública, o chamado direito à participação, a ser regulamentado através de lei (art.37, §3º. ‘A lei disciplinará as formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta’). [...] A regulamentação desse princípio, por normas infraconstitucionais, privilegiou a criação de várias estruturas, ao estilo de conselhos de Estado. Cada uma das áreas, em razão das dinâmicas próprias, estruturou seus conselhos de forma particular [...]. (ROCHA, s/d, p.137-138)²⁹.

A participação no Estado Democrático de Direito no Brasil é exercida por uma combinação da democracia representativa e da democracia participativa, a primeira significa “[...] genericamente que as deliberações coletivas, [...], são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (BOBBIO, 2000, p. 56). Se tratando de eleições de governantes dos quais a população acredita ser os mais aptos para gerir os bens públicos. E no que se refere à democracia participativa, ainda segundo Bobbio (2000, p 64), esta deve ser tratada por cada indivíduo que participa “nas deliberações que lhe dizem respeito”, no que tange as políticas públicas e a gestão pública de maneira geral.

Quando tratamos especificamente da participação nas políticas urbanas (Habitação, Saneamento, Regularização Fundiária e, Transporte de Mobilidade Urbana), a CF/1988 prevê que as políticas devem ser executadas obrigatoriamente com participação popular, este

²⁹ CF.: Enid Rocha. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In.: 20 Anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da Seguridade Social. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 11/11/2015.

processo ganha força legal com a criação do Estatuto das Cidades³⁰ em 2001 (Lei nº 10.257/2001),³¹ este que legitima as políticas urbanas (artigos 182 e 183 da CF/1988):

CAPÍTULO I Diretrizes Gerais - Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...] II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...].

CAPÍTULO IV Da Gestão Democrática da Cidade Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; V – (vetado). [...]. (Lei nº 10.257/2001) (grifo meu).

A política de desenvolvimento urbano tem por “[...] objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. (art. 182 da CF/1988); a CF/1988 institui também a obrigatoriedade do Plano Diretor para todos os municípios com população de mais de 20 mil habitantes; que a propriedade urbana deve cumprir uma função social; entre outras instrumentalidades legais³².

E importante também dar destaque, nesse contexto, a criação do Ministério das Cidades (MCidades) em 2003, instituição responsável pelas políticas urbanas e por direcionar para um novo projeto de cidade.³³ O MCidades que tem por missão, “[...] melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano,

³⁰ O Estatuto das Cidades, lei 10.257/01, um de seus objetivos é reverter o processo histórico de segregação socioespacial. Disponível em: <<http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf>>. Acesso em: 10/10/2015.

³¹ “[...] Projeto de Lei nº 5.788, denominado Estatuto da Cidade, teve uma longa e lenta tramitação no Congresso Nacional. A matéria constitucional do capítulo da Política Urbano levou mais de 11 anos de discussão, passou por várias comissões, chegou a ficar parada por algumas vezes e foi retomada no final dos anos 90 para ser, enfim, aprovado em 2001.” (SILVA, 2003, p. 103).

³² Cf.: CF/1988, art. 182 e 183.

³³ Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/partic_de_mocratica_e_direito_a_cidade.pdf>. Acesso em: 02/02/2016.

habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade.”³⁴

É a partir desse contexto que a sociedade civil reivindica seus direitos, agora legitimados, tendo a possibilidade de participar ativamente da gestão da cidade, o que atualmente ocorre nos espaços das conferências, dos conselhos de políticas públicas e gestores, e dos fóruns, por exemplo. Nesse sentido, a sociedade participa na “[...] formulação, no monitoramento, na avaliação e no controle de políticas públicas [que] aparece como razão de ser dos arranjos participativos.” (SOUZA, 2012, p. 7) (grifo meu).

Os novos espaços começam a ser criados e ocupados a partir da década de 1990 de forma gradativa, sendo que muitos somente são estabelecidos nos anos 2000, como o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades)³⁵ que é criado em 2004, depois da criação do Ministério das Cidades. Quanto se fala de cidade e de espaço de participação o ConCidades é a “[...] instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial.”³⁶

E necessário refletirmos sobre os instrumentos de participação, que segundo Neves (2012, p. 115-116) não são espaços de emancipação, mas, para “[...] afirmar direitos [que] torna-se uma alternativa à ofensiva neoliberal, pois esses arranjos participativos são importantes e fecundos para romper com a lógica do trato da coisa pública institucionalizada pelo capital e pelo projeto neoliberal [...]” (grifo meu). Ou seja, esses espaços proporcionam um avanço para a sociedade, todavia se formam como “meios” para se chegar a uma sociedade mais justa e igual, mas não se constituem “fim” para este processo.

Para tanto, a ação dos movimentos sociais torna-se fundamental para que os espaços de participação sejam propositivos e operacionais sob as políticas. “Nessa sociabilidade a

³⁴ Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>>. Acesso em: 09/10/2015.

³⁵ Segundo o texto do ConCidades disponibilizado no site no MCidades, temos que: “Ele viabiliza o debate em torno da política urbana de forma continuada, respeitando a autonomia e as especificidades dos segmentos que o compõem, tais como: setor produtivo; organizações sociais; ONG’s; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa; entidades sindicais; e órgãos governamentais. [...] Atualmente, o ConCidades é constituído por 86 titulares – 49 representantes de segmentos da sociedade civil e 37 dos poderes públicos federal, estadual e municipal – além de 86 suplentes, com mandato de dois anos. A composição do ConCidades inclui, ainda, 09 observadores representantes dos governos estaduais, que possuem Conselho das Cidades, em sua respectiva unidade da Federação.” Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>. Acesso em: 19/10/2015.

³⁶ Cf.: Idem.

sociedade é convocada a desempenhar funções próprias de políticas de Estado, tais como a gestão da coisa pública.” (LUSTOSA, 2012, p. 66).

Essa nova conjuntura é resultante, primeiro de mudanças na gestão da sociedade com a redemocratização, mas também de importante modificação política no país, pois nesse momento ocorre a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), que se apresenta ideologicamente e historicamente como um partido de esquerda e, trazendo uma perspectiva de transformação na forma de gerir a cidade.

Com a abertura política, a participação e a organização popular, elementos basilares das lutas sociais, ocorreram novas conquistas. Legislações foram conquistadas e que precisam ser consolidadas, como por exemplo, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social (Lei nº 11.124/2005); a Lei de Saneamento Ambiental (Lei nº 11.445/2007); de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); e de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012).

Todavia, não podemos esquecer da conjuntura de uma política Neoliberal, que está em paralelo com esse processo de conquistas sociais, nessa há a valorização do mercado e, em contrapartida há um déficit nas questões ligadas ao trabalho, aos aparatos urbanos, o uso do solo, o sistema de transporte e, etc., para a classe com menor poder aquisitivo.

O Neoliberalismo nasce como uma reação teórica e política contra o Estado de bem-estar ou Estado intervencionista, tem suas bases com o texto de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, publicado em 1944. Todavia ganha força na década de 1980, mas na Inglaterra inicia em 1973 com governo Thatcher. O período de que se fala é no pós-guerra, portanto, os países de capitalismo avançado estavam em recessão, o que deu força para o pensamento neoliberal, que apontava para a causa dessa recessão econômica o sindicalismo forte e o movimento operário que lutava por melhoria de salários; para tanto a solução era criar um exército de trabalhadores de reserva, ou seja, o desemprego e, com isso enfraquecer os sindicatos. No Brasil o neoliberalismo somente é visualizado na década de 1990, tendo o crescimento das privatizações sua principal característica, o que ocorre no governo Collor e intensificado no governo de Fernando Henrique Cardoso. (ANDERSON, 1995).

Os reflexos desse contexto é o enfraquecimento das lutas sociais. Mas, ainda com esse enfraquecimento as lutas continuam a ser um importante instrumento para frear o capitalismo, com “[...] a insatisfação com a inflação, com os baixos salários e endividamento das famílias, com a precariedade dos transportes e serviços públicos essenciais, como a saúde

e educação, como a violência [...], com o déficit de moradias, [...]” entre outros fatores. (CORREIO INTERNACIONAL, 2014, p. 28).

Nesse sentido, entendemos que sem luta não há conquista. Como resultados das lutas temos conquistas no plano institucional, avanços no desenvolvimento das políticas públicas, mas que ainda envolve inúmeras deficiências na sua atuação, entre eles o planejamento, que é motor fundamental na gestão democrática. E mobilização da sociedade civil organizada é fundamental para cobrar ações concretas do governo para a consolidação de todas as legislações conquistadas ao longo do tempo.

1.2.1 Fóruns, Conferências e Conselhos nas políticas urbanas

Com a abertura política a sociedade passa a participar ativamente nas decisões públicas, com isso espaços de participação são criados, e a sociedade civil passa a ter o papel em conjunto com o Estado de planejar, executar e fiscalizar as políticas públicas:

Desde os anos 70, os movimentos sociais que lutam pela democratização da sociedade brasileira buscam o direito de intervir nas políticas públicas através da criação de mecanismos de controle social. Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do Estado ou do Governo Federal. (BOLETIM REPENTE, 2008, p.1)³⁷

Essa nova conjuntura brasileira trouxe mudanças:

[...] que possibilitaram requalificar a temática da participação em outras dimensões, que dizem respeito ao aprofundamento da democracia, à construção de um novo paradigma às ações coletivas baseando na categoria da cidadania e à construção de novos espaços de participação lastreados não em estruturas físicas, mas em relações sociais novas que se colocam entre o público e o privado, originando o público não-estatal. (GONH, 2004, p. 58).

³⁷ REPENTE: Participação Popular na Construção do Poder Local – boletim editado pelo Instituto Pólis.

No que tange os objetivos dos novos instrumentos de participação para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)³⁸, este destaca: “Dar à sociedade a **oportunidade** de envolvimento na formulação, no monitoramento, na avaliação e no controle de políticas públicas aparece como **razão de ser** dos arranjos participativos.”³⁹ (SOUZA, 2012, p. 7) (grifo meu). Ao refletirmos sobre os objetivos, segundo o IPEA, dos novos espaços de participação, é necessário revermos a palavra **oportunidade**, pois a participação na gestão da coisa pública foi conquistada pela sociedade, portanto é um **direito**, o que vai além de uma oportunidade; a **razão de ser** desses espaços é o direito de todos os cidadãos, garantido pelo Estado Democrático de Direito.

Já no que tange as estruturas de composição desses espaços, trazemos os estudos de Gohn (2004) para afirmar que são constituídos por uma representação eleita pela sociedade civil e pelos representantes do poder público, e podem ser de diferentes formas organizativas, conselhos gestores, conselhos da cidade ou conselhos de representantes distritais, os fóruns metropolitanos ou interestaduais, as câmaras distritais, regionais, dentre outros.

O aprofundamento da democracia levou a construção das propostas de democracia participativa, entendida como iniciativa de produzir novas formas de distribuição dos recursos nas quais as prioridades sejam as necessidades sociais e não os cálculos econômicos advindos das necessidades de lucros do mercado. A dimensão e o significado desta mudança são enormes porque não se trata apenas de ‘inserir o povo’ em práticas de gestão pública [...] Trata-se agora de mudar a ótica do olhar, do pensar e do fazer; alterar os valores e os referenciais que balizam o planejamento e o exercício das práticas democráticas. Partir das necessidades sociais [...] demandas reais implica adotar um outro ponto de partida: o da necessidade de inclusão social dos que estão fora do acesso dos direitos fundamentais e do mercado de bens, produtos e serviços necessários à sobrevivência condigna, e não de favorecimento [...]. (GONH, 2004, p. 60-61) (grifo da autora).

Essa nova forma de entender e de construir a sociedade é muito recente, assim sendo ainda não se apresenta todo esse fazer que inclua a sociedade, principalmente quando falamos de uma parcela da sociedade que foi privada de direitos por longos anos; nesse sentido, percebemos que esses espaços de participação ainda estão em processo de construção. Entre os novos espaços de participação temos os *fóruns*, as *conferências* e os *conselhos*, estes que serão melhor analisados, como foco deste trabalho.

³⁸ Fundação pública federal e tem suas atividades destinadas a dar suporte técnico para formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro.

³⁹ Cf.: Clóvis Henrique Leite de Souza. A que vieram as Conferências Nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003-2010. In.: 1718 Texto para discussão. IPEA. Rio de Janeiro, março de 2012.

Os Fóruns, que aqui destacamos são instrumentos de articulação, organização da sociedade civil para o debate político, que se configuram como rede de movimentos. Neles diversos sujeitos políticos - entidades, movimentos sociais, organizações não-governamentais e etc., se articulam para o debate de pautas políticas nacionais e locais. É importante também destacar que suas pautas de luta dependem de um contexto político das entidades que o compõem, o que significa dizer que há ocasiões de maior atuação desses sujeitos enquanto fórum e outros períodos de maior atuação dos grupos (entidades) que fazem parte dele.

Nesse sentido, a momentos com mais atuação e momentos com menos enquanto Fórum, pois cada entidade organizativa que o compõem tem diferentes interesses e agendas próprias, à medida que quando estas agendas não estão em sintonia há dificuldade de garantir o funcionamento do Fórum que atuam. (SILVA, 2002).

A criação dos Fóruns vem a partir da necessidade da sociedade, como ocorreu com o FNRU, no qual o processo da redemocratização do país e as crescentes desigualdades trouxeram a necessidade de discutir a cidade como um espaço que precisava ser do social. O FNRU, então, passa a ser um instrumento não-governamental que a sociedade como um todo tem para participar da gestão da cidade, debatendo e deliberando ações que vão de encontro à cidade do social.

Já as conferências “[...] podem ser definidas como processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para formulação de propostas para determinada política pública.” (SOUZA, 2012, p. 9). Com base neste texto do IPEA⁴⁰, temos de forma geral as seguintes finalidades das conferências: “definir princípios e diretrizes das políticas setoriais”; “avaliar programas em andamento”; “dar voz e voto aos segmentos que discutem a temática”; “discutir e deliberar sobre os conselhos”; e “avaliar e propor instrumentos de participação popular referente ao orçamento”.

O que se destaca a respeito das conferências é que são instrumentos de abertura ou fortalecimento político da interlocução do Estado e da sociedade civil, porém, há pouca integração entre os ministérios e nas políticas setoriais, o que dificulta a execução do que se planeja nas conferências. É importante destacar que as conferências não são apenas atividade ou eventos da agenda pública, e sim processos participativos, com ações conectadas, encaminhamentos de decisões a respeito das políticas públicas. (SOUZA, 2012).

⁴⁰ Cf.: Clóvis Henrique Leite de Souza. A que vieram as Conferências Nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003-2010. In.: 1718 Texto para discussão. IPEA. Rio de Janeiro, março de 2012.

Temos como exemplo no âmbito da cidade, a Conferência Nacional da Cidade (CNC), que conforme o Ministério das Cidades⁴¹, possui as seguintes atribuições:

As conferências constituem a oportunidade máxima de participação e pactuação política ao construir um espaço para a sociedade compartilhar a elaboração e avaliação das políticas públicas e de sua implementação. As Conferências das Cidades colocam na agenda pública e política questões urbanas que sempre foram preteridas ou tratadas apenas no âmbito local (ocupação de risco, saneamento ambiental, regularização fundiária, conflitos fundiários, urbanização de assentamentos precários, acesso a moradia para a população de até 3 salários mínimos e mobilidade urbana, entre outros). Elas promovem a formação de redes de difusão de informações sobre a função social da cidade e da propriedade e fortalecem o Conselho das Cidades, que age como o interlocutor das propostas aprovadas em plenárias, ampliando a participação popular.

É importante também destacarmos que na 1ª CNC/2003 trouxe como direção de suas deliberações a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que em seus princípios estão: o direito à cidade; a moradia digna; saneamento ambiental público; transporte público; função social da cidade e da propriedade; gestão democrática e controle social; inclusão social e redução das desigualdades; sustentabilidade financeira e sócio-ambiental da política urbana; combate a discriminação de grupos sociais e étnicos raciais; combate a segregação urbana e; diversidade sócio-espacial.⁴²

E por fim, no que refere aos espaços dos conselhos, esses estabelecem a interlocução entre a sociedade política e a sociedade civil organizada. Neste sentido, os conselhos são um “[...] novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade, criando novas formas de controle social, [...] [no qual possuem] a dinâmica societária [...] [e] fortalece[m] os espaços de representação da sociedade civil, e passou a exigir que os próprios espaços de gestão das políticas públicas fossem alargados, ampliados, pela inclusão e participação de novos sujeitos sociopolíticos.” (GONH, 2004, p. 66) (grifo meu).

Mas, é necessário que nos espaços dos conselhos, se tenha organização dos sujeitos da sociedade civil que o compõem e uma perspectiva cidadã nas demandas de interesse público, todavia também é necessário que “tenham igualmente condições para atuarem”, ou

⁴¹ Cf.: <<http://app.cidades.gov.br/5conferencia/conferencia/apresentacao.html>>

⁴² Cf.: Disponível em:

<http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/1PoliticaNacionalDesenvolvimentoUrbano.pdf>. Acesso em: 01/02/2016.

seja, o mínimo de infraestrutura e igualdade política para esses espaços funcionarem. (GONH, 2004, p. 67).

No âmbito da cidade o conselho que tomamos como exemplo é o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), ele foi criado em 2004,

[...] representa a materialização de um importante instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, em processo de construção. Ele é um órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades e tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação da PNDU, bem como acompanhar a sua execução. [...] O ConCidades é, portanto, uma verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial. A origem plural desses órgãos e entidades e sua tradição de atuação diante da temática de desenvolvimento urbano possibilitam aos segmentos uma atuação caracterizada pela articulação e negociação política, ação propositiva e qualidade técnica nos debates, possibilitando, dentre outras coisas, a construção de políticas públicas que favoreçam o acesso a todos os cidadãos, tendo sempre como referência as deliberações advindas das Conferências Nacionais das Cidades.⁴³

Mediante o exposto, percebemos que dificuldades ainda precisam ser superadas nessa forma de gerir a cidade, como, a necessidade da integração das políticas, a necessidade de uma infraestrutura mínima para o funcionamento, não somente dos conselhos, mas, também dos fóruns. Porém, não podemos negar os avanços que o processo democrático trouxe para a sociedade. O desafio, nesse momento, é avançar na consistência do funcionamento desses espaços, que estão em uma perspectiva contrária às políticas neoliberais.

1.2.2 Atuação dos movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação: mobilização x movimentos sociais

Mobilização e movimento social são elementos importantes para as lutas sociais e para o desenvolvimento urbano igual e justo, nesse sentido é fundamental diferenciarmos os seus conceitos, e para tanto temos como referência, Montaño; Duriguetto (2011, p. 264) afirmando que:

⁴³ Cf.: <http://cidades.gov.br/conselho-das-cidades>

Longe de se tratar de uma questão semântica, um ‘movimento social’ caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma ‘mobilização social’ remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social. (grifo dos autores).

Brignol (2014, p. 263) também trata sobre essa diferenciação, que caracteriza as mobilizações e as ações de protesto como uma: “[...] percepção de um conflito, gerando um sentido de solidariedade que aproxima aqueles que compartilham de objetivos comuns, embora não precisem estar relacionados, necessariamente, a um movimento social.”⁴⁴ Ou seja, por mais que sejam elementos que se comunicam não possuem o mesmo significado.

Mediante isto, percebemos que muitas vezes as ações de protestos, e as mobilizações, são confundidas como ações necessariamente de movimentos sociais. Se olharmos para o processo de redemocratização do país e a institucionalização da CF/1988 estas foram conquistadas por mobilizações de vários sujeitos e de movimentos sociais que tinham um objetivo comum; mas quando falamos de ações mais pontuais, por exemplo, como fechamentos de vias, ruas ou estradas, tratamos de mobilizações ou ações de protestos, que nesse caso se trata de “estratégias de ação que podem ou não ser articuladas por movimentos sociais”⁴⁵.

Assim, no que se refere ao processo de mobilização *urbana*, este é intensificado com a organização da sociedade civil a partir da década de 1970, nas associações de bairros e igrejas, espaços que a população encontrou para se articular e unificar suas lutas. “Mobilizações estas, canalizadas para a esperança de alcançar a distribuição da riqueza concentrada nas cidades brasileiras e principalmente, contra o Estado Autoritário, considerado responsável pelo crescimento da concentração de riqueza e poder.”⁴⁶

E com a CF/1988, o Estatuto das Cidades de 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003, o processo da participação dos movimentos sociais é modificado, esses sujeitos políticos passam a ocupar os novos espaços de participação, sendo estes as

⁴⁴ CF.: BRIGNOL, Liliane Dutra. #Vem pra rua_Santa Maria: movimentos sociais em rede, mobilização social e usos do Facebook em ações de protesto. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.258-272, maio 2014. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 19/10/2015.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Cf.: Grazia de Grazia; Evaniza Rodrigues. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/umaalternativaparaagestaoascidades.pdf>>.

Conferências, os conselhos das políticas urbanas ou conselhos gestores do Fundo nas três esferas de governo, e os Fóruns; contudo, as mobilizações continuam sendo uma estratégia de luta dos movimentos sociais, mas tais ocorrem com menos intensidade.

A participação dos movimentos sociais nos novos espaços de participação tem se construindo ao longo da década de 1990 e de 2000, e essa vem se configurando a principal estratégia desses sujeitos políticos.

Temos a participação dos movimentos sociais urbanos nas Conferências das Cidades⁴⁷, como um exemplo significativo na democratização da cidade, em todas as esferas de governo, este que vem sendo um elemento articulador desses sujeitos na construção e efetivação da política urbana e instância que elege os componentes do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).

O ConCidades, atualmente tem 23 conselheiros titulares e 23 suplentes, estão presentes no conselho no segmento dos movimentos populares: a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAN); a União Nacional por Moradia Popular (UNMP); o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM); e a Central de Movimentos Populares (CMP).⁴⁸

Com base nos documentos (Relatórios com os resultados das CNC's, resoluções das CNC's e Jornal da 4ª CNC) disponibilizados pelo Ministério das Cidades, percebemos que em relação aos delegados eleitos e indicados para as Conferências das Cidades no segmento dos Movimentos Populares, há vários movimentos sociais no geral, como associações de moradores e movimentos por moradia, porém quando se trata dos eleitos para o Conselho das Cidades os sujeitos que predominam são os quatro movimentos de maior força histórica na luta pela reforma urbana, sendo eles: CONAN, UNMP, MNLM E CMP.

Mediante o exposto percebemos que ainda é necessário avançar para a luta pela reforma urbana, mas é fundamental também refletirmos os entraves dessa luta, pois “[...] a base da política urbana, [...] confronta os interesses privados dos que se apropriam da produção e dos benefícios urbanos com os interesses sociais daqueles que vivem, trabalham e se reproduzem na cidade.” (ABREU, 1989, p. 38).

⁴⁷ Em 2003 se teve a 1ª Conferência das Cidades (em todos os entes da federação - União, Estado e Município, sendo que nem todos os municípios foram possíveis à realização), sendo portanto realizadas a cada três anos já se teve cinco Conferências, que ocorreram em 2003, 2005, 2007, 2010 e 2013.

⁴⁸ Cf.: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/secretaria-executiva>.

E os instrumentos de participação, apresentados, são espaços de interlocução com o Estado, se configuram na atualidade para confrontar o interesse do grande capital.

A participação da sociedade debatendo em suas organizações, dialogando com o Estado e realizando o controle social é muito importante para garantir que as políticas atendam, de fato, às necessidades prioritárias da população, para melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços e também para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. (BOLETIM REPENTE, 2008, p.2)⁴⁹

Os avanços constitucionais no desenho das políticas sociais criaram espaços concretos de participação da sociedade no planejamento e na execução de políticas por meio de conselhos municipais, estaduais e federais. Entretanto, ao lado desses avanços, ao longo da década de 90 e no início dos anos 2000, a relação do Estado com a sociedade sofreu uma inflexão. Isto é, os movimentos sociais que na década de 80 caracterizavam-se por seu caráter reivindicatório, pela ampliação de direitos sociais universais e pela construção de um Estado do bem-estar social, na década de 90, grande parte das organizações passam a assumir responsabilidades conferidas ao Estado pela Constituição Federal. Essa guinada no papel da sociedade civil reflete a política governamental do Estado mínimo, significando a tentativa de repassar à sociedade civil responsabilidades conferidas à instância pública governamental, conforme outorgadas pela Constituição Federal de 1988 e por todas as leis orgânicas decorrentes. (ROCHA, p. 144-145).⁵⁰

E no que diz respeito à participação dos movimentos sociais nos Fóruns, este tem na sua agenda de luta, debates para criar estratégias como as atividades de formação, bem como as mobilizações, mas não somente, pois temos no caso da reforma urbana os movimentos gerais participando dos fóruns e também das conferências e dos conselhos, o que se configura também como uma estratégia de ação. Na cidade, espaço de múltiplas contradições e diferenças sociais se tem a articulação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que

[...] luta pela democratização da gestão das cidades e pela garantia de condições dignas de vida para todas e todos, avalia como fundamental realizar sistematicamente encontros, oficinas e campanhas, além das reuniões da coordenação e das que antecedem as reuniões do ConCidades, considerados todos como momentos importantes de articulação, mas também de qualificação, formação e mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil para influir nos espaços de discussão de políticas públicas e gestão de cidades.⁵¹

⁴⁹ REPENTE: Participação Popular na Construção do Poder Local – boletim editado pelo Instituto Pólis.

⁵⁰ CF.: Enid Rocha. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In.: 20 Anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafio da seguridade social. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 11/11/2015.

⁵¹ Disponível em: <<http://web.observatoriodasmetropoles.net>>. Acesso em: 13/01/2016.

O FNRU (movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que militam pela Reforma Urbana) criado em 1987, é um instrumento importante de mobilização na luta pela reforma urbana⁵². Em seus documentos⁵³ disponibilizados tem em sua agenda o constante debate da habitação, os sujeitos que participam desses espaços também participam das conferências e dos conselhos. Como eles retratam Caderno do FNRU 1⁵⁴:

E em todos esses anos, estimulamos a participação social em conselhos, organizamos cursos de capacitação para lideranças sociais, discutimos a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma de nossas maiores conquistas é o Estatuto da Cidade, uma lei que após 12 anos no Congresso *foi aprovada devido à pressão popular*. Com grande expressão no movimento nacional pela reforma urbana, o FNRU tem conseguido influir nas políticas urbanas brasileiras, atuando de forma incidente para a aprovação de políticas sintonizadas com o ideário da reforma urbana. (SANTOS JUNIOR, 2009, p.1) (grifo meu).

Na agenda do FNRU está presente, então, o controle social; demonstrando-nos que os movimentos sociais têm nesses espaços uma importante estratégia de luta, tendo como objetivo fim a garantia de condições dignas para a população. Sendo assim, entendemos que as mobilizações são estratégias importantes para a pressão dos governos para a efetivação dos direitos, mas surgem novas estratégias de acordo com o contexto que se vive.

Assim, é importante mesurar sobre as mobilizações, que precisam ter objetivos claros e serem articulados com movimentos sociais para possíveis encaminhamentos (para serem debatidas nas conferências e nos conselhos, por exemplo) no pós-mobilização, para maior possibilidade de resultados concretos.

Porém, há outras formas para reivindicar suas pautas de luta, é nesse sentido que se torna significativo trazermos para reflexão o movimento que ocorreu em junho de 2013 em

⁵² Entre as mobilizações realizadas por esses sujeitos políticos, temos como exemplo a: “- Realização de jornadas de lutas pela reforma urbana e pelo direito à cidade (iniciada com a Marcha Nacional pela Reforma Urbana, no dia 16 de agosto de 2005; e depois na forma de Jornadas de Luta pela Reforma Urbana, em 2006 (28 de junho) e em 2007 (01 de outubro), com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno de uma agenda de prioridades relacionadas à política urbana. - Realização da campanha 'Olho no seu Voto', nos anos eleitorais, voltada para a sensibilização da sociedade em torno da agenda da reforma urbana e para a importância de votar em candidatos comprometidos com essa agenda. - Realização de campanhas de sensibilização em torno de pontos específicos da agenda do Fórum, como, por exemplo, a campanha 'Brasil sem Despejos', em torno da Plataforma Brasileira de Prevenção aos Despejos, realizada em 2006/2007.” (SANTOS JUNIOR, 2009, p. 42). CF.: Disponível em: <www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em: 11/11/2015.

⁵³ Anexo B

⁵⁴ CF.: Disponível em: <www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em: 11/11/2015.

importantes capitais do Brasil (Brasília, Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, entre outras), chamado de “Movimento Passe Livre” (MPL), a pauta principal era o transporte, mas, outras pautas não deixaram de ser visibilizadas. Podemos perceber a relevância do momento⁵⁵ com as reflexões do Movimento Passe Livre - São Paulo (2013, p.13-14) sobre seus fundamentos:

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras [...]. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, [...] a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre.

Podemos perceber ao longo da história, então, que as lutas da sociedade são fundamentais para o avanço da sociedade de forma justa e igual, e as lutas com o propósito de mudança ou de melhor atendimento da população, são válidas, demonstrando ou impulsionando a ser um movimento contra a hegemonia à classe dominante, ou seja, a emergência da oposição entre as diferentes classes da sociedade. Neste sentido, é a junção da ação política da organização de classe que possibilita essa ruptura histórica e ideológica dominante (LOJKINE, 1997).

Assim, a luta de classes desempenha um papel fundamental na história dos movimentos sociais, pois “[...] o movimento social só adquire sentido completo se tiver capacidade de opor-se à classe dominante e ao conjunto de seu sistema hegemônico.” (LOJKINE, 1997, p. 314). Compreende-se, desta forma, que “[...] o estudo dos movimentos sociais [...] centra-se na análise dos processos históricos globais, nas contradições materiais existentes e nas lutas entre as principais classes [...]” (PICOLOTTO, 2007, p. 157-158). Contradições econômicas, políticas e sociais que colaboram para a organização política da população.

⁵⁵ O Movimento Passe Livre -São Paulo (2013), considera que esse movimento se inicia por volta de 2003 em Salvador, com a Revolta do Buzu, ocasionada pelo aumento da passagem do transporte público.

2 – PROCESSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS DE BELÉM/PA: CARACTERIZAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

No processo de acumulação do capital e da integração da região amazônica à economia nacional intensificou-se a sua exploração para o capital monopolista, enquanto a sua população ficava em segundo plano. (RODRIGUES, 1996). Em Belém, lócus da pesquisa, capital do estado do Pará pertencente à região Norte do país, mais especificamente a Amazônia, não está fora dessa ordem capitalista; de crescimento desordenado que intensifica os problemas urbanos. Belém é fundada em 1916, e tem seu histórico marcado por conflitos gerados por um planejamento desigual e concentração de poder.

Com o processo de urbanização, diversos problemas surgiram, assim como nos grandes centros urbanos, Belém é marcada pela política de higienização e embelezamento das cidades⁵⁶, que acelera sua urbanização. Com o crescimento desordenado da cidade a população com menor poder aquisitivo é excluída social e territorialmente, fazendo com que se criem alternativas para sobreviver na cidade.

Belém é localizada em área que determinou seu processo de ocupação, primeiramente em um vetor que acompanhava o rio Guamá e outro pela baía de Guajará. Com o crescimento da cidade se expandiu seus primeiros equipamentos urbanos, mas, a ocupação primeiramente se deu nas áreas altas da cidade deixando os terrenos alagados ou alagáveis vazios, constituindo uma ocupação irregular da cidade. Nas áreas altas da cidade se concentrava os equipamentos urbanos e os empregos, e a população com baixa renda não possuía condições financeiras para morar no centro da cidade, então encontrava alternativas para morar o mais perto possível, ainda que isso significasse morar em situações insalubres. (ABELÉM, 1988).

Neste quadro de análise, Belém experimenta um complexo processo de expansão urbana, pois a partir de década de 1960 acentua-se o crescimento demográfico da cidade, e o contingente populacional que se forma, por não ter alternativas de moradia em terra firme, pois já estavam ocupadas por repartições públicas civis e militares, passa a ocupar as chamadas áreas de baixadas. (MOURA, 2004, p. 88).

⁵⁶ Em Belém, isso ocorre no governo de Antônio Lemos (1897-1911), no qual a população com menos poder aquisitivo era “expulsa” para a periferia da cidade; política que favorece a elite advinda do período auge da borracha (1879 e 1912), pois o centro da cidade era visto como lugar privilegiado.

“Belém avançou o século XX como outras cidades brasileiras, com problemas de administração e de infra-estrutura, de políticas públicas e de investimento” o que acarreta conflitos para reivindicar melhores condições de vida. (PORTELA, 2005, p. 77)⁵⁷.

Observa-se que no período entre 1991-2000, Belém teve um acréscimo de 26,60% na sua taxa de urbanização passando de 78,48% para 99,35% em 2000. Sendo ainda que neste último ano, a população do município representava 20,68% da população do Estado, e 0,75% da população do País. Neste sentido, detendo-se especificamente no processo migratório do Estado do Pará, tem-se que a maioria dos migrantes da cidade de Belém são oriundos de cidades interioranas do próprio Pará, sendo esta a principal corrente migratória na Região Norte, a denominada “migração cidade-cidade”, ou seja, da cidade pequena para a cidade grande, principalmente para as capitais dos estados. (Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos - COHRE, 2006, p.20)⁵⁸

Assim, após um processo longo de crescimento de problemas urbanos e de crescimento desordenado socioterritorial da cidade, bem como um período de repressão proporcionado pela ditadura, os Movimentos Sociais Urbanos em Belém se articulam, acompanhando a processo nacional dos anos 1970 e 1980 de luta pela redemocratização, no qual surgem nos bairros periféricos da cidade. Na década de 1990 surge uma nova forma de organização desses sujeitos políticos, a atuação nos conselhos e nos fóruns; o que se dá em um processo gradativo de ocupação desses espaços que se intensifica nos anos 2000, nesse sentido, a atuação e a organização dos MSU's está em constante mudança conforme o contexto social, político e econômico que está inserido.

Este processo foi registrado nas próximas subseções por meio de uma revisão bibliográfica, referente a esses espaços de participação em Belém; bem como pesquisa documental, realizada nos locais de funcionamento dos conselhos e fóruns; e pesquisa de campo, com relatos de experiência de seus membros⁵⁹. Para tanto, optou-se dividir este capítulo em duas subseções, ambas para tratar dos espaços de participação popular, mas se dividiu para fins metodológicos conforme a cronologia de criação; na primeira subseção estão

⁵⁷ Em 1943, Magalhães Barata é nomeado como interventor federal do estado do Pará e extinguiu partidos político e censurou a imprensa, o reflexo deste quadro foi a ausência de reivindicações populares. (ABELEM; OTTERLOO, 1995).

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT23022012190943.pdf>>. Acesso em: 02/03/2016.

⁵⁹ A escolha dos sujeitos para os relatos de experiências foi realizada a partir das entrevistas, ou seja, foi feita uma amostra intencional entre os representantes dos movimentos sociais urbanos dos espaços de participação em Belém para as entrevistas e a partir desta aproximação, foi feito os relatos de experiências com três sujeitos que se apresentam de fundamental importância para compreendermos a atuação e a organização atualmente dos MSU's.

aqueles criados entre as décadas de 1970 a 1990, e na seguinte aqueles com data de fundação nos anos de 2000.

2.1 - ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: primeiros espaços de participação em Belém-Pa

A organização dos movimentos sociais em Belém se intensificou por meio da articulação de associações de moradores, centros comunitários e outras formas de organizações populares, o que teve maior força com Comissão dos Bairros de Belém (CBB) a qual surge em um processo de organização política em 1979, esta se configurou em um grande agente articulador das lutas dos bairros de Belém. (CRUZ, 2011). Nesse sentido, a CBB se trata de uma organização em *rede de movimentos* que articulava centros comunitários, ONG's, Agencias Pastorais e, outras entidades (organizações sociais) com o “propósito de unificar as lutas travadas em lugares dispersos” (Comissão dos Bairros de Belém, 1980, p. 3).⁶⁰

A partir da segunda metade da década de 1970, a organização dos movimentos sociais acontece em torno de demandas comuns da população, nas áreas da educação, saúde, e transporte, congregando um grande número de entidades organizativas dos bairros. O eixo principal desse processo se deu a partir da luta pela moradia, por tratar-se de uma carência capaz de aglutinar grande parte da população. Assim, a luta pelo direito de morar provoca um processo de organização e mobilização dos bairros na Campanha pelo Direito de Morar, organizada pela Comissão de Bairros de Belém (CBB) [...]. (MOURA, 2004, p. 91-92).

A Criação da CBB articulou uma população que se recusava, nas suas próprias palavras, “[...] a continuar a ver apenas a banda passar, a população pobre dos bairros de Belém se uniu numa entidade, cujo objetivo é juntar as forças, não só na cidade, como no campo, para buscar um direito que lhe garante a Constituição.” A busca pela efetivação dos direitos conquistados, como as “[...] escolas, o custo de vida, a falta de luz e água, a inexistência de redes de esgoto, problemas de saneamento, a deficiência de transportes

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PICBBPA011979000.pdf>>. Acesso em: 22/03/2016.

urbanos nos bairros mais afastados o salário, irrisório, a repressão policial, enfim, toda uma gama de injustiças [...]” (Comissão dos Bairros de Belém, 1980, p. 3).⁶¹

Todavia foi por meio da pauta da posse de terra que a CBB é criada, como nos detalha Alves (2010, p. 49):

[Após a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) convocar] uma assembleia de moradores [...] para discutir os conflitos pela posse da terra na capital, [...] culminou com a criação da Comissão de Bairros Podres de Belém e elegeu sua diretoria provisória em 21 de janeiro de 1979. Posteriormente a já denominada Comissão dos Bairros de Belém realizou seu primeiro congresso em 1991, quando aprovou seu estatuto e elegeu sua primeira direção, recomposta em 26 de fevereiro de 1983, conforme informa a Ata da Reunião do Conselho de Representantes da CBB [...]. Na primeira metade da década de 1980, a CBB se ocupou prioritariamente das temáticas da moradia e da educação, que estiveram entrelaçadas à luta contra o regime militar e a democratização do país. Contudo, a orientação desenvolvida pela entidade implicou efetivamente em uma organização articulada, intencionando romper a lógica barrista predominante, onde cada comunidade ou grupo lutava isolado. (grifo meu).

É importante destacar que esse processo de organização teve contribuição da igreja, “[...] o apoio da igreja às lutas populares é determinado pelo próprio evangelho, que traz em seu bojo a boa nova para o povo em termos de uma vida digna e harmônica [...]”, por meio de orientações e disponibilizando os espaços para os movimentos sociais se reunirem (Comissão dos Bairros de Belém, 1980, p. 11)⁶². A respeito das orientações que a igreja dava aos movimentos sociais temos o documento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) - Exigências Cristãs de uma Ordem Política⁶³, no qual podemos exemplificar a direção deste, a partir dos parágrafos 14 e 27, sobre *Direitos e deveres do Estado* e sobre *A Participação*, respectivamente:

Não é o Estado que outorga esses direitos às pessoas, às famílias e aos grupos intermédios. Ao Estado, como instituição fundada na própria natureza social dos homens, compete a realização de um bem comum que, eles isoladamente, não poderiam alcançar e que constitui, portanto, a própria razão de ser do Estado.

A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. Ao contrário, a falta de educação política e a despolitização de um povo, e especialmente dos jovens, pela qual fossem reduzidos à condição de simples expectadores ou de atores de uma participação meramente simbólica,

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/CEI_Documentos_074.pdf>. Acesso em: 22/032016.

prepararia e consolidaria a alienação da liberdade do povo nas mãos da tecnocracia de um sistema.

A atuação da CBB foi marcada com intensas mobilizações populares, mediante a organização desses bairros muitas conquistas foram possíveis. A “[...] mobilização do povo é um fenômeno cuja origem pode ser perfeitamente detectada no altíssimo custo de vida, nos salários baixos, na falta de terras para morar, na falta de água e luz, na carência de escolas e na opressão.” (Comissão dos bairros de Belém, 1980, p. 2)⁶⁴. Foi a necessidade do povo que suscitou a necessidade de se organizar, “é somente só a luta do povo unido é capaz de vencer a força da opressão” (D. Clarice⁶⁵, 1980 apud Comissão dos bairros de Belém, 1980, p. 8)⁶⁶.

Em relato de um dos membros da CBB atualmente, nos deixa claro a sua importância, e a forma como a organização social atuava, e trata também dos motivos da sua desarticulação:

A CBB atuava em todos os espaços, em todas as lutas, até 2009 ela foi atuante, não até 2010 ela foi muito atuante, ai teve vários processos contra ela, principalmente por causa trabalhista, no governo do Edmilson eles foram administrar um Programa Família Saudável, e ai eles não tinham experiência suficiente pra administrar um Programa, ai a coisa complicou, começaram a serem (sic) empresários, e isso é muito ruim quando uma entidade pensa que é empresário, ai foi nisso que a coisa complicou, ai o que aconteceu depois disso as coisas foram decaindo, as pessoas foram desvanecendo, foram desacreditando, tinham muitas entidades filiadas, mas foram desacreditando, mas teve uma atuação excelente.⁶⁷

Precisamos refletir sobre essa *atuação* da CBB atualmente, uma vez que não podemos dizer que continua a representar os bairros de Belém. Pois, a categoria da representação⁶⁸, segundo o conceito hobbesiano, precisa de uma “autorização” de alguém ou de uma assembleia para agir de forma limitada ou ilimitada.

E também percebemos no relato de experiências divergências sobre o período que ocorreu a desarticulação da CBB como organização social e, também nos faz refletir que

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PICBBPA011979000.pdf>>. Acesso em: 22/03/2016.

⁶⁵ Relato da Dona Clarice, moradora e militante do bairro da Terra Firme na época da criação da CBB.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PICBBPA011979000.pdf>>. Acesso em: 22/03/2016.

⁶⁷ Relato da entrevista F.

⁶⁸ Cf.: Categoria Representação é bem explanada na dissertação Daniela Lopes de Andrade, intitulada “A representação política dos movimentos urbanos no conselho das cidades do Pará”, 2012.

mesmo com a influência política e social que a organização social tinha, esta não consegue seguir atuante.

[...] a CBB, enquanto formato organizativo, passa a enfrentar inúmeras dificuldades em torno de suas bandeiras de luta, ocorrendo nos [...] anos 1990 e seu completo esvaziamento, o que culminou, inclusive, *no ano de 2007*, com a expropriação de sua sede pela justiça do trabalho da 8ª Região, em decorrência de dívidas trabalhistas. O que chamou atenção nesse episódio foi a total inoperância dos agentes mobilizadores, que historicamente desempenharam papel de efetivos protagonismos no processo de mobilização da cidade de Belém. (CRUZ, 2011, p. 188) (grifo meu).

[...] a entidade *deixou de funcionar em 2005*, motivada por uma enorme dívida trabalhista contraída durante a segunda gestão do governo municipal, Edmilson Rodrigues, quando a entidade firmou um convênio com a Prefeitura e Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – Sesma, para gerenciar o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Este convênio também foi celebrado entre a Prefeitura e a FEMECAM. (ALVES, 2010, p. 70) (grifo meu).

No que se refere à diferença do período da desarticulação da CBB, temos uma hipótese baseada no relato de uma das representantes da CBB no Conselho Municipal de Transporte de Belém, esta afirma que tem mais de vinte anos nesse espaço de participação sempre representando a CBB, e mensura que apesar da desarticulação ela continua tendo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), ou seja, legalmente ela continua existindo.

Nesse sentido, podemos concluir que possui lideranças individuais e ações pontuais, o que segundo as Atas do conselho de 2005 até 2012 (período disponibilizado pelo SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém⁶⁹) estão presentes três representantes da CBB neste período no conselho; essas representações individuais podem, logo, ter deixado a Comissão dos Bairros de Belém ativa por mais tempo. Mas, como referido, essa é só uma hipótese, que merece novos estudos desse espaço que foi tão importante para o processo organizativo de Belém, todavia esse não é objetivo deste estudo.

[...] A CBB é uma entidade de longa data, teve alguns percalços pelo meio do caminho, hoje não é mais uma entidade como era antes, hoje nem cede mais tem, mas tem CNPJ, tem uma direção, uma direção que não atua nada, mas ainda tem uma direção, tem alguns bens está em algum sindicato ai, um sindicato que é da saúde que estavam (sic) alguns móveis e também documentos.⁷⁰

⁶⁹ Espaço no qual o Conselho de transporte funciona atualmente.

⁷⁰ Relato referente a CBB da entrevista F.

No entanto, temos o marco histórico às duas gestões de Edmilson Rodrigues (1997-2000/ 2001-2004), então prefeito de Belém, como referência de um processo visível de enfraquecimento desse espaço de participação popular; o que podemos perceber no relato (a seguir) de um dos sujeitos que ali participavam⁷¹.

A CBB acaba no governo do Edmilson, aconteceram muitas coisas na CBB, [...], colocaram lá dentro muitas equipes da Saúde da Família, e o dinheiro pagava lá mesmo. Ficou uma desconfiança muito grande, e foi desmoronando. As próprias pessoas que discutiam a CBB passaram a ser cooptadas, foram cooptadas os melhores quadros do movimento, e elas foram saindo. E as pessoas que foram colocadas não foram formadas, essas pessoas não queriam e foi caindo no descaso, e ela vai se esvaindo. Da onde você tira e não põe, acaba; não tinha mais articulação, não foi mais por bairro, foi um mal entendido do Orçamento Participativo⁷², então parece que aquilo ali esvaziou, não tinha mais aquelas reuniões grandes nos bairros, eles jogam a culpa toda no governo, o Orçamento Participativo tinha que organizar nos bairros também, não tinham por que acabar os movimentos de bairros [...].

Nós percebemos que a partir de 97, os movimentos aqui no estado do Pará e aqui em Belém principalmente ele dá uma quebra em virtude de um outro projeto que tinha pra trabalhar com o movimento, mas não era um projeto ruim, ele foi mal entendido, porque quando a comunidade era chamada pro Orçamento Participativo, [...] chegava lá dentro, o que muitas vezes a gente via era cooptação, as lideranças já eram cooptadas, [...] houve uma quebra de organização.⁷³

Desta forma, temos que a Comissão dos Bairros de Belém teve um papel significativo para a organização popular em Belém, porém os relatos acima nos deixam o questionamento, para novas investigações, de como essa nova forma de gerir a cidade, no caso o Orçamento Participativo, foi um elemento para a desarticulação da CBB.

Percebemos, então, que CBB atualmente existe somente legalmente e por atuações individuais, e isso nos leva a outra *rede de movimentos*, a FEMECAM (Federação

⁷¹ É importante ressaltar que durante a gestão do “governo do povo” em Belém, a prefeitura incluiu a CBB em sua estratégia de mobilização popular, reconhecendo seu papel histórico de sujeito articulador e mobilizador dos movimentos sociais de Belém. A tentativa foi de rearticular as lutas sociais em Belém, de resgatar o papel da CBB de articulação e mobilização popular e de colocar a CBB no centro da luta política local, através do Orçamento Participativo e do Congresso das Cidades. Contudo, a gestão da CBB não conseguiu redefinir suas estratégias políticas na perspectiva de seu fortalecimento, o que contribuiu para a sua completa desarticulação. (CRUZ, 2011, p. 189).

⁷² O Orçamento Participativo (OP), foi a primeira oportunidade de participação popular no planejamento orçamentário do município. A experiência de gestão participativa com OP, teve seus princípios firmados na participação popular, a transformação da cultura política local, a democratização do Estado e a inversão de prioridades (RODRIGUES, 2010).

⁷³ Relato da entrevista A, depoimento da representante do FMRU.

Metropolitana de Centros Comunitários e Associação de Moradores)⁷⁴, outro espaço de articulação dos movimentos sociais urbanos de Belém⁷⁵, que segundo a pesquisa realizada também se encontra desarticulada tendo como um dos fatores as dívidas trabalhistas, de tal modo que não tem base de organização, tem somente existência legal e lideranças individuais. Assim, refletimos sobre o que configura a existência ou que é mais importante em uma organização social, um CNPJ ou uma base (vínculo associativo⁷⁶) para discutir e deliberar as decisões e prioridades da população representada.

Como afirma um dos entrevistados: “[...] vivemos num país que tudo tem que ser legal, é tanta legalidade que pra mim passa a ser até imoral, por que tem que ser legalizado, tem que ter CNPJ, então, o movimento pra poder chegar numa implementação da política no estado, no município.”⁷⁷ É necessário refletirmos se esse formato institucionalista que os movimentos sociais tiveram que atender para poder participar ativamente na captação de recursos por meio de Projetos Sociais, e para participarem nas Conferências e nos Conselhos, tem provocado avanços ou não, para sua atuação e organização.

É relevante também percebemos a importância da base em uma organização popular, para debater, deliberar, encaminhar os problemas da população, assim como se organizar em *rede de movimentos* com a intenção de ter mais força política para tratar com os governantes. É de fundamental importância que os sujeitos políticos populares tenham uma atuação norteada pelos reais problemas da população, o que gera força nas mobilizações diversas, se apresentando como representantes do povo nos espaços participativos, e não representando interesses particulares, mesmo quando esse não tenha uma direção de prejudicar interesses gerais.

É importante destacar que no pós-Constituinte, surgiu outro importante articulador das lutas urbanas em Belém, o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU) criado em 1992, a partir de um debate já disseminado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana

⁷⁴ FEMECAM era “[...] composta pelas forças políticas que participavam da CBB e motivada por discordância de ideias e propostas em torno da participação direta com o governo estadual eleito no pleito de 1982 se afastaram e criaram a FEMECAM com o apoio direto do governador do Estado na época, o Sr. Jader Barbalho.” (ANDRADE, 2012, p. 72).

⁷⁵ Optamos por não tratar com mais detalhes da FEMECAM por não ter tido acesso a documentos e pela dificuldade de agenda das suas lideranças.

⁷⁶ Trata-se de vínculos de “[...] filiação ou de associação a uma organização social: sindicatos ou associações profissionais, associações de moradores, instituições religiosas ou filantrópicas, clubes de serviços, ONGs ambientalistas e de defesa dos direitos das mulheres e dos negros; enfim, uma pluralidade de organizações [...]” (SANTOS JUNIOR; AZEVEDO; RIBEIRO, 2004, p. 33).

⁷⁷ Entrevista A.

(FNRU)⁷⁸; o FMRU regionalizou os debates dos movimentos sociais locais, ou seja, é produto da insatisfação dos sujeitos que sofrem com o descaso do Estado na discussão de melhorias das políticas urbanas.

Assim, caracterizamos o FMRU como uma rede de movimentos, no qual há debate e de luta pela reforma urbana, neste estão incluídos lideranças de movimentos sociais urbanos locais: associação de moradores, centros comunitários, academia, ONG's, comitês e movimentos gerais da reforma urbana, como é o caso da CONAM (Confederação Nacional de Associação de Moradores), da UNMP (União Nacional por Moradia Popular) e do CMP (Central de Movimentos Populares).

O Fórum Metropolitano se articulou por meio de duas pautas específicas, a primeira o Plano Diretor de Belém, um instrumento importante para a construção da política urbana, pois com ele é possível legitimar um planejamento urbano para o desenvolvimento do território municipal, previsto pelo Estatuto das Cidades; e a segunda pauta foi o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una⁷⁹, vinculado a ações de urbanização, água e esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos, importantes vetores de articulação do movimento social urbano de Belém.

Como registrado por Moura (2004, p.94): “O elemento articulador dessa dinâmica era o Projeto de Reforma Urbana, e a pauta principal [era] o acompanhamento dos Projetos de Saneamento realizados na cidade, como é o caso do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e a discussão da construção do Plano Diretor de Belém.” (grifo meu). O que também pode ser ratificado pelo Manifesto do FMRU, “Reforma Urbana com participação popular” (1992); no qual destaque os objetivos desse espaço de participação na sua criação:

- 1 – Lutar pela aprovação do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Belém nos aspectos que favorecem a maioria da população da cidade.
- 2 - Lutar pelo acesso às informações contidas nos projetos de macro e microdrenagem do poder público, [...], assim como favorecer proposições alternativas a este projeto.

Em pesquisa realizada nesse espaço temos que muitas lutas e conquistas que tiveram a participação desses sujeitos políticos coletivos, contribuindo para a campanha pelo PDP

⁷⁸ FNRU foi criado em 1987, em um contexto de abertura política e logo depois com a promulgação da CF/1988, atuando assim a favor das reivindicações em torno da reforma urbana.

⁷⁹ “Essa área abrangia parte da bacia do Una (grande parte do bairro da Sacramento, pequenos trechos do bairro do Souza e o bairro de Val-de-Cans).” (BRASIL, 2004, p. 68).

(Planos Diretores Participativos) no qual muitos municípios construíram o seu PD (Plano Diretor); temos também as discussões e aprovação da Lei nº 11.145/2005 que cria o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, o que no âmbito do município de Belém resulta na criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém (CMHIS-Belém); teve-se também a aprovação da Lei nº 11.445/2007 que cria o Sistema Nacional de Saneamento Ambiental, entre outras. E também é importante destacar que o FMRU foi o principal articulador para a criação do Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU) em 2010⁸⁰. (COSTA; ANDRADE, 2013).

O FERU, segundo o relatório do 1º Encontro Estadual de Reforma Urbana do Pará, tem princípios, objetivos e ações prioritárias, o que podemos visualizar no quadro abaixo, mas não temos registros das ações do Fórum Estadual, que atualmente encontrasse desarticulado, o que podemos perceber nas reflexões que seguem, quando tratamos da desarticulação do FMRU:

PRINCÍPIOS	OBJETIVO	AÇÕES PRIORITÁRIAS DO FÓRUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA
- O Fórum Estadual de reforma Urbana é um espaço apartidário;	- Agregar e Fortalecer em nível estadual os movimentos de lutas pela reforma urbana;	- Realizar seminários municipais ou regionais em prol da construção e fortalecimento da luta pelo direito a cidade justa, democrática e sustentável;
- Um espaço para se ouvir as bases populares respeitando as diversidades regionais;	- Estimular a organização e criação dos Fóruns regionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de fortalecimento dos fóruns regionais, municipais e estadual; • Criação dos fóruns regionais que ainda não existem; • Audiências públicas.
- Considerar as diversidades, étnico-raciais;		
- Em seus debates e proposições ter uma visão integrada entre campo e cidade;		
- Considerar na sua essência toda a diversidade de lutas e organizações que dialogam com a filosofia da reforma urbana e o direito a cidades sustentáveis.		- O Fórum Estadual de Reforma Urbana acompanhe e pressione o ConCidades/PA para que faça a implementação a partir da capacitação dos Conselhos Municipais e criação de Conselhos nos municípios que não possuem.

Quadro 1 - Fórum Estadual de Reforma Urbana

Fonte: Acervo FASE. Relatório do 1º Encontro Estadual de Reforma Urbana do Pará (adaptado).

⁸⁰ Cf.: Acervo Fase. O 1º Encontro Estadual de Reforma Urbana do Pará teve por objetivo “[...] construir o Fórum Estadual de Reforma Urbana, com a finalidade de discutir a política de desenvolvimento urbano e elaborar propostas específica e adaptadas as diferentes realidades do Estado do Pará.” (Relatório do 1º Encontro Estadual de Reforma Urbana do Pará).

No que se refere à agenda do FMRU, no período de 2008 a 2012, temos as pautas demandadas nacionalmente, além de discutirem a habitação e o transporte majoritariamente, foi agendada nesse período atividades de capacitação para os movimentos sociais e para a população no geral. (COSTA; ANDRADE, 2013).

Temos atualmente uma desarticulação desse espaço, atuante até 2013, que de 1992 até 2013 teve alguns momentos de maior ou menor atividade, e até desarticulação como no início dos anos 2000⁸¹. No depoimento de um dos representantes mais participativos desse espaço, podemos fazer algumas reflexões sobre sua atual desarticulação:

O Fórum Metropolitano foi praticamente desarticulado, ele se desarticula em um momento de discussão da efervescência dos 4 movimentos nacionais⁸², e eles não viam essa necessidade, eles ignoravam os encaminhamentos do Fórum Metropolitano pro estado; nós tínhamos a nossa plataforma dentro desses movimentos mais aqui de perto do metropolitano mesmo, *eles pegaram essa plataforma e passaram a dizer que íamos ser um Fórum Estadual que também não se efetivou*, eu não vejo esse Fórum discutindo, *inclusive quando vão pra dentro do Conselho vão praticamente vazios de discussão*, por que quando a gente tava no Metropolitano pelo menos a gente “batia um papo” daqui do metropolitano, ai vinha alguém de Santarém, e aí aproveitava as reuniões; ele era um espaço de articulação política pra gente, ele era uma referência. E com esse debate no Fórum Estadual, ele foi desarticulado, a gente não consegue mais... Porque a gente não consegue articular as pessoas pra virem participar, porque praticamente todas as pessoas que estavam no Fórum Metropolitano estão nessas entidades nacionais, [...] nunca a gente vai discutir junto, pra gente ter uma linha pra ter uma determinação, uma aprovação de um grupo. Os movimentos perdem quando quebra essa força que a gente tinha, pra mim é uma grande perda com a desarticulação do Fórum, ou se articula de vez esse tal de Fórum Estadual ou pronto acabou o Fórum, o Fórum é criado em 1992, poxa 25 anos assim, pra acabar do dia pra noite por causa de algumas pessoas que chegam... Uma coisa que eu percebo no movimento é muitas falas sem prática, muita fala sem a seriedade de concluir, e ficam falando, falando, os projetos mirabolantes. [...] ⁸³ (grifo meu).

Assim, percebemos que novamente aparece a importância de se ter uma articulação para que haja efetividade nos conselhos, e nas discussões junto ao governo, com demandas da população; há necessidade, por conseguinte da rearticulação desse espaço de debate seja em nível da Região Metropolitana de Belém ou em nível do Estado do Pará, mas para isso é necessário mensurar a viabilidade da articulação do Estado por sua grande dimensão geográfica, o que demandaria uma certa infraestrutura.

⁸¹ Cf.: Costa e Andrade, 2013.

⁸² CONAM, CMP, MNLM E UNMP; atualmente se agrega o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas).

⁸³ Relato da entrevista A, membro do FMRU.

No Fórum Metropolitano que era onde se fazia mobilizações, ele nos últimos dois anos, ele teve uma quebra muito grande, até mesmo por conta de algumas lideranças terem se afastado – irem pra outros Estados, ido trabalhar – acabou não tendo mais se organizado. É importante, mas a gente não conseguiu mais se organizar; cada um se fechou no seu movimento. Principalmente os movimentos de moradia – CONAN, MNLM, UNIÃO, CMP, MLB - tá com muito tempo que não temos essas reuniões estratégicas, pra definir assuntos estratégicos da sociedade, como o do BRT que milhões estão sendo jogados no ralo e não se discute; discutir toda a infraestrutura necessária para os cidadãos, não adiante ter só a casa e não têm os serviços.⁸⁴

E em Belém no que se refere a atuação dos movimentos sociais urbanos nos conselhos de política públicas temos como primeiro conselho instituído o da política de transporte, criado a partir da lei 7873/1998, e como podemos ver no seu artigo 1º este com objetivo de uma gestão democrática: *Art. 1º - Fica criado o Conselho de Transporte do Município de Belém, de acordo com o disposto no Artigo 153, da Lei Orgânica do Município, destinado a promover a gestão democrática do Sistema Municipal de Transporte.*

Quanto aos membros do conselho referente aos movimentos sociais urbanos, desde sua criação tem representantes da CBB, da FEMECAM e da APPD (Associação Paraense de Pessoas Deficientes), com seus devidos titulares e suplentes. Isso nos leva a um problema de não revisão das entidades que pertencem ao conselho, ou seja, as entidades passam a ser vitalícias. No que refere as duas primeiras organizações populares estas não tem atuação atualmente, somente no âmbito legal; e temos que na lei de criação do conselho no artigo 5, §4º *que os representantes do conselho devem ser indicados pelos respectivos dirigentes*, porém mesmo que haja uma direção dessas organizações populares, se elas não apresentam uma base (vínculo associativo), logo não representam efetivamente a população.

No caso específico da CBB, com base nas frequências, disponibilizadas pela instituição⁸⁵ no qual o conselho funciona (2005-2012), nelas podemos observar que esta não possui a rotatividade de modo geral dos seus representantes no conselho, isso se justifica pela mesma não possuir vínculo associativo, e deste modo não tem quem assuma como conselheiro. O que vai de encontro ao artigo 5, § 5º da lei de criação do conselho no qual temos - Os membros do Conselho, definidos no parágrafo 2º deste artigo, *tem mandato de 02 (dois) anos a contar da primeira reunião do Conselho, admitindo-se apenas uma reeleição consecutiva por mandato.*

⁸⁴ Entrevista G, membro do FMRU.

⁸⁵ SEMOB – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana.

Em depoimento um dos representantes da CBB no conselho, nos faz reforçar os entraves que já referimos, e nos fala também da pauta principal que era e é discutida nesse espaço majoritariamente, o aumento das tarifas dos veículos urbanos, o que também é confirmado nas atas⁸⁶ (quadro 02, p. 65-66) disponibilizadas pela SEMOB.

No Conselho de Transporte eu atuei durante 20 anos no conselho pela Comissão dos Bairros de Belém [...] O tempo que eu estive no conselho de transporte, estou como suplente até hoje lá, mas não atuo tanto, até por que eu cansei em *dar murro em ponta de faca* essa é a verdade, sabe que é assim *uma andorinha não faz verão*, tem dois ou três conselheiros lá dentro que pensam como eu, a gente sempre perde, [...]. Então, tu fica como a chata da história, [...] foi de encontro a algo que as outras pessoas acham que estava tudo direitinho. [...] Então, eu saí, não atuei mais por que no dia que mudar, discutir o sistema e não discutir a tarifa, o sistema é muito bom, a política nacional se você lê é fantástica, mas onde ela vai aplicar, onde o povo usa verdadeiramente aplicada a coisa muda de figura, é aplicado de acordo com o governante atual, [...]; você é *pessoa não grata* dentro do conselho, o povo nunca me reconheceu, os meus pares também não, o governo muito menos, e os empresários tinham verdadeiro horror a mim. [...] Enquanto ela tinha atuação eu me sentia bem em estar lá, por que tinha pra quem eu levar as informações, tinha representatividade, tinha foco que orientava; [...] Bom, por isso eu saí, por conta da representatividade, não me senti bem em estar no local que não tinha ninguém por trás, mas o tempo que eu fiquei lá foi muito bom, o tempo que eu fiquei atuando, porque eu continuo, mas não continuo, porque não estou atuando.⁸⁷ (grifo meu).

Podemos concluir com este depoimento, a fragilidade dos movimentos sociais dentro deste conselho, à medida que não se apresenta força política - “povo nunca me reconheceu, os meus pares também” – percebemos também a falta de organização desses sujeitos políticos coletivos, contribuindo para seu enfraquecimento e, a fragilidade nas posições tomadas deste segmento dentro do conselho de transporte, ocasionado pelo fato de não se ter base (vínculo associativo), pois não tem para quem repassar as informações e não é possível construir estratégias de atuação.

Outro ponto é a presença frequente da pauta de reajuste de tarifa, ou seja, este conselho tem se reunido majoritariamente para este fim, não se tem discutido o sistema de transporte em si e como ele pode ser democrático, como traz na sua lei de criação, e não se têm debatido as demandas da população para essa política urbana. Além do fato de não

⁸⁶ As atas que foram disponibilizadas foram de 2005-2012.

⁸⁷ Relato da entrevista F.

podermos conferir as informações em sua totalidade, porque não têm sido disponibilizadas, tanto via internet, quanto apresentadas e discutidas com a população⁸⁸.

Mas, o conselho de transporte a gente até tentava inserir a política, mas a política de transporte principalmente na região metropolitana, [...] ela é muito fechada, ela nunca foi aberta para os conselheiros, os conselheiros sempre que pediam e sempre saíam pela tangente, ninguém tinha tempo, ninguém nunca quis mostrar o sistema, porque o sistema precisa ser mudado, [...] o sistema que está defasado, é um sistema que não é ampliado, não é conversado com a população, os governos ficam com esse sistema entre eles e os empresários, [...] porque é os empresários e parte dos órgãos governamentais que administram, não querem ficar transparecendo isso, muito embora na época que eu atuei, descobri bastante coisas, porque a gente descobre bastante coisa nas entrelinhas, em uma conversa aqui, uma conversa ali; mas oficialmente, transparente, portal (sic), isso não tem.⁸⁹

A política de transporte e mobilidade, que a entrevistada comenta, é somente criada em 2012, Lei número 12.598/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). O que nos demonstra o quanto se precisa avançar nesse eixo das políticas urbanas.

Também podemos inferir com base nas Atas do conselho, que atividades de formação dos funcionários desses serviços (transporte público, táxi e moto-táxi), bem como plenárias públicas (artigo 11 da lei nº 7873/1998) para informar a população do que vem se fazendo nesse espaço de participação, que deveria atender as demandas desta população, praticamente não ocorreram, (quadro 02):

Anos	Reuniões Ordinárias	Reuniões Extraordinárias	Pautas	Atividades	Nº de reuniões presentes por Movimento social
2005	1	4	Apreciação e aprovação de tarifa; Apresentação da proposta do I Fórum de Política de transporte e trânsito da RMB.	Programa de Qualificação e Educação dos Rodoviários.	05 reuniões - CBB
					03 reuniões - APPD
					04 reuniões - FEMECAM
2006	2	3	Apreciação e aprovação de tarifa; substituição de membros do conselho.	Projeto de qualificação dos rodoviários; Projeto ônibus	03 reuniões - CBB
					02 reuniões - APPD

⁸⁸ Art. 11 - É obrigatório ao Conselho de Transporte do Município de Belém a realização de pelo menos uma plenária anual, aberta à participação dos munícipes, entidades civis, entidades técnicas e movimentos populares para análise do trabalho realizado, orientar a atuação e propor projetos futuros.

⁸⁹ Relato da entrevista F, conselheiro representante da CBB.

				cidadão; seminário de transporte público na RMB.	02 reuniões - FEMECAM
2007	1	1	Apresentação do cadastro técnico multifinalitário; Apresentação do I Fórum Metropolitano de trânsito e transporte público da RMB; Composição do conselho (2007-2008); substituição de membros do conselho; apreciação e aprovação de tarifa.	-	02 reuniões - CBB
					Não estava presente -APPD
					02 reuniões - FEMECAM
2008	1	2	Apresentação das atividades de 2007 e planejamento de 2008 da CTBEL; Substituição de membros do conselho; Apreciação e aprovação da planilha de tarifa.	-	03 reuniões - CBB
					Não estava presente -APPD
					01 reunião - FEMECAM
2009	1	1	Processos de substituição de membros do conselho; Apreciação e aprovação de tarifa.	-	01 reunião - CBB
					Não estava presente -APPD
					Não estava presente - FEMECAM
2010	-	2	Apreciação e aprovação de tarifa; Planejamento da periodicidade das reuniões do conselho.	-	02 reuniões - CBB
					02 reuniões - APPD
					01 reunião - FEMECAM
2011	-	6	Apreciação e aprovação de tarifa; Padronização dos veículos e funcionários; Regulamentação do serviço de moto-taxi.		04 reuniões - CBB
					02 reuniões - APPD
					02 reuniões - FEMECAM
2012	2	3	Apreciação e aprovação de tarifa; Apresentação do projeto BRT ⁹⁰ ; Apresentação dos conselhos nomeados.		03 reuniões - CBB
					Não estava presente -APPD
					FEMECAM - não consta no decreto

Quadro 2 - Funcionamento do conselho de transporte do município de Belém (2005-2012)

Fonte: Atas (2005-2012) do conselho de transporte (adaptado).

⁹⁰ Projeto do Governo do Estado para implantar o Sistema Integrado de Transporte da Região Metropolitana de Belém, com o tipo de transporte rápido (BRT). (IPEA, 2016) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160128_relatorio_rm_belem.pdf>. Acesso em: 04/03/2016.

Nos dados apresentados sobre o conselho de transporte, podemos concluir que se tem uma política recente no qual a muito a efetivar, apesar de ser o conselho de políticas urbanas mais antigo de Belém, percebemos poucos avanços, pois este somente tem se concentrado na pauta de reajuste de tarifas, ou seja, somente se tem atuação para atender a demanda do Capital; não se tem um Plano de ação com um diagnóstico do que realmente a população necessita para esse eixo; não há renovação das entidades que discutem o transporte no que se refere aos movimentos sociais; nos oito anos que tivemos acesso⁹¹ deste conselho somente houve três projetos de formação e um seminário para a população da Região Metropolitana de Belém nos anos de 2005 e 2006. Assim, a falta de vontade política e de organização da sociedade civil está presente nesse conselho, que existe a mais de quinze anos, mas ainda há muito a se avançar.

Mediante ao apresentado até o momento, temos que a gestão democrática é um processo que é construído historicamente em um dado território, no qual a participação da população como sujeitos principais na gestão da cidade é fundamental, no planejamento, na execução e na fiscalização das políticas públicas. Para tanto, na década de 2000 foram criados “novos” espaços de participação popular nos quais a atuação dos movimentos sociais é essencial para que a população, principalmente a de menor poder aquisitivo, sejam incluídas nas políticas públicas urbanas e para que haja a execução dessas políticas, é o que será tratado na próxima subseção.

2.2 – ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM BELÉM ATUALMENTE

Belém atualmente possuiu uma população de 1.393.031 habitantes, sendo distribuída majoritariamente na área urbana com 1.380.836 habitantes e na rural com 11.195, tem como sua principal economia principal as atividades do comércio e serviços. (IBGE, 2010). E no que se refere aos problemas urbanos, estes foram intensificados pelo contexto do neoliberalismo, um exemplo emblemático atual são as condições dos serviços sociais em

⁹¹ O conselho é criado em 1998, mas somente tivemos acesso dos documentos de 2005 a 2012. O que deveriam ser informações públicas disponíveis para toda população, são restritas e de difícil acesso.

Belém, é o saneamento básico que em uma cidade com mais 1. 393, 000 habitantes está entre as dez cidades com pior índice de saneamento básico do Brasil.⁹²

Outro ponto de grande reivindicação da população é a questão da habitação. Belém possui um déficit habitacional de 294. 492 domicílios, o que representa 85% da população, segundo diagnóstico⁹³ realizado pelo IAGUA (Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental). A problemática da habitação nas grandes cidades são consequências de uma urbanização desigual que não garantiu condições estruturais que atendessem o crescimento da população brasileira; desta forma, o aumento do número da população no mesmo espaço e somado as baixas condições econômicas, acabaram por favorecer o surgimento das aglomerações precárias resultando neste déficit⁹⁴.

Diante deste quadro de crescimento da cidade sem o planejamento devido, e para se ter uma gestão democrática (ação compartilhada do Estado e da sociedade civil) bem consolidada é necessário a participação popular de maneira efetiva. Para tanto, a atuação dos movimentos sociais se faz fundamental para tais conquistas, seja ela por meio das leis, seja por meio da consolidação dos direitos.

[...] a participação popular é tomada como elemento novo na proposta de planejamento e gestão urbana (previsto no Estatuto da Cidade), capaz de produzir mudanças significativas. Entretanto, o processo participativo acontece dependendo do nível de amadurecimento dos movimentos sociais e envolvimento da população e deve avançar para além do próprio Estatuto da Cidade, buscando ir além da conquista dos direitos à moradia e serviços urbanos. (MARICATO, 2011, p.42).

Com isso é possível entendermos que para os objetivos da reforma urbana, ligados à garantia do direito à cidade de fato aconteçam, é preciso ter a clareza de que somente planejar e ter as leis não é suficiente; é fundamental a efetivação e, para tanto o envolvimento da população na tomada das decisões como sujeitos sociais capazes de redimensionar a história de sua cidade.

⁹²Pesquisa realizada pelo Instituto Trata Brasil. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/Ranking-do-Saneamento-2011.pdf>>. Acesso em: 17/03/2016.

⁹³ Dados apresentados na 1ª Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social em 2012, referente ao diagnóstico habitacional realizado (2006 - 2008) pelo IAGUA, baseados nos dados do IBGE de 2010.

⁹⁴ É importante destacar que em 2007, Belém aderiu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que estabelece a criação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social já criado em 2005 e a construção do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, concluído em 2013, este tendo como objetivos a redução do déficit habitacional do município; integração da política habitacional com outras políticas públicas municipais; a requalificação urbanística; a regularização fundiária; entre outras.

[...], em função das pressões dos mais variados sujeitos sociais que reivindicam, constantemente e persistentemente, o aprimoramento dos canais de participação que garantem a participação popular pela via da democracia, ou seja, via uma participação efetiva e ativa na gestão pública municipal. (RODRIGUES, 2010, p. 83-84).

Em relação aos espaços de participação criados na atualidade em Belém, temos o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) o qual é vinculado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), criado em 2005, através da Lei nº 8.478⁹⁵. “O CMHIS tem caráter deliberativo e finalidade de assegurar a participação e o controle social e seus desdobramentos, tais como: saneamento básico, promoção humana, regularização fundiária e outros, além de gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS.”⁹⁶

Conselho este ligado a Lei Nacional nº 11.124 de 16 de junho de 2005⁹⁷, que em seu Art. 1º institui “o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.” O SNHIS⁹⁸ traz exigências para os Estados e os municípios para a possibilidade de assinatura de novos contratos e acesso aos recursos do FNHIS.

No que refere a essas exigências temos que: “Os requisitos para essa adesão são a criação de conselhos e fundos para tratar da política de habitação de interesse social, ou adequação de conselhos e fundos já existentes a estas finalidades, e a elaboração dos planos estaduais e municipais de habitação de interesse social” (CARDOSO, 2008, p. 8). Mas, ainda tratando dos recursos do Fundo Nacional de HIS (Habitação de Interesse Social), precisamos entender que ele centraliza recursos para todos os programas habitacionais destinados a pessoas com menor poder aquisitivo, ou seja, não é exclusivo para o Fundo do Conselho Gestor de HIS, mas também é destinado para programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e o PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida).

⁹⁵ Documento disponibilizado pela SEHAB-BELÉM, (Secretária de Habitação de Belém).

⁹⁶ Documento disponibilizado pelo ex-secretário executivo do CMHIS do seu arquivo pessoal.

⁹⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em: 29/02/2016.

⁹⁸ “Foram recolhidas mais de um milhão de assinaturas pelos movimentos de moradia, ONGs, sindicatos e federações de categorias profissionais (engenheiros, arquitetos, geógrafos, funcionários da Caixa Econômica Federal etc.), entidades acadêmicas e de pesquisa, dentre outras que integram o Fórum Nacional da Reforma Urbana, para subscrever o projeto de lei. [...]” (CARDOSO, 2008, p.8).

O FNHIS, de natureza contábil, possui por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários destinados à execução dos programas habitacionais de interesse social. [...] De forma a garantir a implantação descentralizada da Política Nacional de Habitação, os recursos do FNHIS serão repassados, a título de transferências voluntárias, da União para os governos locais – Estados, Distrito Federal e municípios. As transferências de recursos do FNHIS para os Estados, o Distrito Federal e os municípios ficam condicionadas ao oferecimento de contrapartida do respectivo ente federativo, nas condições estabelecidas pelo Conselho Gestor do Fundo e nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Esta Lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.⁹⁹ (BRASIL, 2006, p. 10-11).

Neste sentido, o CMHIS de Belém é um conselho demandado nacionalmente com o objetivo principal de viabilizar o acesso à habitação para as pessoas com menor poder aquisitivo¹⁰⁰. E é um conselho responsável pelo FMHIS, como referido no artigo 9º de sua lei de criação¹⁰¹:

Art. 9º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para programas estruturados no âmbito do CMHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas a população de menor renda.

Todavia, conforme relato de um de seus membros do CMHIS, o Fundo de HIS nunca existiu efetivamente, pois não possui recurso no FMHIS; mostrando-nos que o repasse do FNHIS não está sendo prioritariamente para as atividades geridas pelo conselho:

O conselho de Belém hoje não temos ele de fato, de direito nós temos, mas pra colocar ele pra funcionar é uma outra luta, tenho tentado juntamente com duas conselheiras da COHAB tentado deixar esse legado (funcionamento do Fundo), por que tem alguns prefeitos aí que se comprometem a colocar dinheiro do Fundo do CMHIS, o município não ainda conseguiu aceitar a importância do conselho do Fundo municipal de habitação, [...]. A força tarefa desse atual mandato está focado, não temos tido reuniões no exercício normal do CMHIS, mas assumimos a tarefa de deixar o Fundo dentro dos trâmites legais, inclusive com proposta pra compor o próximo PPA do município, está começando a regularizar os documentos¹⁰².

⁹⁹

Disponível

em:

<http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/associal/arquivos/guia_adexao_snhis_fnhis.pdf>. Acesso em: 29/02/2016.

¹⁰⁰ Cf.: Seção I-Objetivos, Princípios e Diretrizes, Artigo 2º/ Lei Nº 8478, de 29 de dezembro de 2005.

¹⁰¹ Disponibilizado em: <<https://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em: 19/01/2016.

¹⁰² Relato do entrevista C, conselheiro que representa o MNLM.

O FNHIS deveria repassar parte do recurso para o Fundo Municipal de HIS, mas não a sua totalidade, como referido na lei de criação do CMHIS, que nos mostra a relação da procedência dos recursos do FMHIS (trecho abaixo), no qual não há recursos de nenhum dos responsáveis, segundo o trecho acima, tornando a funcionalidade deste conselho fragilizada.

Art. 10 O FMHIS é constituído por:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - recebimentos de prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;

III - doações, auxílios e contribuições de terceiros;

IV - recursos financeiros oriundos do Governo Federal, Estadual e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

V - contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais e internacionais;

VI - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados do FMHIS;

VII - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

VIII - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;

IX - aporte de capital decorrente da realização de operações de crédito em instituições oficiais, quando previamente autorizada em lei específica;

X - rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capital;

XI - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.¹⁰³

E no que refere as competências e atribuição do CMHIS de Belém, tivemos acesso a um documento adaptado pelo ex-secretário do conselho do seu arquivo pessoal com base nas legislações deste espaço de participação:

- Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos de FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais de acordo com a Política de Habitação e o Plano de Habitação de Interesse Social de Belém;
- Aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos de FMHIS;
- Acompanhar e (sic) avaliar e execução da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como o Relatório de Gestão.¹⁰⁴

Quanto aos membros do conselho no que refere ao segmento dos movimentos sociais urbanos,¹⁰⁵ estes tem representação do Conselho Gestor da Bacia do Una (CONGEB-UNA), da Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores

¹⁰³ Disponível em: <<http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/572179/lei-8478-05>>. Acesso em: 29/02/2016.

¹⁰⁴ Documento disponibilizado pelo ex-secretário executivo do CMHIS do seu arquivo pessoal.

¹⁰⁵ Anexo C.

(FEMECAM), do Fórum Paraense em Defesa da Moradia (Fórum de Moradia) e, do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), e na gestão de 2011 a 2013 a Central de Movimentos Populares (CMP) também foi inserida nesse processo pelo seu contexto histórico de luta (DRAGO; BENICIO, 2015). Todavia, não há uma revisão efetiva das instituições populares que represente a política de habitação atualmente, exemplo disto é a permanência do CONGEB-UNA¹⁰⁶, que foi um conselho criado pelo governo para gerir um Projeto que já está concluído.

No quadro abaixo, podemos observar o funcionamento do CMHIS desde sua criação até o ano de 2013¹⁰⁷:

Gestão	Ano	Nº de reuniões	Principais pautas	Deliberações
1ª GESTÃO	2006	6	Início de gestão; revisão do PD; coleta de informações da área de expansão do município.	Autorização para abertura da conta do FMHIS; Criação de comissão de trabalho.
	2007	2	Locação de recursos para o FMHIS; composição do conselho; planejamento da Conferência Municipal HIS.	Funcionalidade do conselho; deliberações a respeito da Conferência.
2ª GESTÃO	2008	(sem registro)		
	2009	3	Início da 2ª gestão (2009-2010); Elaboração do PPA do PMHIS.	Proposições para o PPA e para o PMHIS
	2010	3	Elaboração do PMHIS.	Propostas para a metodologia do PMHIS
3ª GESTÃO	2011	1	Balanço das audiências públicas; organização da 1ª Conferência.	Balanço das audiências públicas.
	2012	6	Discussão do PMHIS; 1ª Conferência de HIS ¹⁰⁸ ; Minuta do PMHIS; aprovação do PMHIS.	Apresentação da minuta do PMHIS; aprovação do texto base do PMHIS. Apreciação e aprovação do PMHIS.
	2013	2	Análise das propostas do PMHIS; verificação da situação dos projetos coordenados pela SEHAB; construção de câmaras setoriais para a implementação do PMHIS.	Apreciação dos projetos coordenados pela SEHAB; Criação das câmaras setoriais.

Quadro 3 - Resumo das atas do CMHIS

Fonte: Pesquisa documental (adaptado)¹⁰⁹.

¹⁰⁶ O CONGEB é um conselho criado pelo governo para gerir o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA, este já finalizado, portanto, mesmo que este não tenha exatamente um caráter de movimento social e que na época tenha significado um importante avanço, atualmente ele não tem funcionalidade, o que caracteriza uma não revisão das entidades que participam do conselho, no que se refere ao segmento dos movimentos populares.

¹⁰⁷ No que refere aos partidos políticos que estavam no poder nesse período temos: duas gestões de Duciomar Costa (2005-2008/2009-2012) do Partido Trabalhista Brasileiro; e de 2013-atualidade gestão do prefeito Zenaldo Coutinho do Partido da Social Democracia Brasileira.

¹⁰⁸ A Conferência de Habitação de Interesse Social foi realizada nos dias 4 e 5 de maio de 2012.

Com a análise dos dados do quadro 03, podemos dar destaque a primeira e a terceira gestão, que tiveram maior atividade quantitativamente e qualitativamente, com oito e nove reuniões registradas respectivamente, e quando ao qualitativo das reuniões, na primeira gestão, destacamos a intenção de dar funcionalidade ao conselho; já na terceira temos como pauta principal é a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), o que consideramos um avanço para que se possa conhecer a demanda da população, todavia este precisa ser posto em prática, o que não observamos após sua elaboração.

Podemos articular o funcionamento do conselho com seus objetivos, descritos no artigo 2º, da sua lei de criação:

- I – Viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- II – Implementar políticas e programas de investimento e subsídios, promovendo viabilizando o acesso à habitação voltada a população de menor renda; e
- III – Articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação¹¹⁰.

Nesse sentido, podemos comparar o quadro 03 (com as três gestões do CMHIS) e os objetivos do CMHIS, segundo sua lei de criação, no que tange no inciso I temos à elaboração do PMHIS, este pode ser um instrumento para viabilizar o acesso a terra urbanizada para as pessoas de menor poder aquisitivo, mas é necessário que seja implementado.

Também verificamos no resumo das atas, no que tange as articulações do conselho com instituições, inciso III, o quadro 03 nos mostra que a única instituição no qual o conselho está articulado é a própria SEHAB, o órgão no qual o conselho é ligado institucionalmente, e a Caixa Econômica Federal que também é articulada com a secretaria. E por fim, podemos visualizar em 2013 uma sinalização de investimento nos projetos de habitação (inciso II) realizados pelo município coordenados pela SEHAB.

Assim, percebemos que o CMHIS tem muito a avançar, é um conselho com poucos anos de criação e que pode, se bem articulado, sobretudo entre os membros da sociedade civil, suscitar avanços para a política de habitação, mesmo que este conselho seja gestor do fundo e

¹⁰⁹ Documento com base nas atas do CMHIS, informações fornecidas pelo ex-secretário do conselho.

¹¹⁰ Disponibilizado em: <[https:// www.leismunicipais.com.br](https://www.leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 19/01/2016.

não da política em si, ele se configura em um espaço de grande importância para a população do município de Belém.

Temos outro importante espaço de participação popular, o Conselho das Cidades, deliberado nacionalmente a partir da 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003,¹¹¹ todavia mesmo tendo a importância para a discussão das políticas urbanas, pois discuti as quatro políticas, no âmbito do município de Belém¹¹², este conselho não foi instituído até o momento. E por reconhecê-lo como espaço principal das políticas urbanas atualmente trazemos para esse estudo o Conselho Estadual das Cidades do Pará (ConCidades/PA), para análise desse espaço.

Neste sentido, é através da 3ª Conferência Estadual das Cidades do Pará que é criado o ConCidades/PA¹¹³ (2008-2010), a partir disso a segunda gestão do conselho somente toma posse depois da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Pará em 2013, tendo o mandato do conselho até 2015. É importante entendermos que na 4ª Conferência foi deliberada a segunda gestão do conselho, mas o decreto que regulamentaria a composição e o funcionamento do conselho não foi feito pela autoridade competente¹¹⁴. Portanto, não se teve legitimidade, e somente em 2013 a partir da 5ª Conferência que a segunda gestão do ConCidades/PA é instituída.

O seu regimento interno¹¹⁵ estabelece:

Art. 1º O Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/PA, órgão fiscalizador e deliberativo formado por Representantes do poder público e da sociedade civil, de natureza permanente, integrante da estrutura do Governo do Estado em seus setores

¹¹¹ Em 2003 se teve a 1ª Conferência das Cidades (em todos os entes da federação - União, Estado e Município, sendo que nem todos os municípios foram possíveis à realização), sendo portanto realizadas a cada três anos já se teve cinco Conferências, que ocorreram em 2003, 2005, 2007, 2010 e 2013.

¹¹² Os relatórios finais das Conferências Municipal das Cidades de Belém para melhor entendimento do processo, não foram disponibilizados até o fechamento desta pesquisa.

¹¹³ Lei nº 7.087, de 16 de janeiro de 2008: Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, do Conselho Gestor do FEHIS e do Conselho Estadual das Cidades. (Diário Oficial do Pará).

¹¹⁴ Sobre essa nomeação que não aconteceu, Andrade (2010, p.75) trata da resposta do governo em relação a pressão feita pelos movimentos sociais: “Em resposta, o governo do Estado anunciou não ser necessária reunião, pois logo este conselho seria empossado, apresentando datas que sempre foram alteradas. Como forma de acalmar os movimentos, em maio deste ano, um mês depois de expirado o mandato da gestão, foi designada um responsável, o Sr. Lincon, diretos de desenvolvimento estadual da SEIDURB, Secretaria de Estado de Integração Regional e Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, que é a SEDURB reestruturada para ser o responsável pelas questões relacionadas ao ConCidade/PA, principalmente pela sua posse.”

¹¹⁵ Cf.: Diário Oficial do Estado do Pará.

afins e articulado com o Ministério das Cidades por meio do Conselho Nacional das Cidades será regido pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º O CONCIDADES/PA tem por finalidade, fiscalizar, deliberar, assessorar, estudar e propor diretrizes para o Desenvolvimento Urbano e Regional com Participação Social e integração das Políticas Fundiária e de Habitação, Saneamento Básico, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana.

Na atual gestão, no que se refere à composição dos membros do ConCidades/PA, temos que no decreto de 6 de janeiro de 2014¹¹⁶, e no que se refere ao segmento dos movimentos populares, temos: no art.1º parágrafo IX eleitos como entidades membros do conselho a UNMP (5 titulares e 5 suplentes); MNLM (4 titulares e 4 suplentes); CONAM/FECPA (1 titulares e 1 suplentes); FECPA (2 titulares e 2 suplentes); FEPEM/CMP (1 titulares e 1 suplentes); CMP (3 titulares e 3 suplentes).

Nesse sentido, percebemos que o mesmo desenho das entidades eleitas ocorre nas Conferências Nacionais das Cidades, nas quais estão presentes as quatro entidades da reforma urbana para o conselho nacional, dentre todas as entidades eleitas como delegados nas conferências¹¹⁷, acontece no ConCidades/PA, no qual suas eleições são na mesma lógica nacional, em que a maioria dos membros dos conselhos fazem parte dos *movimentos gerais* da reforma urbana. Demonstrando assim, que as entidades/organizações sociais de menor visibilidade precisam se filiar as quatro entidades gerais (CMP, CONAN, MNLM, UNIÃO) para terem voz, mas ainda, precisaríamos saber se as deliberações para o conselho são discutidas entre essas entidades de forma qualitativa e democrática, todavia este não é o foco deste estudo.

E no que se refere às reuniões desta atual gestão¹¹⁸, duas pautas podemos destacar como principais até o fechamento desta pesquisa, tendo como base de análise a pesquisa documental, a primeira referente as discussões das câmaras técnicas¹¹⁹, no qual seus membros demandam conhecer os Programas e Projetos que estão em execução, paralisados ou com previsão no Estado, para futura fiscalização desses empreendimentos e; a segunda pauta é a

¹¹⁶ Anexo D.

¹¹⁷ Informação com base na análise dos relatórios finais das cinco CNC's disponibilizados no site do Ministério das Cidades.

¹¹⁸ A primeira reunião, registrada no Diário Oficial do Estado do Pará, dessa gestão (2013-2015) foi nos dias 13 e 14 de maio de 2015. Cf.: Diário Oficial de 29/04/2015, p. 62. Como a gestão atual inicia em 2013, ainda dentro do marco temporal para a realização da pesquisa, optamos por utilizar os dados desta gestão.

¹¹⁹ As câmaras técnicas são divididas por eixo temático (habitação, regularização fundiária; saneamento; transporte, mobilidade e acessibilidade, planejamento territorial), nas quais são discutidas as deliberações que precisam ser tomadas pelo conselho, e suas decisões são votadas no pleno do conselho após discussão das câmaras técnicas.

construção da 6ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Pará, que foi convocada através da resolução administrativa ConCidades/PA nº 10, de 10 de novembro de 2015 no Diário Oficial do Estado.

Assim, o ConCidades/PA como um espaço de fiscalização, que delibera e assessora a respeito do desenvolvimento urbano e regional, ainda se apresenta muito incipiente em sua prática, é necessário avançar para que a população perceba os resultados dos Planos elaborados de cada política, e que tais possam ser desenvolvidos de forma integrada, demanda esta que foi tirada na conferência anterior¹²⁰.

Também é importante destacar a criação de outro espaço de participação, o conselho referente à política de saneamento intitulado, *Conselho Superior de Administração da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém*, apesar de não estar no período da pesquisa (2003-2013), pois criado em 2014, este merece registro. A partir da pesquisa documental na Agência Reguladora de Água e Esgoto, espaço responsável para seu funcionamento, temos que este conselho é criado a partir de uma deliberação nacional através do Decreto 7.217/2010 que foi alterado pelo Decreto 8.211/2014, o mesmo torna obrigatório a todos os municípios a existência um conselho que controle os serviços públicos de saneamento.

Estão datados no dia 30 de dezembro de 2014¹²¹ dois decretos referentes a este conselho, o primeiro nº 81.651/2014, que regulamenta a sua composição e o funcionamento; e o segundo nº 81.652/2014 que nomeia e empossa os membros. É importante destacar que no decreto nº 81.651/2014 Art. 1, estabelece a competência deste conselho os serviços públicos de saneamento, e no seu Parágrafo Único destaca quais são esses serviços: “[...], compreendem-se como serviços públicos de saneamento básico o conjunto dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, de limpeza urbana, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem e manejo de águas pluviais, bem como infraestruturas destinadas exclusivamente a cada um destes serviços. ”

E no que se refere aos movimentos sociais urbanos presente neste conselho, temos destacado no decreto nº 81.652/2014¹²², o art. 1, “X - Representante de entidades

¹²⁰ Cf.: Relatório final da 5ª Conferência Estadual das Cidades, 2013.

¹²¹ Cf.: Diário Oficial do Município de Belém.

¹²² CF.: Anexo E: Composição Conselho Superior de Administração da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém.

representativas de associações de Moradores do Município de Belém, que estejam legalmente constituídas, Centro Comunitário Allan Kardec [...].”

A legislação para o saneamento básico historicamente é recente, a Lei Nacional de Saneamento nº 11. 445 é datada de 5 de janeiro de 2007 estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico e outras providências, e somente é regulamentada pelo decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, decreto assinado na 4ª Conferência Nacional das Cidades¹²³. Em Belém temos o “Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Município de Belém do Pará - PMSB” de outubro de 2014.

No PMSB traz o diagnóstico de Belém, e afirma que “[...] o sistema de esgotamento sanitário do município de Belém se encontra defasado com um índice de atendimento na ordem de 37,63%. Sendo assim, a população utiliza fossas sépticas e fossa rudimentar, o que favorece a contaminação do lençol freático.” Nesse sentido que a constituição deste conselho, e em concomitância com o ConCidades/PA, pode nos dar indícios de avanços futuros nesta política, ou seja, efetivação das legislações para atuar no déficit do saneamento básico.

Além dos espaços dos conselhos, trazemos os fóruns como importantes espaços para a participação da sociedade, e nessa última década temos o *Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público de Qualidade de Belém*; este tem registro de criação em 2012, tendo como fomento de sua articulação o sistema BRT (Bus Rapid Transit ou Transporte Rápido)¹²⁴, com o objetivo de suscitar o debate da população e fazer mobilizações de rua para protesto contra esse projeto que não foi discutido de forma participativa.

¹²³ No Art. 4º do decreto nº 7.217/2010, amplia os serviços de saneamento: Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluindo eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a esta finalidade, as seguintes atividades: I - reservação de água bruta; II - captação; III - adução de água bruta; IV - tratamento de água; V - adução de água tratada; e VI - reservação de água tratada.

¹²⁴ “[...] A representação de usuários, por exemplo, sempre foi uma deficiência, e a demora de duas décadas na racionalização do sistema é um fator importante para a identificação das resistências na mudança do funcionamento da lógica da circulação do transporte coletivo na região, atualmente deficiente no atendimento da demanda e pela coexistência com soluções informais e irregulares de outros modais, como mototáxis e vans de passageiros. Os custos totais estimados em uma complexa operação de financiamento internacional, envolvendo o governo do estado do Pará, o governo federal brasileiro e a Jica [Japan International Cooperation Agency], perfazem, em valores do ano de 2013, o montante de R\$ 1,2 bilhão, entre custos diretos e indiretos. [...]”. (IPEA, 2016, p. 109-110) (grifo meu). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160128_relatorio_rm_belem.pdf>. Acesso em: 28/03/2016.

As entidades, como sindicatos, movimentos sociais e organizações estudantis, participaram da plenária de fundação do Fórum de Transporte em janeiro de 2012, constituindo em rede de movimentos, entre elas estavam:

- UNIDOS PRA LUTAR; SINTSEP-PA (Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Pará);
- SINTRAM (Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Ananindeua e Marituba);
- COLETIVO DE JUVENTUDE VAMOS À LUTA;
- AUTEPA-PA (Associação dos Usuários de Transportes do Estado do Pará);
- DCE-UNAMA (Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia);
- GREMIO UG;
- ENECOS (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social);
- DCE UFPA (Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará);
- ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livres);
- Representante do Deputado Estadual Edmilson Rodrigues;
- COMITÊ METROPOLITANO XINGU VIVO;
- MLP (Movimento de Luta Popular); e
- REVITA SUS.¹²⁵

Além das entidades/organizações sociais que estiveram presentes na plenária de sua fundação, também fazem parte do Fórum de Transporte outras entidades: AFBEP (Associação dos Funcionários do BANPARÁ), Núcleo São Joaquim, Ação Cidadania - Comitê Pará, Associação SAMU - 192, Associação dos Moradores da Cipriano Santos, ASCEPA (Associação De e Para Cegos do Pará), centro acadêmicos, FEMA-PAC (Fórum de Entidades e Moradores de Área de Projetos do PAC/Belém), ONG-Amazônia, MLT (Movimento de Luta pela Terra), partidos políticos, entre outros.

Entre as ações do fórum temos: a realização do I Seminário do Fórum de Lutas da Região Metropolitana de Belém, que teve por tema “Crise Econômica e o Caos Social”, o evento teve o objetivo de debater os problemas nas áreas da saúde e do transporte público na Região Metropolitana de Belém¹²⁶. E estiveram no mesmo ano como organização de duas mobilizações relacionadas ao BRT, conforme registros dos jornais de mais veiculação em Belém¹²⁷. Atualmente o Fórum encontra-se desarticulado, conforme informações do SINTSEP-PA, espaço no qual o Fórum se reunia para debate.

¹²⁵ Disponível em: <<http://sintram-pa.blogspot.com.br/2012/01/lancado-forum-em-defesa-do-transporte.html>>. Acesso em: 01/02/2016.

¹²⁶ Disponível em: <<http://forumtransportebelem.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 01/02/2016.

¹²⁷ Cf.: Acervo SEGEP (Data: 19/01/2012 – pauta: Parar o andamento das obras do BRT e congelamento do valor da passagem de ônibus e; data: 14/01/2012 – pauta: Passeata contra o projeto BRT – Belém).

A política de transporte, como já referido quando tratamos do Conselho de Transporte, não é voltada para atender a população, para tanto, ter um fórum formado por entidades/organizações sociais é fundamental para reivindicar que esta política atenda a demanda real da população, a rearticulação desse espaço seria importante para o avanço da política de transporte, mobilidade e acessibilidade, bem como a rearticulação do Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU), no que tange a articulação das políticas urbanas.

Para os movimentos sociais urbanos esse novo processo de participação resulta em uma organização diferenciada para esses sujeitos políticos coletivos atualmente, através desses novos espaços de participação. Mediante o exposto podemos verificar que os movimentos sociais urbanos atualmente encontrassem com uma articulação fragilizada; e também perceber o enfraquecimento no processo de ocupação das ruas (mobilizações). Teremos maior visibilidade de como encontrar esse processo atualmente no capítulo seguinte desta pesquisa.

3 – AMPLIAÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO: ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM BELÉM (2003-2013)

Na participação na tomada de decisão da “coisa pública” é imprescindível sabermos *quem* são os sujeitos que decidem; *como* esse processo acontece e; *em que condições* ocorrem – para o exercício dos direitos. Mesmo com a abertura política do atual contexto histórico, esses elementos precisam ser muito bem definidos e compreendidos. Viabilizar esse processo decisório é um desafio, pois são dois grandes eixos envolvidos, poder público e sociedade civil, ambos com interesses, na maioria das vezes, distintos.¹²⁸

Nesse sentido, a participação na tomada de decisão tem sido gestada nos espaços dos fóruns, das conferências e dos conselhos; mas para compreendermos melhor o funcionamento desses instrumentos na cidade, é fundamental entendermos que a atuação do Estado é diferente entre os níveis de governo (União, Estados e Municípios). No que tange a instância municipal (nível no qual a pesquisa foi desenvolvida).

¹²⁸ Reflexões feitas com base nos estudos de Teixeira, 2002.

[...] os interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal a legislação garante à municipalidade muitos poderes sobre o espaço urbano, poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais. (CORRÊA, 1989, p. 26)

Ainda com base em Corrêa (1989) temos que a atuação do Estado está para criar condições de reprodução da sociedade capitalista, ou seja, “condições que viabilizam o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações”; um Estado que cria mecanismos para a segregação socioespacial. Lojkin (1997, p. 244) subdivide dos tipos de segregação, ainda que as reflexões do autor se tratem do início do capitalismo elas continuam sendo atuais,

- uma primeira segregação, no nível da habitação – a lógica ‘operária’ da renovação-deportação’ opondo-se à lógica do ‘emburguesamento’ do centro urbano renovado ou das residências ‘para executivos’;
- uma segunda segregação, no nível dos equipamentos coletivos (creches, escolas, equipamentos esportivos, sociais...) – o subequipamento dos conjuntos operários’ opondo-se ao ‘subequipamento’ dos conjuntos ‘burgueses’;
- enfim, uma terceira segregação, no nível do transporte domicílio-trabalho – a crise dos transportes coletivos para o operário contrastando com os privilégios burgueses’ do uso do automóvel.

É certo que ocorrem avanços na sociedade capitalista, e com isso também surgem outros problemas, agregando novos tipos de segregação; o que é fundamental entendermos é que a atuação e organização dos movimentos sociais urbanos estão nesse sentido, para ir de encontro a este processo segregacionista para a classe que vive do seu trabalho¹²⁹.

Os movimentos sociais urbanos precisam se (re)organizar, pois o Estado capitalista faz escolhas para sua atuação no que se refere aos financiamentos, escolha na maioria das vezes destinada a lógica do mercado, ou seja, financiando meios de produção (estradas, ruas e avenidas, etc.) em decorrência de meios para a reprodução da força de trabalho (moradia, transporte coletivo, entre outras), portanto a atuação e a organização da sociedade civil organizada é imprescindível.

E a atuação desses sujeitos políticos coletivos, tem sua ampliação através dos arranjos participativos a partir da CF/1988, fazendo assim com que os movimentos sociais

¹²⁹ Cf.: ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1999.

tenham mais uma estratégia de luta para contribuir para a população, uma forma dos movimentos sociais atuarem ativamente na construção e fiscalização das políticas públicas.

“Desde o início dos anos 90, o Brasil tem sido considerado palco de experiências de práticas participativas que pretendem construir um regime democrático no qual os cidadãos se constituem em atores ativos e decisivos no processo decisório do governo.” (SANTOS JUNIOR; RIBEIRO; AZEVEDO, 2004, p. 7). Em Belém (lócus da pesquisa) a ampliação da participação não é diferente, acontece de forma gradual a partir dos anos de 1990; e nesse sentido que se buscou analisar a atuação e organização dos movimentos sociais urbanos em Belém/PA na atualidade (2003-2013) nos espaços dos fóruns, conferências e conselhos que tratam das políticas urbanas.

O corte temporal da pesquisa é 2003 até 2013, como já referido na introdução desta pesquisa, teve por parâmetro a criação do Ministério das Cidades em 2003 e última Conferência das Cidades que ocorreu em 2013, pois se entende que para o objeto de estudo esta temporalidade é relevante para o campo de observação e para sua análise, no sentido do marco da participação dos movimentos sociais urbanos (MSU) nos espaços dos Fóruns, Conferências e Conselhos é a criação do Ministério das Cidades e, essa temporalidade também traduz a periodicidades das Conferências das Cidades já realizadas.

Para tanto foram utilizadas a pesquisa documental e de campo, além das reflexões de teóricos referentes ao assunto estudado que nos dão subsídios para a discussão. Sendo que a análise de documentos (relatórios, regimentos, atas e frequências) foi realizada nos espaços responsáveis pelo funcionamento dos conselhos e fóruns, além de outros documentos como jornais e os documentos disponibilizados na internet, como leis e informações relevantes para a pesquisa, dessa forma pode-se mapear os MSU's em Belém que atuaram ou atuam no período proposto pela pesquisa; bem como contribuir para caracterizar como ocorre este processo de organização dos movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação pesquisados.

Entendendo por MSU aqueles que atuam na área do desenvolvimento urbano, ou seja, que tratam das políticas urbanas (habitação, saneamento, transporte e mobilidade e, regularização fundiária)¹³⁰. O uso dos documentos também foi subsídio para verificar as estratégias atuais de luta dos MSU's, dando suporte para a pesquisa de campo.

¹³⁰ A definição de movimentos sociais urbanos foi estabelecida pelo regimento da Conferência das Cidades.

No que tange a pesquisa de campo esta foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas¹³¹ com os sujeitos que mais participam nesses espaços, com o devido consentimento dos entrevistados¹³², a amostra¹³³ foi realizada a partir do mapeamento feito na pesquisa documental; além dos relatos de experiência coletado entre os sujeitos escolhidos para a realização das entrevistas. A pesquisa de campo foi realizada a fim de verificar as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos; conhecer os principais avanços nos espaços de participação popular (Fóruns, Conferência e Conselhos) na atualidade (2003-2013); e outros elementos relevantes para a pesquisa.

Sendo assim, a análise de dados desta pesquisa está no sentido de perceber como tem sido o processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos nesses espaços de participação popular na atualidade (2003-2013) em Belém/PA? Observando quais são as estratégias de atuação, gestadas neste contexto? A atuação destes sujeitos tem sido direcionada por um caráter mais ou menos institucionalizado? Quais suas finalidades? E quais são os principais avanços dos movimentos sociais urbanos de Belém?

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO EM BELÉM-PA (2003-2013)

Nos movimentos sociais urbanos ou simplesmente movimentos populares¹³⁴ em Belém percebe-se a necessidade de organização para uma atuação no sentido de efetivação do que já foi conquistado, e para o enfrentamento ao Estado que historicamente tem uma direção política e econômica de caráter conservador. Sendo assim, a atuação do Estado, sobretudo nas políticas públicas, não é neutra,

[...] como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 1989, p. 25-26).

¹³¹ Roteiro de entrevista apresenta-se em Apêndice A.

¹³² Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no Apêndice B.

¹³³ Foi possível realizar sete entrevistas.

¹³⁴ Verificar significado no primeiro capítulo deste trabalho.

Nesse mesmo sentido Lojkin (1997), afirma que o Estado Capitalista tem uma lógica, em que suas concessões (políticas públicas) para a classe dominada, são fruto de suas pressões e não uma concessão via direito. O autor tem a França como espaço de estudo, mas suas reflexões transcendem o espaço geográfico:

[...] os limites das reformas urbanística, no interior do atual sistema, quando, sob a pressão de movimentos de protestos maciços, o poder de Estado concede – contra sua própria lógica – algumas extensões de linhas de metrô para o subúrbio ou a proteção do habitat urbano contra as auto-estradas ou os transportes em local próprio: esses limites capitalistas não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores [...]. (p.300-301).

Assim sendo, não é improfícuo discutirmos neste trabalho a importância dos movimentos sociais urbanos e sua organização ou reorganização. E no que tange os espaços já conquistados pelos movimentos sociais, principalmente quando se organizam em *rede de movimentos*, se constituem como um avanço na construção das políticas públicas, porém também inferimos que não é suficiente a criação dos instrumentos de participação, se não houver o mínimo de infraestrutura e uma real abertura política para a ação da sociedade civil organizada.

E para compreendermos como se constituí esse processo de ampliação da participação dos movimentos sociais urbanos nos espaços das conferências, dos conselhos, e dos fóruns, primeiro os identificamos por meio da pesquisa documental, na qual foi possível mapear em Belém no período da pesquisa (2003-2013): o *Fórum Metropolitano de Reforma Urbana* (FMRU), o *Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social* (CMHIS), o *Conselho Municipal de Transporte*, o *Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público*, e o *Conselho Estadual das Cidades do Pará* (CONCIDADES-PA).

Na pesquisa documental pode-se, mapear não somente os espaços de participação mais também os movimentos sociais urbanos com mais atuação em Belém, estes são identificados no quadro a seguir:

FMRU	CMHIS	FÓRUM METROPOLITANO EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO	CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	CONCIDADES-PA
ACS F ASSIS	CONGEB-UNA ¹³⁵	AUTEPA-PA	FEMECAM	FEMECAM
AMINEIDA	FEMECAM	MLP	CBB	MNLM
CONAN	MNLM			UNMP
CCA				CONAN
FMAP				CMP
GMB				
MSTU				
MLB				
RECID ¹³⁶				
UNMP				

Quadro 4 - Movimentos Sociais Urbanos nos espaços de participação

Fonte: Pesquisa documental.

Dentre os movimentos sociais urbanos que foram mapeados, o único espaço de participação que não foi possível encontrar representação foi o Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público por apresentar-se desarticulado e pelo seu tempo curto de atuação, segundo pesquisa documental¹³⁷. E no quadro 04 podemos visualizar em destaque os

¹³⁵ CONGEB-UNA, conselho gestor do Projeto Macrodrenagem da Bacia do UNA, este que “[...] consistiu no maior programa de macrodrenagem da região Norte à época, atingindo diretamente uma população de 540 mil habitantes [...]. A elaboração do projeto, suas revisões, ajustes na forma de contratação do empréstimo e demais etapas preliminares durou dez anos (1987-1997). A execução efetiva da obra, em suas medidas de maior impacto, ocorreu entre 1999 e 2002, com a parceria entre o governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém [...]. O Projeto Una envolvia ações de urbanização, água e esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos na maior e mais populosa bacia hidrográfica urbana da RM de Belém.” (IPEA, 2016, p. 53) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160128_relatorio_rm_belem.pdf>. Acesso em: 04/03/2016.

¹³⁶ Rede de Educação Cidadã, um projeto do Governo Federal para as regiões Norte e Nordeste. “Atualmente a Rede de Educação Cidadã é formada por três ou quatro coordenadores em cada Estado brasileiro. Participam da rede entidades sociais como: Pastoral da Criança, Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), fóruns estaduais de economia solidária, fóruns estaduais de Segurança Alimentar Nutricional, CARITAS etc. O projeto tem se consolidado como uma rede de educação popular que promove práticas formativas em torno do tema da Segurança Alimentar, Trabalho e Educação. Hoje se discute a autonomia dessas entidades sociais frente ao governo Federal.” (COSTA e PASCAL, 2006, p.107).

¹³⁷ Os documentos do espaço datam sua criação em 2012, em decorrência do Projeto de Transporte Rápido - BRT que apresentou diversos problemas para a população, documentos esses localizados no blog que ainda

movimentos sociais urbanos no qual as representações tiveram disponibilidade de fazer a entrevista¹³⁸.

É necessário inferir sobre os movimentos sociais urbanos pesquisados, que se tratam de três formas de organizações sociais, a primeira caracterizada como base (vínculo associativo), como é o caso da Associação Comunitária São Francisco de Assis, a segunda trata-se movimentos populares mais gerais, como o MNLM e a UNMP, e por fim o que caracteriza-se como *rede de movimentos*¹³⁹, que é o caso da CBB, por exemplo. É importante termos clareza dessa diferença para compreendermos os posicionamentos dessas organizações sociais no decorrer dos dados apresentados pela pesquisa.

É relevante também destacar a concomitância de representações, existem representações com mais de uma entidade (movimentos sociais urbanos) no mesmo espaço de participação, representantes que se repetem em diferentes espaços de participação com mesma entidades ou com diferentes entidade (quadro 05). Como podemos verificar nos exemplos de forma respectiva, no FMRU temos o mesmo entrevistado representa duas entidades, a ACS de Assis e a UNMP; o entrevistado do MNLM representa a entidade no CMHIS e no CONCIDADES-PA, ou o que ocorre no Conselho de Transporte e no CONCIDADES-PA que o mesmo entrevistado participa dos dois espaços, porém no primeiro como representando a CBB e no seguinte a UNMP.

ENTREVISTA	ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO	MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS
A	FMRU	ASS. SÃO FRANCISCO DE ASSIS E UNMP
B	FMRU/CONCIDADES-PA	CONAN
C	CMHIS	CONGEB-UMA
D	CMHIS/CONCIDADE-PA	MNLM
E	FMRU	RECID
F	CONSELHO DE TRANSPORTE/ CONDADES-PA	CBB/ UNMP
G	FMRU	UNMP

Quadro 5 - Espaços de participação e movimentos sociais urbanos

Fonte: Pesquisa de Campo.

permanece no ativo, porém não atualizado, já que segundo informação do SINTSEP-PA (Sindicato dos Servidores Federais) espaço no qual o Fórum funcionava, este está desativado, além de alguns registros nas ATAS do Conselho Municipal de Transporte de Belém. Disponível em: <<http://forumtransportebelem.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07/01/2016.

¹³⁸ Não foi possível realizar todas as entrevistas pela dinâmica que se apresenta os movimentos sociais.

¹³⁹ Cf.: SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?, 2008.

A partir dos dados coletados nas entrevistas podemos perceber que há uma dificuldade de renovação de lideranças¹⁴⁰, além de percebermos isso com o quadro 05 com a concomitância das lideranças, por meio da fala dos sujeitos da pesquisa podemos reforçar essa informação, dois conselheiros dos CMHIS tratam sobre a importância da renovação das lideranças, o primeiro afirma: “O que eu mais quero realmente que a gente trabalhe com jovens, futuras lideranças”¹⁴¹. E no depoimento¹⁴² outro membro deste conselho afirma que as novas lideranças foram formadas, porém foram cooptados e lutam por outra bandeira e isso enfraquece a luta dos movimentos.

No que refere ao fato da mesma liderança estar em diferentes espaços de participação, o entrevistado G justifica afirmando que a população não tem as lutas sociais como prioridade, o que podemos verificar no trecho a seguir:

[...] os atores não mudam, o que muda são os movimentos, infelizmente é assim, por que são poucas as pessoas que gostam de debater a política pública no Brasil, são poucas as pessoas, às vezes temos que nos virar de trinta, leva daqui, discute aqui, pulverizar todos esses debates, aí as amarrações uma vai se envolvendo na outra, é justamente porque a população não se interessa e ainda chama a gente de baderneiros às vezes.¹⁴³

Além de nos ratificar que não há renovação das lideranças, a entrevista acima trata sobre a criminalização dos movimentos sociais (MS), e é importante darmos o devido destaque para essa problemática, que fragiliza a ação dos movimentos sociais.

[...] Ao criminalizar, não basta punir as pessoas que fazem a luta. É preciso também deslegitimar os movimentos sociais e tirar dos trabalhadores, se possível sem violência física, o direito de serem sujeitos políticos. O objetivo da criminalização é criar as condições legais e, se possível, legítimas perante a sociedade para: a) impedir que a classe trabalhadora tenha conquistas econômicas e políticas; b) restringir, diminuir ou dificultar o acesso às políticas públicas; c) isolar e desmoralizar os movimentos sociais junto à sociedade; d) e, por fim, criar as condições legais para a repressão física aos movimentos sociais. (Via Campesina Brasil, 2010, p. 6).

¹⁴⁰ Esse resultado já foi apreciado também por meio da pesquisa no Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado, “Fórum Metropolitano de Reforma Urbana: a pauta de luta dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana de Belém”, de autoria de Larissa Marinho da Costa, Thayane Monteiro Andrade, da UFPA do curso de Serviço Social.

¹⁴¹ Entrevista C, representante do CONGEB-UNA.

¹⁴² Registro do diário de campo do relato do representante da FEMECAM.

¹⁴³ Entrevista G.

Além da organização popular não ser prioridade da população e da criminalização do MS, temos outro elemento que contribui para a dificuldade de renovação das lideranças, se trata da dinâmica dos movimentos sociais; é importante se entender que ela é distinta dos outros sujeitos que fazem parte dos *novos* espaços de participação, como afirma um dos entrevistados: “[...] o nome já tá dizendo é uma coisa em movimento, e ele têm seus altos e baixos, uma época que o movimento está na efervescência de busca por direitos e tem momento que ele dá uma parada”¹⁴⁴; o que é ratificado por Gohn (2011, p. 336) que afirma: “A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam.”

Entendemos que tanto a dificuldade de renovação das lideranças, a criminalização dos movimentos sociais e a sua dinâmica de funcionamento, contribuem para a organização frágil desses sujeitos políticos coletivos na atualidade.

E para contribuir para a reflexão dos objetivos dos movimentos sociais urbanos ao longo de sua história, trazemos Cabral e Sá (2009, p.120):

[...] os movimentos sociais urbanos reivindicatórios, ou seja, os movimentos populares de bairros são organizações da classe destituída de poder, que demandam através das reivindicações, por direitos básicos de acesso à participação e cidadania, não se dirigindo à luta pelo domínio (controle) político do Estado. Mas, tendo no Estado não apenas o destinatário de suas reivindicações, mas também um adversário e, às vezes, paradoxalmente, até um aliado.

Sendo assim, foi necessário identificar os objetivos dos movimentos sociais urbanos atualmente em Belém, de acordo com os dados da pesquisa. Para tanto, temos por parâmetro de análise as reflexões de Gonçalves (2013, p. 66), nas quais os objetivos desses sujeitos políticos coletivos estão ligados as “[...] manifestações que expressam as contradições da estrutura social, política e econômica [...]”.

Ou seja, se estruturam motivados por um objetivo e em decorrência da realidade, principalmente pelos problemas da sociedade, esses podem ser motivados por diversos fatores e por uma determinada direção política; e quando tratamos de movimentos sociais urbanos existe um histórico específico que nos leva a esta conclusão. Isto pode ser percebido claramente nas falas destacadas abaixo:

¹⁴⁴ Entrevista A.

O movimento popular de 2000 pra cá, [...] ‘surge’ no sentido de organizar a luta desse marco regulatório, pra que a gente pudesse olhar pra cidade com base no documento, que nos garantisse a discussão e a implementação das políticas voltadas para a cidade [...]. O movimento se organiza também, porque nossos bens naturais passam a ser vendidos, e a luta é pra que isso não exista. O movimento tem *o objetivo de lá até hoje é pelo direito à cidade, com as políticas integradas*, por que hoje se discuti a política tudo separado, [...]. Não posso pedir a casa, se não tiver saneamento, se não tiver a escola, a mobilidade.¹⁴⁵ (grifo meu).

O objetivo pra mim é uma só, *é trabalhar em prol das políticas públicas, que o poder público atenda a comunidade*, a sua solicitação e tragam pra nós os benefícios que nós precisamos, através dos recursos de impostos que nós pagamos, devolvidos em forma de benefícios [...].¹⁴⁶ (grifo meu).

A *reafirmção pela Reforma Urbana*, a questão dos direitos constitucionais, o Estatuto das Cidades não deixa de ser um resultado concreto dos movimentos, e os movimentos de Belém teve um papel muito importante no âmbito nacional.¹⁴⁷ (grifo meu).

O objetivo do movimento hoje, eu acho que é buscar se inserir no processo... buscar a autonomia que os movimentos tiveram na época de 2002 até 2010 ou até 2008, os movimentos tiveram assim uma importância fundamental no contexto da cidade, como criar, elaborar, cobrar, implementar algumas coisas que são muito importantes pra população, porque assim, nós gostaríamos que o poder público fizesse o seu ‘dever de casa’ sem pressão, mas os públicos no geral tem que na pressão se não funciona, então esses movimentos tiveram muita importância na época, e o objetivo dos movimentos é continuar buscando um bem estar melhor pra população, porque os movimentos é a população, então o objetivo deles é esse morar melhor, conseguir andar melhor, conseguir ter segurança, ter tudo isso, é por isso que a gente luta. [...] Eu acho na minha concepção que TODOS os movimentos a intenção deles é ajudar, ‘uns mete os pés pelas mãos’, mas a intenção é acertar também.¹⁴⁸ (grifo do entrevistado).

Em síntese, como resultado da pesquisa, temos que o objetivo dos movimentos sociais urbanos em Belém na atualidade é: *organizar a luta com base nos avanços legais, buscando se inserir no processo participativo na defesa dos direitos da comunidade, com políticas públicas integradas*. O que ratifica a afirmação de Gonh (2011, p. 336), quando trata do que caracteriza os movimentos sociais:

Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de pressão); podem surgir e desenvolver-se

¹⁴⁵ Entrevista A.

¹⁴⁶ Entrevista C.

¹⁴⁷ Entrevista D.

¹⁴⁸ Entrevista F.

também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos.

Nesse sentido percebemos que o avanço da urbanização e de um Estado com práticas neoliberais fez com que esses sujeitos fossem tensionados a ter uma atuação voltada para os problemas gerados nesse contexto. E com a abertura e ampliação dos espaços de participação, que os movimentos sociais urbanos passam a ocupar, nos quais se tem maior diálogo com o poder público, a sua atuação está para a construção de políticas públicas, o que condiz com a sociedade do qual representam.

Isso nos leva a reflexão de como está sendo o processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos na atualidade, este tem se dado segundo três dos entrevistados através de diálogos nos espaços dos conselhos, dos fóruns, como podemos verificar nos trechos abaixo.

EU penso que hoje os movimentos se fortaleceram a partir de 2001, o movimento foi pra ‘dentro’, do conselho, eles se organizaram fora, mas também trabalharam pra ir pra dentro dos conselhos estaduais, conselhos municipais, conselhos nacionais aqueles que têm uma base, se eles tiverem na comunidade, estiverem participando das reuniões eles vão ter uma ‘voz’ pra levar o que eles precisam, levando as nossas demandas, propostas, reclamações do povo [...] ¹⁴⁹. (grifo do entrevistado).

Os movimentos sociais se organizam se capacitando, se ajudando um com os outros, tendo diálogo com governos: Municipais, Estaduais e Federal para promover projetos diversos ¹⁵⁰.

Atualmente estamos em uma organização de fórum entre as entidades que discutem a reforma urbana, pra poder atuar nos conselhos ¹⁵¹.

Porém, um dos entrevistados afirma o contrário, que “a atuação tem sido mais fora do que dentro dos espaços dos conselhos” ¹⁵², se referindo a uma **atuação ativa**, pois apesar de estarem nos espaços dos conselhos e das conferências a atuação que tem gerados mais resultados não tem sido dentro desses instrumentos de participação, como podemos perceber

¹⁴⁹ Entrevista A.

¹⁵⁰ Entrevista B

¹⁵¹ Entrevista D.

¹⁵² Entrevista F.

na continuação da afirmação não há vontade política para o funcionamento efetivo desses espaços, “[...] 90% dos governantes ainda não entenderam que os movimentos ajudam mais dentro dos conselhos do que fazendo manifestações de rua [...]”¹⁵³

Apesar do processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos serem majoritariamente nos novos espaços de participação, esses sujeitos políticos coletivos também tem se organizado nos seus vínculos associativos de bairros através de reuniões, e atividades de formação; conforme afirmam duas entrevistas, quando falam sobre seus movimentos de base, a primeira traz: “[As ações são] através de reuniões, encontros, palestras, seminários; com isso nós vamos aprendendo com as pessoas e, desenvolvendo na base”¹⁵⁴ (grifo meu); e a segunda fala, “Nós temos reuniões para discutir as deliberações que precisam ser tomadas”¹⁵⁵.

Ainda tratando da atuação e organização dos MSU’s, também temos outro ponto a ser discutido, destacado na entrevista C, na qual afirma que o movimento está enfraquecido, e de forma indireta nos fala que a organização era no sentido de atuar nas demandas da população. “Então hoje o movimento está fragilizado, porque [hoje] o cidadão/a cidadã tem benefício, asfalto dentro da sua casa, onde era (sic) estivas, pontes; tem iluminação onde não era bem claro [...]”¹⁵⁶ (grifo meu).

A partir das colocações acima podemos inferir que cabe aos Movimentos Sociais lutarem pelos interesses coletivos, à medida que as demandas da população estão direcionadas à melhoria das condições de vida, todavia, percebemos que os interesses coletivos somente são perseguidos, quando se tratam também de interesses pessoais; reforçando o que já afirmamos anteriormente que a maioria da população não tem as lutas sociais como prioridade. Isso pode ser justificado se considerarmos os índices de educação do país, por exemplo, que entre os déficits temos o índice de analfabetismo entre adultos, segundo o 11º relatório de Monitoramento Global de Educação da UNESCO¹⁵⁷, o Brasil é o 8º país registrando quase 13 milhões de analfabetos; e em relação a Belém, segundo dados do IPEA¹⁵⁸.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Entrevista E.

¹⁵⁵ Entrevista G.

¹⁵⁶ Entrevista C – representante do Projeto da Macrodrenagem da Bacia do UNA, ou seja, fala desta experiência específica.

¹⁵⁷ Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-all/>>. Acesso em: 01/03/2016.

¹⁵⁸ Anexo F.

[...] o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. [...] Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 56,12% para 69,19%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 47,25%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 3,99% eram analfabetos, 67,00% tinham o ensino fundamental completo, 49,25% possuíam o ensino médio completo e 14,33%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Quando refletirmos os dados da pesquisa, sobre a atuação e a organização dos movimentos sociais urbanos em Belém, percebemos que tal organização *não tem se dado por meio de mobilizações de ruas*, como no início da sua efervescência, qual foi a principal estratégia para as conquistas significativas da sociedade civil organizada; atualmente essa atuação tem se *concentrado nas atividades mais internas dos movimentos e na construção nos espaços de participação*. O que precisamos saber nesse momento é se isso tem contribuído com a luta pela reforma urbana, o que será discutido no decorrer de nossas reflexões.

Porém, antes de termos esta conclusão, precisamos comprovar nossas ponderações a respeito das estratégias de luta dos movimentos sociais urbanos, como estas têm sido realizadas na atualidade, ou seja, qual a estratégia de luta dos entrevistados nas suas organizações: na Associação Comunitária São Francisco de Assis, na UNMP, no MNLM, no CONGEB-UNA, na RECID, e na CBB¹⁵⁹ (quadro 06).

MSU	ESTRATÉGIAS DE LUTA	RESULTADOS
ASS. COM. SÃO FRANCISCO DE ASSIS/ UNMP	A nossa estratégia de luta pra gente se manter em pé, a visão do que é uma associação de bairro todo mundo sabe que é lutar por aqueles moradores dentro daquela política, esclarecer que a necessidade de um é do outro, ver o que é comum a todos – é a falta de luz, a falta de água, a vala entupida, então a discussão primeira é essa. [...] Nós tínhamos uma parceria com a SELAVIP, [...] pra melhorar as casas, [...] pra eles não saírem. [...] nós tivemos uma parceria com os governos, [...] hoje nós estamos indo pra mais de 250 moradias construídas, entre moradias construídas, ampliadas, ou reformadas. Também temos outras estratégias, temos as datas, dia de mulher, dia das mães, dia das crianças; e atividades de formação política, como o encontro de mulheres.	- Atuar nas necessidades imediatas; - Fazer parcerias; - Fazer encontros e atividades.
CONAN	-	-

¹⁵⁹ Com relação as estratégias da CONAN não obtivemos resposta.

CONGEB-UNA	Primeiro lugar as reuniões, [...] a gente preserva esse tipo de atitude através das reuniões discutir todos os problemas da Bacia do UNA e do Paraíso dos Pássaros, [...] e identifica e leva cada problema pro gestor, [...].	- Reuniões para discutir os problemas da comunidade; - Encaminhar para o órgão competente.
MNLM	[...] a estratégia seria ocupar esses espaços, que trata da habitação, do saneamento, transporte, da saúde, direitos humanos,... É uma concepção de movimento nacionalmente, mas alguns deixaram de ter essa estratégia e assumiram uma postura muito mais de interesse político, apesar dos pesarem nossa linha é de diálogo entre nós. [...].	- Ocupar espaços de participação.
RECID	A RECID trabalha muito a educação Freriana, então ela educa a pessoa que está na base pra ser uma pessoa que seja capacitada pra discutir, não educa pra ser aquela pessoa que aprenda pra ouvir e não tenha como defender seus direitos. Então a educação Freiriana te ajuda a discutir, mas conhecendo os seus direitos, não só o ouvir e o falar, primeiro o ouvir depois o falar.	- Capacitação da base para ser a gente de transformação.
CBB/UNMP	A CBB atuava em todos os espaços, em todas as lutas, [...] aí teve vários processos contra ela, principalmente por causas trabalhistas, [...], aí foi nisso que a coisa complicou, aí o que aconteceu depois disso as coisas foram decaindo, as pessoas foram desvanecendo, foram desacreditando, tinham muitas entidades filiadas, mas foram desacreditando, mas teve uma atuação excelente.	- Atuar em todos os espaços e em todas as lutas.
	A UNIÃO é nova aqui no Estado do Pará, ela é atuante em 24 Estados do Brasil, mas no Pará ela não é tão antiga assim vai fazer 7 anos, agora ela tá com uma boa atuação, ela é a mais nova dessas entidades nacionais que se instalaram aqui. A estratégia de luta é a moradia, o carro chefe é a moradia, mas moradia não existe sem saneamento, sem transporte, sem regularização fundiária, esse é objetivo de estarmos dentro desse conselho, porque esse conselho discute exatamente o que a gente quer, o ponto central é a moradia, mas a moradia se não tiver o mercadinho, a igreja, o saneamento, a água, a luz e todo o restante, isso não é uma moradia.	- Construção de casas para a população que necessita; - Participar dos espaços de participação.
UNMP	A nossa estratégia de luta é contribuir na construção das políticas públicas, em particular a habitacional. Debater para que nos municípios cheguem as políticas habitacionais de interesse social [objetivo fim], os governos não estão interessados nesse tipo de política, eles estão interessados naqueles que vão gerar lucros pra eles, do que um projeto desse. Obviamente a organização estrutural pra que esse plano estratégico aconteça são as Conferências [objetivo meio]. (grifo meu).	- Contribuir na construção das políticas públicas, em particular a habitacional; - Participar dos espaços de participação.

Quadro 6 - Estratégias de luta dos movimentos sociais urbanos em Belém na atualidade

Fonte: Pesquisa de campo.

Assim, compreendemos com base nas falas dos representantes dos movimentos sociais urbanos entrevistados, que entre as estratégias, a mais frequente é a participação nos espaços dos fóruns, conferências e conselho. Mas, existem outras estratégias: atuar nas necessidades imediatas; fazer parcerias; fazer encontros e atividades; reuniões para discutir os problemas da comunidade; encaminhar para o órgão competente as demandas da população; capacitação da base para ser a gente de transformação; atuar em todos os espaços e em todas

as lutas; construção de casas para a população que necessita; e contribuir na construção das políticas públicas, em particular a habitacional.

Todavia, não podemos deixar de dar destaque à outra estratégia importante para a atuação e organização dos movimentos sociais urbanos, as mobilizações de rua. Mobilizações que se configuram como instrumento de pressão da população para conquistas sociais, como já referido, e que não aparecem nas estratégias atuais dos movimentos sociais urbanos analisados.

Entretanto é importante destacar que as mobilizações ainda aparecem registradas nos jornais de maior veiculação em Belém, por exemplo, como podemos ver nos dados extraídos da pesquisa¹⁶⁰ realizada na biblioteca da Secretaria de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (SEGEP) de Belém (2005-2012):

Três eixos são destacados o da habitação, do saneamento e do transporte e mobilidade; no eixo da habitação foram registradas seis mobilizações, tendo como principal reivindicação a execução de projetos de urbanização e habitação; no eixo do saneamento ocorrem dez mobilizações registradas, tendo como o principal vetor a manutenção do Sistema de Água e Esgoto que tem gerado sérios alagamentos. E por fim temos o eixo de transporte e mobilidade com mais de vinte mobilizações, sendo o motivo principal aumento das tarifas dos transportes, seguido das reivindicações dos caminhoneiros, falta de sinalização, e passeatas contra o projeto do BRT.

E em 2013 temos as chamadas “jornadas de junho”, com reivindicações diversas, mas, a pauta do transporte foi o que gerou as mobilizações¹⁶¹; ainda que não tenha sido os movimentos sociais já organizados que tenham articulado, essas manifestações não deixam de se credenciar enquanto mobilização de rua, para pressão dos governos para conquistas da sociedade. Estas manifestações trouxeram para destaque a outra forma de mobilizar. “Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.” (GOHN, 2011, p. 335-336)¹⁶².

¹⁶⁰ Cf.: COSTA, Larissa Marinho da; ANDRADE, Thayane Monteiro. **Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**: a pauta de luta dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana de Belém, 2013.

¹⁶¹ Cf.: MARICATO; [et al.]. *Cidades Rebeldes*, 2013.

¹⁶² Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso: 08/01/2016.

Nos dados que apresentados a seguir, percebemos o enfraquecimento das mobilizações dos movimentos populares atualmente (2003-2013) em Belém-PA, porém, percebemos que ainda segue sendo uma estratégia, como já constatamos com os registros acima.

Nos dados da pesquisa, temos que cinco dos entrevistados afirmam o enfraquecimento das mobilizações, somente um afirma o contrário, e outro não deixa claro sua opinião, afirmando que as mobilizações são *flexíveis*,¹⁶³ ou seja, ora se intensificam ora enfraquecem. Para tanto, destacamos duas afirmações que comprovam a importância das mobilizações, mas também o seu enfraquecimento:

Elas são importantes, mas elas não têm se intensificado. Eu penso que as mobilizações são poucas. [...] esse mesmo último momento de Junho, [...] é momentâneo não tem uma continuidade, um centro de discussão. [...].¹⁶⁴

Eles são muito importantes, mas, é preciso ver com que intenção eles são feitos, [...].¹⁶⁵

Todavia, precisamos destacar esse processo em Belém, como um dos entrevistados do CMHIS detalha:

Sim tem importância [a mobilização], se intensifica no início dos anos 2000 ele ainda traz inspiração do resultado do processo de redemocratização, e foi até numa estimativa dos anos de 2005. De 2005 aos dias atuais com o aumento das redes sociais não tem mais aquela mobilização, aquela participação presencial, ainda que as redes sociais tenham sua importância^{166,167} (grifo meu).

Para tanto, é importante conferir a diferença de mobilização e movimento social. Como resultado das entrevistas percebemos que a respostas dos sujeitos (quadro 07) não destoam do conceito que já inferimos anteriormente de Montañó e Duriguetto (2011) que os movimentos sociais são uma organização que possui certa formalidade e estabilidade, já a mobilização é uma atividade que acaba em si, ambos podem ou não ter relação, ou seja, uma mobilização pode ou não ser fruto de um movimento social.

¹⁶³ Entrevista B.

¹⁶⁴ Entrevista A.

¹⁶⁵ Entrevista C.

¹⁶⁶ As chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, provocados pela insatisfação da população com o sistema brasileiro, mobilizações organizadas pela internet. (MARICATO... [et al.], 2013).

¹⁶⁷ Entrevista D

MOVIMENTOS SOCIAIS	DIFERENÇA DE MOVIMENTO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO
ASS. COM. SÃO FRANCISCO DE ASSIS E UNMP	A mobilização pra mim é um chamado pra um evento que o movimento já tenha feito, o movimento organizou e mobilizou pra que se façam presente naquela atividade, naquele ato. Então, a diferença é que um é mais político e o outro é mais social, mas de volume de pessoas; o movimento constrói a mobilização vai construída na presença.
CONAN	Não temos diferença de mobilizar os movimentos e sim é um privilégio estarmos juntos para cada vez mais aprender.
CONGEB-UNA	[...] Mobilização é quando você chama ou convida pra alguma ação; e o movimento social é a participação da comunidade, das lideranças pra discutir assuntos de interesse da comunidade, SEMPRE DA COMUNIDADE. (grifo do entrevistado).
MNLM	A mobilização é articular ou trazer a um local chamar ou convidar pessoas para participar de uma pauta, de uma reivindicação de que muitas das vezes ela mesma tem como ansiedade, e o papel do movimento no nosso caso [...], debate as políticas públicas, com autonomia pra atuar, reivindicar, reafirmar, expressar o sentimento da população, do qual infelizmente estamos desconectados. [...].
RECID	[...] O movimento social defende a causa e com a mobilização ele puxa pra que possa acontecer os eventos, as passeatas, os encontros, os seminários, tudo que a gente pretende fazer pra ajudar as pessoas no lado social.
CBB/ UNMP	A mobilização eu acho importante, mas os movimentos sociais tem mais legitimidade, eles são mais organizados, eles são mais focados, eles têm objetivo e eles têm como continuar. Mobilização, eu lembro de algumas mobilizações feitas pela internet, o jovem ia somente pra farra e aquilo perde o sentido no momento que acaba, então, mobilização é importante se ela vier agregada com objetivo claro, se for pra mobilizar por mobilizar é apenas uma festa, eu não acredito em mobilização sem objetivos claros, sem serem organizadas por movimento, sem serem organizadas por partido político, pelo movimento estudantil, pelo movimento de base, porque se não tiver base não vai levar a lugar nenhum, tem que ter base assinando, tem que ter o movimento, porque tem objetivo, tem endereço, tem de quem cobrar pra dar continuidade; porque mobilização por mobilização não resolve a vida de ninguém. O que a gente viu ser resolvido, encaminhado, executado, foi as que o movimento foi lá em campo [...]; mobilização de movimento social é uma coisa importantíssima.
FMRU	A mobilização é uma coisa mais concreta, e movimento é uma coisa mais global, pode ser de diversas situações e tipos; e mobilização é uma coisa mais estratégica dos movimentos.

Quadro 7 - Diferença de movimento social e mobilização

Fonte: Pesquisa de campo.

Como podemos ver no quadro acima, apenas a segunda entrevista não deixa claro sua posição sobre a pergunta, somente deixa claro a importância dos momentos de articulações. Perceber também que o representante da CBB e da UNMP nos dá outros elementos de análise a respeito as mobilizações e os movimentos sociais; referindo-nos sobre a importância de uma base para o desenvolvimento das mobilizações, principalmente para que elas tenham encaminhamentos e resultados concretos. Mensurando que quando são

mobilizações que terminam em si mesma, que não estão ligadas a uma base organizativa, não se tem avanços reais para a sociedade.

As entrevistas também nos demonstram a relevância das mobilizações, mas na atualidade encontram-se fragilizadas, mesmo assim continuam sendo uma estratégia fundamental para os movimentos sociais urbanos.

Ainda tratando da des/mobilização dos movimentos sociais urbanos, os entrevistados afirmam que nos anos 2000 há uma desmobilização, abaixo destacamos alguns trechos das entrevistas:

O movimento urbano... é uma complicação eu percebo um esfriamento, não que ele tenha morrido, a questão do esforço, a gente percebe as mulheres, os negros e negras, todo mundo tentando sobreviver, mas tá difícil. São muitas variáveis [...] não amplia, ele não flui; não sei se é falta de tempo, se é falta de compromisso, se é falta de esclarecimento; mas eu penso que não tem que deixar morrer. [...] ¹⁶⁸

Eu percebo com muita decepção, alguns têm deixado aí só a experiência, não tem aquela compreensão, aquele entendimento de continuar uma luta concreta, da importância dos próprios movimentos comunitários não existe mais, [...] ¹⁶⁹

Existe desmobilização, porque eles estão desacreditados na política, no governo, está desacreditado até nos outros movimentos, porque tem movimento que estavam na efervescência de 2000 a 2009 e de repente deu uma parada. Porque teve muitos contratemplos no meio do caminho, com alguns movimentos, com muitos dirigentes, aí foi desmobilizando, ou seja, foi esfriando o ânimo da população cobrar e também ao longo do tempo a população foi conquistando algumas coisas, quando a população vai se acomodando [...], ele consegue ver aquilo pra ele, conseguiu pra ele, não interessa conseguir pros outros, culpa deles, não é culpa deles é o sistema que é assim, e a humanidade que é assim. ¹⁷⁰

A desmobilização sempre existiu, nos movimentos têm todos os tipos de gente, porque quando tem uma pessoa que percebe que aquela ação vai prejudicar o seu prefeito, ele vai fazer de tudo pra desmobilizar aquilo que a gente está planejando. A gente vê isso antes de 2007, o movimento não tá na rua, não é porque foi feita uma desmobilização, a questão dos acordos políticos e dos interesses individuais, é uma coisa possível de ser, as pessoas precisam pagar suas contas, comer, trabalhar; e isso quando acontece é uma desmobilização total, porque uma pessoa que tenha cunho de mobilizar, de montar estratégias [e não faz] a coisa vai abaixo mesmo. ¹⁷¹ (grifo meu).

Percebemos o descontentamento dos sujeitos entrevistados com a atual situação dos movimentos sociais urbanos, de sua desmobilização, por conseguinte há uma necessidade

¹⁶⁸ Entrevista A.

¹⁶⁹ Entrevista D.

¹⁷⁰ Entrevista F.

¹⁷¹ Entrevista G.

desta reorganização para que se tenham avanços nas políticas públicas, já que no decorrer da história compreendemos esses sujeitos como fundamentais para as conquistas que a sociedade obteve.

Todavia uma das respostas se diferencia afirmando: “Não existe DESMOBILIZAÇÃO, eles caminham em passos normais, sem avanços, mas desmobilização não existe. Ele inicia, aí ele avança, aí... tem uma escala...e não avança...continua existindo mas sem grandes... a gente esperava que crescesse mais, mas ele está sem grandes avanços.” (grifo do entrevistado). Fazendo-nos afirmar que as mobilizações acontecem, porém não de maneira intensa ou crescente.

Para tanto, foi questionado aos representantes dos movimentos sociais urbanos entrevistados, quais possíveis estratégias para reorganizá-los, no quadro abaixo temos trechos das entrevistas:

ENTREVISTAS/ ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO	ESTRATÉGIA PARA REORNIZAR OS MSU's
C- CMHIS	Sim, nós temos diversas formas pra mudar isso, por exemplo, promover ações, ações que possa ‘contaminar’ a população, <i>conscientizando as pessoas, [...]. Eu acredito que tudo passa pela educação [...].</i> (grifo meu).
D-CMHIS/ CONCIDADE-PA	[...] a próxima geração que está por vir ou vão ter uma posição mais radical ou não vão aceitar a acomodação, acho que vai ter uma ruptura no próprio sistema. No ponto de vista da estratégia, <i>a própria indignação de pessoas anônimas vai dar uma nova vida.</i> Não tem mais uma credibilidade em associações de moradores, em centros comunitários, os movimentos muito por conta de estar relacionados até a ambientes partidários, então as pessoas não aceitam mais isso; está nascendo um movimento verdadeiramente independente [...], está ainda de forma clandestina, não tem ainda nada organizado, nada pensado, nada construído [...]. (grifo meu).
G- FMRU	[...] Esses interesses individuais são um problema, <i>se os movimentos conseguissem uma articulação,</i> [...] a mobilização seria muito boa. O interesse é um dos fatores que desmobilizou os movimentos. E a única estratégia que tem é <i>chamar os movimentos pra uma reunião</i> pra perguntar o porquê isso tá acontecendo e reorganizar. (grifo meu).

Quadro 8 - Estratégias para a reorganização dos movimentos sociais urbanos

Fonte: Pesquisa de campo.

Temos então como estratégia para a reorganização dos MSU's, segundo os dados da pesquisa: conscientizando as pessoas, dando importância aos movimentos sociais; é a partir da insatisfação da população que se pode fortalecer os MSU's; bem como articular parceiros e trazer os sujeitos políticos coletivos para se reunirem e se reorganizarem. Percebemos com isso, uma incerteza sobre como esse quadro pode ser alterado; mas fica claro uma necessidade que haja essa reorganização.

Neste sentido, temos que os movimentos sociais urbanos ou movimentos populares tem seu enfraquecimento em sua atuação e organização ao mesmo tempo em que se ampliam os espaços de participação da sociedade civil organizada, por meio das conferências, dos conselhos e dos fóruns. Será que esses dois fatores tem relação direta ou indireta?

Os estudiosos da área¹⁷², afirmam que a partir dos anos de 1990, década que marca o pós-Constituição de 1988 que cria esses espaços, os movimentos sociais passam a estar dentro do governo e passam a ter um caráter mais propositivo, com a ampliação dos espaços de participação e diminui as ações de protestos, pois agora com esses instrumentos se pode deliberar sobre as políticas públicas. Aliado a esse contexto, temos uma população que passa a desacreditar no Estado, pois é nesse período que a desigualdade aumenta em consequência, entre outras coisas, da política neoliberal que reduz os direitos sociais e trabalhistas¹⁷³; o que fragiliza mais os movimentos sociais, que não tem o apoio de forma direta da população.

Na tentativa de responder o questionamento anterior, refletimos que os movimentos sociais passam a tratar de suas bandeiras de lutas de forma mais direta com o governo, o que incide em ser um desafio de continuar convicto de seus ideais originais, e isso faz com que haja uma incidência menor nas mobilizações de rua, mas esse não é o único elemento provocador desse quadro, como já dito acima, se trata de fatores econômicos, políticos e sociais; portanto, preliminarmente e sem nenhuma pretensão de tornar essa afirmação uma tese, podemos concluir que há uma relação indireta com os dois fatores: o enfraquecimento da sua atuação e organização e, a ampliação dos espaços de participação. Todavia, sem perder todos os fatores econômicos, políticos, históricos e ideológicos que envolvem esse processo de abertura da participação popular.

Entretanto, independente do enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos, houve atuação desses sujeitos políticos coletivos. Assim, nesse momento destacamos os principais resultados apresentados pelos movimentos sociais urbanos pesquisados. Para assim concluirmos se houve avanços na atual conjuntura, bem como, se os espaços participativos tiveram influência em todo esse processo (quadro 09).

¹⁷² Cf.: Vianna, 2000 e Gohn, 2003.

¹⁷³ Cf.: Raichelis, 2006.

ENTREV./ ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO (MSU)	PRINCIPAIS RESULTADOS DO MSU
A- FMRU (Ass. Com. São Franc. De Assis/UNIÃO)	Foram essas casas, na nossa associação temos mulheres que já fizeram cursos, duas mulheres que fizeram cursos pra acabamento de casas, feito pelo governo federal, vários encaminhamentos para crianças, tivemos lá pessoas com deficiência, conseguimos cadeiras de rodas.
B- FMRU (CONAN)	Temos conselheiros em vários espaços como Conselho de saúde, conselho de meio Ambiente, conselho das cidades, Conselho de educação, fazemos a mudança no projeto Crédito Solidário, e etc.
C- CMHIS (CONGEB-UNA)	[...] Antes era sábado, domingo, feriado reunindo, era cansativo, a gente enchia caderno. De 2000 pra cá, temos o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA que começou em 1994 e terminou em 2004, no seu encerramento, ele promoveu uma grande transformação urbana na cidade, [...] Foi muito bom, acabamos com as áreas alagadas e alagáveis, remanejamos quase 4 mil famílias com locais com toda a infraestrutura, asfaltamento, iluminação pública, serviço de esgoto, ..., um projeto fantástico eu tive a felicidade de participar, foi um dos meus maiores trabalhos prestados à comunidade.
D- CMHIS/ CONCIDADE-PA (MNLM)	De 2003 até 2005 o nosso papel enquanto movimento é a questão da garantia do direito a terra e a moradia ao sem teto, foi um período com conquistas diárias, de resultados concretos da luta de garantir aquele teto, pras pessoas. Os movimentos perderam importantes espaços, hoje certos grupos da política social muito limitado, tem o foco no conselho estadual das cidades e pouca importância pro CMHIS, que foi uma construção dos próprios movimentos. Pelo menos de 2005 até 2013 temos só perdido espaços, perdido inclusive de contribuir para grandes avanços pra própria bandeira dos movimentos e pra sociedade como um todo.
E- FMRU (RECID)	O desenvolvimento social das pessoas em vulnerabilidade social, esse é o foco da RECID.
F- CONDADES-PA (UNIÃO)¹⁷⁴	Os principais resultados da UNIÃO é a moradia, é tanto a moradia comunitária, como a moradia individual, quanto à moradia partilhada, quanto à moradia feita em mutirão, esse é o tema principal, a União começou com mutirão pra moradia popular, conseguia o dinheiro, reunia a população e cada um construía a sua casa, ainda se faz assim, mas hoje tem as casas individuais, antes tinha mais casas partilhadas [...], e se economizava tudo ou então edifícios e acaba economizando também.
G- FMRU (UNIÃO)	E os resultados são as casas construídas, através dos programas habitacionais e sem pagar 1 real. A União no Estado é criada em 2007, nós temos um grande resultado, mas não tenho dados concretos, no Estado e em Belém também. Tem o cheque moradia, tanto para reforma quanto para a construção; esses são nossos resultados; estamos tentando organizar tudo isso para colocar no blog.

Quadro 9 - Principais resultados dos MSU's atualmente (2003-2013)

Fonte: Pesquisa de campo.

Para tanto, extraímos do quadro 09 os resultados da atuação dos movimentos sociais urbanos atualmente em Belém, o que podemos visualizar melhor no quadro abaixo, temos que quatro dos representantes afirmaram que os principais resultados estão ligados a construção de habitações, o que se vincula aos movimentos populares do qual representam, pois estes

¹⁷⁴ O entrevistado F, também está vinculado ao Conselho de Transporte pela CBB, porém como não há atuação efetiva desta entidade, a conselheira não está tão presente neste conselho preferiu não responder pelo Conselho de Transporte, somente pelo ConCidades/PA.

estão diretamente ligados à política setorial da habitação. Mas, também temos a questão do saneamento (entrevista C); percebemos, também, que os espaços de participação estão vinculados à busca de resultados concretos para a população (entrevista B); tendo por objetivo fim o *desenvolvimento social* (entrevista E), inferidos como resultados principais dos movimentos sociais.

ENTREV./ ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO (MSU)	Resultados
A- FMRU (Ass. Com. São Franc. De Assis/UNMP)	Casas, capacitação, e outros benefícios que vão de encontro à necessidade da comunidade.
B- FMRU (CONAN)	Estar nos espaços de controle social para trazer benefícios para a população.
C- CMHIS (CONGEB-UNA)	Benefícios para comunidade principalmente o saneamento e a infraestrutura básica.
D- CMHIS/CONCIDADE-PA (MNLN)	Garantir a moradia para a população que necessita; e estar nos conselhos.
E- FMRU (RECID)	Desenvolvimento da sociedade.
F- CONDADES-PA (UNMP)	Garantir a moradia para a comunidade.
G- FMRU (UNMP)	Casas construídas, através dos programas habitacionais e sem pagar. Tem o cheque moradia, tanto para reforma quanto para a construção.

Quadro 10 - Conquistas dos movimentos sociais urbanos

Fonte: Pesquisa de campo (adaptado do quadro 09).

As conquistas dos movimentos sociais urbanos, portanto, têm sido voltadas para a construção de habitações, que claramente somente é um dos déficits da população do município, mas também estão na atuação nas conferências e nos conselhos para a construção das políticas públicas, todavia, ainda não tivemos resultados concretos da abertura desses instrumentos de participação. É o que podemos ver nos dados demonstrados a seguir.

Com relação às Conferências das Cidades, na qual damos destaque por entendermos a sua importância na discussão e deliberação sobre as políticas urbanas, temos que os entrevistados entendem a relevância do debate construído, porém também percebemos a frustração do não avanço no pós-Conferência. Abaixo, destacamos algumas das falas dos entrevistados que demonstram o posicionamento a respeito das Conferências das Cidades, no âmbito estadual e municipal.

[...] passa essas conferências e o que se observa é quem decide é o gestor, mesmo embaçado no que se discute, ele vai fazer quando ele quiser, quando ele achar que deve, e da forma como ele quer, não da forma como foi discutido. Pode até sair alguma coisa do a gente discutiu nas conferências, mas do jeito que eles querem, por que ele tem que fazer alguma coisa, né?!¹⁷⁵

Olha, as propostas são fantásticas, é um grande momento que nós temos de discutir democraticamente, da nossa cidade, do nosso Estado, do nosso país. Todas elas nós conseguimos eleger propostas viáveis, propostas que com certeza mudariam a situação do país que estamos vivendo, pra melhor, com certeza. Mas, isto quando acaba a Conferência fecham as portas, isso vai pra gabinete, vai ser moldado lá sem a nossa presença, e muitas das vezes, ele fazem, quando fazem; o resto ficou só no fala, fala, fala. [...].¹⁷⁶

Sim [contribui], no debate, o resultado concreto no pós-conferência não... Mas, no acúmulo, no debate, no processo da construção, do que se propõem, do que se apresenta é excelente, infelizmente as gestões não dão nem sinal que vão implementar alguma coisa que daí sai, enquanto proposta pra sociedade, muitas das sugestões dos que passaram, tiveram que assumir essa responsabilidade eles sempre viam o resultado final como uma questão lucrativa de mercantilismo, as grandes obras, o BRT é um exemplo, [...] e que menos importou foram os resultados da própria conferência nacional, [...].¹⁷⁷ (grifo meu).

[...] a conferência eles colocam no papel e colocam dentro de uma gaveta ou jogam fora, sei lá; a gente tá vendo que não tá sendo aplicada, o que tá aplicado é o que o governo federal determina, o que tem dinheiro pra fazer, mas não do jeito que o povo quer, do jeito que o povo precisa, não onde o povo achou que era importante fazer primeiro, tem coisas que foram decididas nas conferências e foi aplicado onde o governante entendeu que era melhor pra ELE, onde dava mais visibilidade, não onde o povo mora ou onde o povo tá morrendo afogado, principalmente a questão do saneamento, a população determinou onde tinha que ser feito primeiro e não foi feito. (grifo do entrevistado).¹⁷⁸

Quando analisamos cada uma das falas dos entrevistados percebemos que muito ainda precisa-se avançar na execução das políticas urbanas discutidas nas Conferências das Cidades. Nesse sentido, é possível destacar dois pontos importantes, o primeiro é que para os entrevistados as discussões realizadas nas conferências são de grande relevância para os sujeitos políticos que participam de todo o processo, e também para aqueles que participam somente nos dias das Conferências.

¹⁷⁵ Entrevista A.

¹⁷⁶ Entrevista C.

¹⁷⁷ Entrevista D.

¹⁷⁸ Entrevista F.

Podemos confirmar esta relevância quando identificamos abaixo os temas discutidos em cada Conferência das Cidades, eles nos dão indícios sobre os debates – construção da política, uma gestão democrática, uma política integrada.

- 1ª Conferência Nacional das Cidades (2003)– Tema: Construindo uma política democrática e integrada para as cidades;
- 2ª Conferência Nacional das Cidades (2005)– Tema: Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- 3ª Conferência Nacional das Cidades (2007)– Tema: Avançando na gestão democrática das cidades;
- 4ª Conferência Nacional das Cidades (2010)– Tema: Avanços, dificuldades e desafios na implementação da política de desenvolvimento urbano;
- 5ª Conferência Nacional das Cidades (2013) – Tema: Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!¹⁷⁹

Temos no relatório final da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Pará (2013, p. 9) a síntese dos resultados de cada Conferência:

[...] na primeira (2003), ocorreu a criação dos Conselho das Cidades; na segunda (2005), foram definidas propostas para as Políticas Metropolitanas, a Gestão Democrática das Políticas Urbanas e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); na terceira (2007), foram definidas orientações para o Plano Nacional de Habitação e a Política Nacional de Saneamento, além de diretrizes para as políticas de Mobilidade, Acessibilidade e Transporte e Conflitos Fundiários Urbanos; na quarta (2010), realizou-se um balanço de avanços, dificuldades e desafios da política urbana e houve um direcionamento para a implementação dos conselhos das cidades.¹⁸⁰

E a última Conferência (2013), que em seu tema não deixa muito claro o que se tratou, teve por objetivo “a interlocução entre autoridades e gestores públicos”; tratar dos problemas das cidades; propiciar a participação; e ter na CNC a “garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano”¹⁸¹. Mas, o objetivo principal, segundo o relatório final da 5ª Conferência Estadual das Cidades do Pará (2013), é contribuir para a efetivação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).

Assim, percebemos ser fundamental a integração das políticas setoriais, pois com a divisão em setores de cada política urbana, as decisões são tomadas como se habitação não tivesse a ver com o saneamento, por exemplo; ou seja, é imprescindível que haja esse

¹⁷⁹ Cf.: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/secretaria-executiva>

¹⁸⁰ Documento disponibilizado pelo Conselho Estadual das Cidades do Pará.

¹⁸¹ Cf.: http://app.cidades.gov.br/5conferencia/images/regimento_interno.pdf

planejamento e execução das políticas urbanas de forma integrada. O que já está registrado na missão do MCidades:

[...] melhorar as cidades, tornando-as mais humanas, social e economicamente justas e ambientalmente sustentáveis, por meio de gestão democrática e integração das políticas públicas de planejamento urbano, habitação, saneamento, mobilidade urbana, acessibilidade e trânsito de forma articulada com os entes federados e a sociedade.¹⁸²

As entrevistas também nos fazem refletir em um segundo ponto, referente às escolhas que os governantes tem feito a respeito do que se demandou nas Conferências das Cidades. Isso nos fala de como tem sido as decisões da “coisa pública” em Belém, as Conferências são um espaço de debate, no qual o poder público e a sociedade civil organizada discutem as demandas que precisam ser realizadas na cidade de acordo com a população que habita nela.

Todavia, segundo os entrevistados essas demandas não tem sido realizadas, e quando realizadas ocorrem em uma perspectiva das elites políticas e não atendendo as reais demandas da população. Como registrado, por exemplo, no trecho da entrevista F, que resume a fala dos demais entrevistados: “[...] a gente tá vendo que não tá sendo aplicada, o que tá aplicado [...] não [é] do jeito que o povo quer, do jeito que o povo precisa, não onde o povo achou que era importante fazer primeiro [...]” (grifo meu).

Isso nos faz refletir sobre a funcionalidade das Conferências, nesse caso estamos tratando das Cidades, mas será que isso não tem ocorrido nas demais conferências de políticas públicas? As conferências, bem como os Sistemas, os conselhos, e os Planos, são fundamentais para traçarmos os “passos” que precisam ser tomados nas nossas cidades, mas até que ponto há uma real vontade política para que as demandas sejam executadas, e da forma como realmente a população necessita.

Esses instrumentos de participação popular foram conquistados por meio das lutas da sociedade, e os dados acima nos fazem refletir que esses instrumentos (Políticas, Sistemas, Conselhos, Planos, Programas) acabam sendo criados em função apenas de condicionalidades feitas pelo governo federal para a obtenção de recursos, que segundo nossos dados não vem sendo aplicados exatamente onde se deliberou, pois é necessário para se ter disponibilizado

¹⁸² Cf.: <http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>

estes recursos, de uma determinada política, é necessário uma série de condicionalidades, entre elas a criação de um conselho e de um Plano de ação cujo os projetos serão vinculados. Podemos visualizar como as políticas públicas funcionam de forma geral no organograma a seguir:

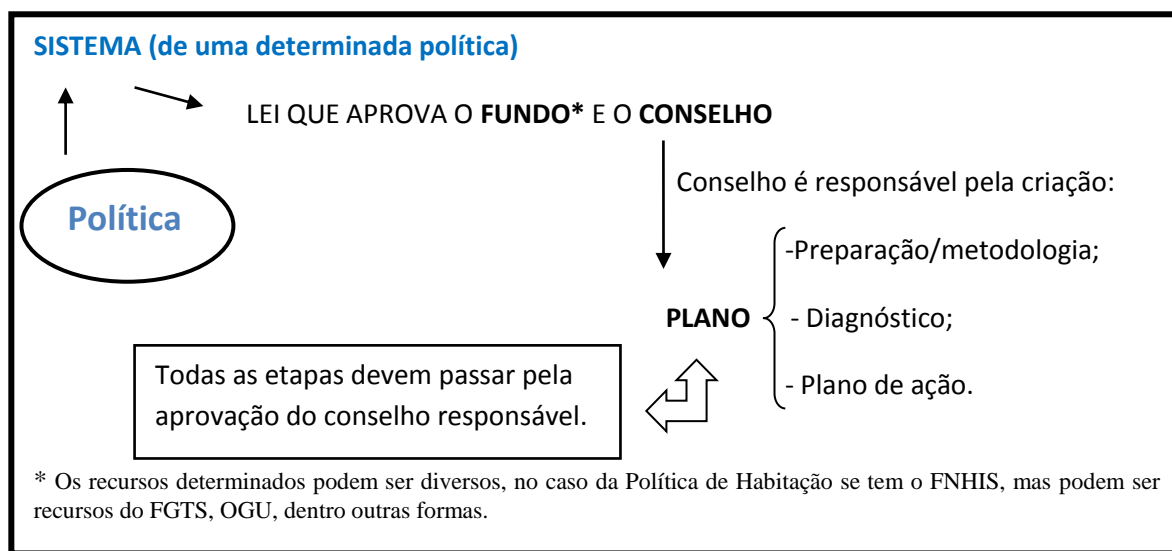


Figura 1 - Organograma das Políticas Públicas

Elaboração: Larissa Marinho.

Mas, de acordo com os resultados da pesquisa, quando questionados sobre “como eles percebem as Conferências das Cidades de Belém? E também se elas têm contribuído para o avanço das políticas públicas?”, contrariando os demais entrevistados, temos dois entrevistados que se posicionam de formas diferentes, afirmando que houve avanços, ainda que de forma lenta, como podemos visualizar abaixo:

Sim, elas têm contribuído. As propostas têm sido efetivadas não no seu 100%, mas num processo lento ela tem avançado parcialmente.¹⁸³

Sim, tem contribuído do pós-conferência, que é a partir delas que tiramos estratégias para atuar.¹⁸⁴

No caso da política de habitação¹⁸⁵ percebemos que os resultados tem sido lentos (tabela abaixo), no que se refere ao déficit, que os números diminuíram de 2000 para 2013, se

¹⁸³ Entrevista E.

¹⁸⁴ Entrevista G.

olharmos somente para os números do déficit urbano na região metropolitana de Belém (RM Belém) percebemos uma redução de pouco mais 20 mil habitações, mas ainda precisam ser construídas mais de 82 mil, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP).

Tabela 1- DÉFICIT HABITACIONAL 2000-2013¹⁸⁶

ESPECIFICAÇÃO	DÉFICIT HABITACIONAL 2000			DÉFICIT HABITACIONAL 2013		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
REGIÃO NORTE	812.605	473.335	339.270	652.998	508.147	144.851
RM BELÉM	105.921	103.560	2.361	84.525	82.741	1.784

Fonte: Fundação João Pinheiro (relatórios¹⁸⁷, adaptado).

Índices que poderiam ser mais rapidamente resolvidos se as habitações “vazias” fossem destinadas para habitação de interesse social, segundo dados da FJP o déficit reduziria a quase a metade (44,064 hab.) se considerarmos somente os domicílios vagos (tabela abaixo), esta que somente considera o estoque identificado pelo IBGE.

Tabela 2 - Domicílios particulares ocupados e vagos – 2000

Especificação	Domicílios Particulares Permanentes			Domicílios vagos		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Região Norte	2.808.778	2.041.469	767.309	313.431	233.827	79.604
RM Belém	416.163	407.226	8.937	39.916	38.672	1.244

Fonte: Fundação João Pinheiro. Relatório¹⁸⁸ (adaptado).

¹⁸⁵ Destacamos a política de habitação, por ser esta a que mais apareceu como resultados dos MSU's, cf.: No quadro 10: Conquistas dos movimentos sociais urbanos, p.99 e 100.

¹⁸⁶ “O conceito de déficit habitacional [...] aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais.” (Fundação João Pinheiro, 2005, p. 7-8).

¹⁸⁷ **Primeiro relatório de 2000:** Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/111-deficit-habitacional-no-brasil-municipios-seleccionados-e-microrregioes-geograficas-2000/file>>. Acesso em: 04/03/2016.

Segundo relatório de 2013: Déficit Habitacional no Brasil 2013: Resultados Preliminares, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>>. Acesso em: 04/03/2016.

¹⁸⁸ Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/111-deficit-habitacional-no-brasil-municipios-seleccionados-e-microrregioes-geograficas-2000/file>>. Acesso em: 04/03/2016.

Com leituras distintas dos representantes dos movimentos sociais urbanos entrevistados do mesmo processo e dos resultados das Conferências das Cidades para a sociedade; temos somente uma reflexão, que os avanços nas políticas urbanas estão muito aquém do que se foi planejado e do que a população necessita. Essa tensão de viabilizar esse processo decisório em que há interesses distintos, de classes e frações de classe, é o ponto principal para se ter o avanço da sociedade.

Para tanto, nossa leitura histórica é que a organização popular é imprescindível para que esses avanços de forma qualitativa aconteçam. E para que os avanços estejam condizentes a demanda da população, é necessária uma organização popular intensa.

Percebemos que há dificuldade de renovação das lideranças, há criminalização dos movimentos sociais, e há uma dinâmica “única” de funcionamento dos movimentos sociais, que contribuem para a organização frágil; mas é fundamental *organizar a luta com base nos avanços legais, buscando se inserir no processo na defesa dos direitos da comunidade*; além de lutar por políticas urbanas integradas e por uma atuação da sociedade civil organizada nos espaços de participação de forma a ter a efetivação das políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta a trajetória de luta dos movimentos sociais urbanos (MSU) e abertura de espaços de participação em que estes sujeitos políticos coletivos estão presentes e, tem um papel fundamental para que a população, principalmente a de menor poder aquisitivo, tenha “voz” na gestão pública. Esse contexto nos fala de um Estado Capitalista, o que implica dizer que se trata de um Estado com escolhas específicas. Com uma gestão neoliberal, o que traz como consequência o aumento das desigualdades sócio-territoriais. Mas, também neste processo histórico temos importantes conquistas em decorrência da luta da sociedade civil organizada.

Apresentamos as décadas de 1970 e 1980 como período importante de organização dos MSU's no Brasil. Nas quais a atuação desses sujeitos políticos coletivos lutava para o fim do Regime Militar e por eleições diretas, ou seja, pelo processo de redemocratização do país. Com a institucionalização da CF/1988, a população pode participar nas decisões públicas, que antes somente eram tomadas por uma elite política. A Constituição de 1988 também legitima as Políticas Urbanas - habitação, saneamento, trânsito e mobilidade, e regularização fundiária.

Esse processo de abertura política tencionou a criação do Ministério das Cidades (2003) e, de instrumentos de controle social (que são construídos a partir da década de 1990 e intensificam a criação destes nos anos 2000). Nesse sentido, os movimentos sociais urbanos assumem novas estratégias de organizações e de luta, que anteriormente eram realizadas por meio de pressões populares com mobilizações mais frequentes organizadas nos bairros, e na conjuntura atual há possibilidade da participação em espaços como Fóruns, Conferências e Conselhos, além de termos o aumento da tecnologia, principalmente das redes sociais, como instrumento da mobilização e de articulação social. Todavia, é importante dar destaque para os arranjos participativos como principais espaços de atuação e, de organização dos MSU's atualmente.

Em Belém (locus da pesquisa), foram analisados os seguintes espaços de participação, que na década pesquisada (2003-2013) estão ou estavam mais atuantes, estes são: o *Fórum Metropolitano de Reforma Urbana* (FMRU), o *Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social* (CMHIS), o *Conselho Municipal de Transporte*, o *Fórum*

Metropolitano em Defesa do Transporte Público, e o *Conselho Estadual das Cidades do Pará* (CONCIDADES-PA).

Nesses espaços instituições da sociedade civil que mais estiveram presentes entre 2003 e 2013, segundo os dados da pesquisa, entre os dois Fóruns analisados: o **FMRU** - Associação Comunitária São Francisco de Assis (ACS F ASSIS), Associação de Mulheres Eneida de Moraes (AMINEIDA), Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAN), Centro Comunitário Amazônia (CCA), Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), Movimento dos Sem-Terra Urbanos (MSTU), Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Rede de Educação Cidadã (RECID), União Nacional por Moradia Popular (UNMP). E o **Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público** - Associação de Usuários de Transporte Urbano (AUTEPA-PA), Movimento de Luta Popular (MLP).

E entre os espaços dos conselhos, atuantes em Belém, segundo as atas e as frequências, se destacam três: o **CMHIS** - Conselho Gestor da Bacia do UNA (CONGEB-UNA), Federação Metropolitana de Centros e Associações de Moradores (FEMECAM), Movimentos Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). O **Conselho Municipal de Transporte** – FEMECAM, Comissão de Bairros de Belém (CBB). E o **CONCIDADES-PA** – FEMECAM, MNLM, UNMP, CONAN, CMP.

Todavia, foi possível realizar a pesquisa de campo com os representantes dos seguintes movimentos sociais urbanos: do FMRU - ACS F ASSIS, CONAN, RECID e UNMP. Do **Fórum Metropolitano em Defesa do Transporte Público**, não foi possível realizar pesquisa de campo pela desarticulação deste espaço. Já nos conselhos estão presentes na pesquisa, o **CMHIS** com o CONGEB-UNA e o MNLM; no **Conselho Municipal de Transporte** a CBB; e no **CONCIDADES-PA** o MNLM, a UNMP e, a CONAN.

Para tanto, procurou-se analisar a atuação e organização dos movimentos sociais urbanos em Belém/PA nos Fóruns, Conferência e Conselhos de política urbana atualmente (2003-2013). Mapeado os MSU's que atuam nesses espaços de participação; caracterizando o processo de organização e mobilização desses sujeitos; e verificando as estratégias de atuação dos movimentos sociais urbanos, e os principais avanços dos MSU's nesses espaços de participação popular (Fóruns, Conferência e Conselhos) atualmente.

Os parâmetros iniciais deste trabalho, como mencionado na introdução desta pesquisa, foram três hipóteses¹⁸⁹, que foram comprovadas com a análise dos dados. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que:

A atuação e a organização dos MSU's na atualidade têm sido nos espaços das conferências, dos conselhos e dos fóruns, e esses são responsáveis principalmente para o planejamento, deliberação e fiscalização das políticas públicas, com exceção dos Fóruns (que tem seus membros envolvidos com os processos das conferências e com os conselhos), este é um espaço com articulação em *rede* que possuem outras formas de atuação, por exemplo, as mobilizações de ruas e as atividades de formação; nas conferências e nos conselhos majoritariamente se planeja e se delibera, e no que tange a fiscalização pouco tem se percebido em Belém, neste sentido a execução das políticas atualmente não tem sido efetivada como a população deliberou.

Porém, isso não significa que o processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos somente se tem ocorrido nos novos espaços de participação (conferências, conselhos e fóruns), esses sujeitos políticos coletivos também tem se organizado nos seus vínculos associativos de bairros através de reuniões, e atividades de formação, como demonstrou a pesquisa.

No que se refere ao funcionamento dos espaços de participação pesquisados, a pesquisa demonstrou seja através dos documentos, seja por meio das análises empíricas, que quando tratamos das redes de movimentos, nas quais há articulações entre diferentes organizações populares, que não são ligadas oficialmente a vínculos governamentais, e que possuem uma dinâmica de funcionamento própria, como foi CBB (primeiro articulador das lutas urbanas em Belém), o FMRU e o Fórum de Transporte, o funcionamento por mais que tenham vínculos aos espaços da construção das conferências, por exemplo, há pautas mais

¹⁸⁹ Primeira hipótese: As transformações da sociedade capitalista nas quais os movimentos sociais urbanos se reconfiguram para tentar responder as contradições da realidade, em um contexto de abertura política pós-Constituição de 1988 espaços de participação são criados e os MSU se inserem neles e, assim, tem sua atuação e organização voltadas na sua maioria para o planejamento e deliberação das Políticas Públicas.

Segunda hipótese: As pautas dos movimentos sociais urbanos na atualidade estão majoritariamente destinadas para o “funcionamento” dos novos espaços de participação na gestão democrática.

Terceira hipótese: As mobilizações e aos movimentos sociais, percebe-se que atualmente as mobilizações continuam em cena, mas também ocorre um enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos; sendo assim a organização da sociedade civil nas mobilizações tem sido sem vínculos diretos com os MSU's, historicamente construídos.

pertinentes a população, como o caso atual do BRT, que foi discutido nos dois Fóruns pesquisados.

Já se tratando dos conselhos, o CMHIS e o ConCidades-PA com suas devidas particularidades, tem seu funcionamento para a “manutenção” desses espaços, realizar conferências, cumprir as condicionalidades federais, porém, no mais percebemos que muito ainda é necessário construir para que atendam a perspectiva da população com suas criações. E no que se refere ao Conselho de Transporte nas suas pautas à recorrência é a alteração nas tarifas dos veículos, o que atende a demandas de elites econômicas e políticas.

A pesquisa também demonstrou um enfraquecimento da atuação e organização dos movimentos sociais urbanos, além do enfraquecimento nas mobilizações de rua com direção desses sujeitos políticos coletivos, à medida que estão se concentrado nas atividades mais internas dos seus movimentos sociais e na construção nos espaços de participação e cada vez menos nas ruas, contudo, ainda há ocorrências de articulações das ruas, por demandas dos bairros, políticas, ou por déficits da população, no entanto, nem sempre são organizadas pelos movimentos sociais. Todavia, isso não desconsidera esse importante instrumento de pressão política.

Os dados da pesquisa também constataram que a dificuldade de renovação das lideranças, a criminalização dos movimentos sociais, e a sua dinâmica diferenciada do seu funcionamento, contribuem para a organização frágil desses sujeitos políticos coletivos atualmente.

A pesquisa nos mostra como vem sendo a atuação e a organização dos MSU's nos espaços de participação na atualidade (2003-2013), para tanto, a seguir, fazemos algumas inferências para explicar esse processo.

As mobilizações nas décadas de 1970 e 1980 eram pela moradia, água encanada, energia elétrica; os anos de 1990 e 2000 as lutas mudaram um pouco, como por exemplo, a efetivação dos direitos legitimados, mas ainda dizem respeito às necessidades da sociedade, principalmente daquele com menor poder aquisitivo. Porém, ainda sim, as articulações em mobilizações são uma das melhores ações de pressão da população com o objetivo de gerar conquistas.

Há um enfraquecimento das mobilizações e da articulação desses sujeitos, entre outros fatores, como os impactos do neoliberalismo, a não renovação das lideranças, e

também pela necessidade dos MSU's estarem nos espaços das conferências e dos conselhos; mas o que é fundamental ter claro que esses espaços são avanços nas políticas públicas, todavia esses instrumentos precisam ser mais bem geridos para que o seu funcionamento traga resultados reais para a população.

E também precisamos destacar a importância da rearticulação dos espaços como o FMRU e o Fórum de Transporte, espaços no qual sujeitos se articulam pela necessidade da população, e que são fundamentais para o diálogo desses sujeitos políticos coletivos e para a sua articulação. Articulação essa, que a pesquisa nos mostrou, que não vem ocorrendo, deixando os espaços das conferências e dos conselhos mais fragilizados de organização política e de direções coletivas.

As conferências e os conselhos pesquisados apresentam perspectivas, todavia, ainda precisam avançar, com uma real vontade política e uma infraestrutura mínima, dois avanços fundamentais. As Conferências das Cidades, espaço que representa as políticas urbanas, possuem discussões de grande relevância para os sujeitos políticos que participam de todo o processo, e também para aqueles que participam somente nos dias das conferências. Mas, ao refletirmos sobre as escolhas que os governantes tem feito a respeito do foi demandado nas Conferências, estas têm sido realizadas de acordo com interesses políticos, segundo a pesquisa. Com leituras dos representantes dos movimentos sociais urbanos entrevistados, temos que os avanços nas políticas urbanas estão muito aquém do que se é planejado e do que a população necessita.

A pesquisa destacou, também, que o objetivo dos movimentos sociais urbanos em Belém na atualidade, é *organizar a luta com base nos avanços legais, buscando se inserir no processo na defesa dos direitos da comunidade*. E temos que os principais resultados da atuação dos movimentos sociais urbanos atualmente em Belém estão ligados à política de habitação, o que se vincula a origem dos movimentos populares do qual representam. Mas, também percebemos que os espaços de participação estão vinculados a busca de resultados concretos para a população, para se chegar ao desenvolvimento da sociedade.

E para tanto, as estratégias de atuação dos MSU's, tem sido a participação nos fóruns, conferências e conselhos para a construção das políticas públicas de acordo com a demanda da população. Mas, também há outras estratégias, segundo a pesquisa: atuar nas necessidades imediatas; fazer parcerias; fazer encontros e atividades; reuniões para discutir os

problemas da comunidade; encaminhar para o órgão competente as demandas da população; capacitação da base para ser agente de transformação; atuar em todos os espaços e em todas as lutas; construção de casas para a população que necessita; e contribuir na construção das políticas públicas, em particular a habitacional. E mesmo não sendo a principal, as mobilizações de rua não deixaram de ser estratégia de luta, de acordo com os registros nos jornais de maior veiculação em Belém¹⁹⁰.

Assim, percebemos que os movimentos sociais urbanos precisam se reorganizar, pois as escolhas para atuação de um Estado capitalista e neoliberal se destina na maioria das vezes aos interesses do Capital, financiando meios de produção (estradas, ruas e avenidas, etc.) em decorrência de meios para a reprodução da força de trabalho (moradia, transporte coletivo, entre outras), portanto a atuação e a organização dos movimentos sociais são imprescindíveis.

Todavia, esta temática nos proporciona novas possibilidades de estudos, podemos inferir a discussão de como as mobilizações que vem ocorrendo no Brasil (grande parte sobre os processos de corrupção do país e sobre a forma como o grande Capital se movimenta para se reinventar) refletem na atuação desses sujeitos políticos coletivos; se as políticas públicas tem sido o objetivo fim dos movimentos sociais; e de como se pode reorganizar a sociedade civil e fazer com que os espaços de participação garantam a efetividade do nosso Estado Democrático de Direito.

¹⁹⁰ Cf.: COSTA, Larissa Marinho da; ANDRADE, Thayane Monteiro. **Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**: a pauta de luta dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana de Belém, 2013.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

ABREU, Haroldo Baptista. Articulação das lutas urbana: considerações sobre as propostas em disputa. In.: FASE (org.). **Articulação das lutas urbanas: uma diversidade de caminho.** Rio de Janeiro: Revista Proposta, nº 39, Ano XIII – Fevereiro de 1989, p. 35-47.

ALVES, Edivania Santos. **Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2010. 143 p.

ALVES, Edivania Santos; SÁ, Maria Elvira Rocha de. O legado dos movimentos sociais urbanos na luta por moradia na Bacia do Tucunduba em Belém/PA. In.: SANTANA, J.V; SÁ; M. E. R. de. **Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades.** Belém: NAEA/UFPA, 2011, p. 245-281.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In.: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDRADE, Daniela Lopes de. **A representação política dos movimentos urbanos no conselho das cidades do Pará.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Belém, 2012, 106 p.

BOBBIO, Norberto. Democracia representativa e Democracia Direta. In: **O futuro da democracia.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira, Paz e Terra, São Paulo, 2000.

BOLETIM REPENTE. **Controle Social das políticas públicas.** Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais – nº 29 - Agosto/2008.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação.** 8ª ed. Editora Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 2007. Atualizada até a emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, Escala, São Paulo.

_____. Lei no 10.257. Estatuto das Cidades, Brasília: DF, 10 de julho de 2001.

_____. **Campanha direito à moradia**: guia de orientações para adesão dos estados, distrito federal e municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Governo Federal/Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, 2006. Disponível em: <http://www.amavi.org.br/sistemas/pagina/setores/associal/arquivos/guia_adesao_snhis_fnhis.pdf>. Acesso em: 29/02/2016.

BRASIL, Syane Cristina. **Projeto Macro drenagem da Bacia do UNA e índices de qualidade d vida de seus moradores**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, Centro Tecnológico, Pós-graduação em Engenharia, Belém, 2004, 147 p.

BRIGNOL, Liliane Dutra. **#Vem pra rua_Santa Maria**: movimentos sociais em rede, mobilização social e usos do Facebook em ações de protesto. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.258-272, maio 2014. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 19/10/2015.

CABRAL, Augusto A. Campelo; SÁ, Alcindo José de. **Movimentos urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife**: síntese retrospectiva. Revista de Geografia. Recife: UFPE- DCG/NAPA, v. 26, nº3, set/dez, 2009.

Comissão de Bairros de Belém. **Cartilha**: O povo oprimido está cada vez mais consciente e organizado. Belém, 1979. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PICBBPA011979000.pdf>>. Acesso em: 22/03/2016.

CARDOSO, Patrícia. **Sistema nacional de habitação de interesse social à luz do novo marco legal urbanístico**: subsídios para implementação nos estados e municípios : lei federal nº 11.124/05 – São Paulo: Instituto Pólis, 2008. 64p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução: Arlete Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra – Coleção pensamento crítico vol. 48, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Séries Princípios. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

CORREIO INTERNACIONAL. O Brasil pós Copa do mundo. **Israel Estado assassino**. Publicação da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional, Ano 5. São Paulo, p. 28-29, Agosto, 2014.

COSTA, Larissa Marinho da; ANDRADE, Thayane Monteiro. **Fórum Metropolitano de Reforma Urbana**: a pauta de luta dos movimentos sociais urbanos na Região Metropolitana de Belém. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2013. 121 p.

COSTA, Christine; PASCAL, Mariana. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In.: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. p. 97-108.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Editora Cortez, 2000, p. 17-48.

COUTO, Berenice R. **O direito social e a Assistência na Sociedade Brasileira**: uma equação possível. São Paulo. Cortez, 2004.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém (1970-1980). In.: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia**: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFGA, 2011, p. 187-243.

DE GRAZIA, Grazia; RODRIGUES, Edvaniza. **Uma alternativa para a gestão urbana**: o ministério das cidades e seus desafios. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/umaalternativaparaagestaodascidades.pdf>>. Acesso em: 19/10/2015.

DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 27. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DINIZ, Tânia. Sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. In.: **A CIDADE**. Edição especial do Jornal do FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana. Junho/2011. Disponível em: <www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em: 19/10/2015.

DRAGO, Dorielma Pinheiro; BENICIO, Rosemira Passos. **Participação e controle social no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Belém**: um enfoque no processo decisório da gestão 2011 a 2013. Monografia (especialização) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação Especialização em Políticas Públicas e Serviço Social, Belém, 2015. 86 p.

Fundação João Pinheiro. **Relatório**: Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil Municípios Seleccionados e Microrregiões Geográficas. 2. ed. - Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit>>

habitacional/111-deficit-habitacional-no-brasil-municipios-selecionados-e-microrregioes-geograficas-2000/file>. Acesso em: 04/03/2016.

_____. **Relatório: Déficit Habitacional no Brasil 2013: Resultados Preliminares**, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/596-nota-tecnica-deficit-habitacional-2013normalizadarevisada/file>>. Acesso: 04/03/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** – 6ª ed. São Paulo: Atlas S. A., 2008.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania brasileira**. 3ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In.: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Editora Revan. 2004, p. 57-93.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. In.: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. São Paulo. Universidade Estadual de Campinas/ Universidade Nove de Julho, 2011, p. 333-513.

GONÇALVES, Sebastião Rodrigues. Classes sociais, lutas de classes e movimentos sociais. In.: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (org.). **Educação e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 65- 94.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Decreto de 6 de janeiro de 2014 Nomeia membros do Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Pará, Terça-feira, 07 de janeiro de 2014. Caderno 1, p. 5.

_____. PORTARIA Nº. 264/2015, de 27 de abril de 2015. CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, 01 e ½ (uma e meia) diária, aos Colaboradores Eventuais citados abaixo, referente ao deslocamento dos Municípios relacionados abaixo para a Cidade de Belém/PA, no período de 13 a 14/05/2015, com objetivo de participar da Reunião Ordinária dos Conselhos das Cidades - CONCIDADES, no Auditório da Secretaria de Estado de

Administração - SEAD. **Diário Oficial do Estado do Pará**, Pará, Quarta-feira, 29 de abril de 2015. Nº 32875, p. 62.

_____. Relatório final da 5ª Conferência Estadual das Cidades. Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB; Conselho Estadual das Cidades – ConCidades/PA (Org.). Belém/PA, outubro de 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche** São Paulo: Cortez. 2010.

IPEA. **Relatório de Pesquisa Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil**: análise comparativa das funções públicas de interesse comum/ Região Metropolitana de Belém. IPEA. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160128_relatorio_rm_belem.pdf>. Acesso em: 04/03/2016.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; BARBOSA, Benedito Roberto. In.: **A CIDADE. Edição especial do Jornal do FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana**. Nº 06 - Junho/2012. Disponível em: <www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em: 26/10/2015.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: Clara Ant...[et al.]; Lúcio Kowarick, coordenador. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Josefa Batista. **As lutas sociais operárias e populares no Brasil**: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br> Acesso em: 27/01/2015.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Sociedade Civil e Estado**: uma análise crítica. In.: NEVES, Angela Vieira; CASTRO, Alba Tereza Barroso de. **Democracia, sociedade civil e Serviço Social**: uma perspectiva crítica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 54-80.

MANIFESTO DO FORUM METROPOLITANO DE REFORMA URBANA. **Reforma Urbana com participação popular**, 1992.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos In.: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). **Participação popular em políticas públicas: espaços de construção da democracia brasileira**. São Paulo: Instituto Pólis, 2006. p. 109-119.

MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MINAYO, Maria C. de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 9-29.

MOISÉS, Álvaro José. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: Clara Ant...[et al.]; Lúcio Kowarick, coordenador. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca básica de Serviço Social; vol. 5).

MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de. **Democracia participativa no município de Belém: uma análise do Orçamento participativo (1997-2000)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília/UNB: Departamento de Serviço Social, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, Angela Vieira. Os desafios da representação da sociedade civil nos arranjos participativos: em xeque a questão do controle social. In.: NEVES, Angela Vieira; CASTRO, Alba Tereza Barroso de. **Democracia, sociedade civil e Serviço Social: uma perspectiva crítica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012, p. 109-122.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In.: **Cadernos de pesquisa em administração**. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem., 1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 16/05/2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos para uma gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Jurandir Santos; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Movimentos sociais, territorialidades e luta pela afirmação de identidades coletivas na cidade de Belém. In.: SANTANA, J.V; SÁ; M. E. R. de. **Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades.** Belém: NAEA/UFPA, 2011, p. 333-364.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Decreto nº 67.826, de 19 de setembro de 2011. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS para o Biênio 2011/2013. **Diário Oficial do município de Belém**, Belém, Ano LIII - nº 11.943, terça-feira, 27 de setembro de 2011, p.4.

_____. Decreto nº 81.651/2014, de 30 de dezembro de 2014. Regulamenta a composição e o funcionamento do Conselho superior de administração da Agencia Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém – AMAE/BELÉM. **Diário Oficial do município de Belém**, Belém, Ano LVI – nº 12.720, terça-feira, 30 de dezembro de 2014, p.2.

_____. Decreto nº 81.652/2014, de 30 de dezembro de 2014. Nomeia e empossa os membros titulares do Conselho superior de administração da Agencia Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém – AMAE/BELÉM, para o biênio 2015-2017, e dá outras providências. **Diário Oficial do município de Belém**, Belém, Ano LVI – nº 12.720, terça-feira, 30 de dezembro de 2014, p.2.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos Sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. In.: **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais.** Ano 1, ed. 2, nov. 2007, p. 156-177.

PORTELA, Roselene de Souza. **Planejamento, participação popular e gestão de Políticas Urbanas: a experiência do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una (Belém-Pa).** Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento. Universidade Federal do Pará. Belém, 2005. 213p.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTTA, A. E. et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional.** São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf>. Acesso em: 07/12/2011.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios.** In: _____ e; JÚNIOR, Orlando Alves dos Santos (org.). **Globalização fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 261-289.

RODRIGUES, Edmilson. **Aventura Urbana: urbanização, trabalho e meio-ambiente em Belém**. Belém: PLADES/NAEA/UFPA/FCAP, 1996.

_____. Política normativa do Estado para o uso hegemônico do território: a Amazônia em questão. In.: SANTANA, J.V.; DE SÁ, M. E. R. (org.). **Políticas Públicas e lutas sociais na Amazônia**: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade. Belém: ICSA/UFPA, 2011, p. 29 - 61.

RODRIGUES, Olinda. **Democratização e gestão pública na Amazônia**: um modelo de orçamento participativo. Jundiá, Paco Editorial, 2010.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos ; AZEVEDO, Sergio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. In.: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; AZEVEDO, Sergio de. (org). **Governança democrática e poder local**: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004, p. 11-56.

SAULE JÚNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In.: **Cidades para todos**: experiência – marco legal. Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>>. Acesso em: 28/10/2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina** - caminhos para uma política emancipatória? Caderno CRH, v 21, n. 54, set.-dez. Salvador, 2008, p. 505-517.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. In.: **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 13, n. 2 (23), jul./dez. 2004. p.107-131.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carla Almeida. Os fóruns temáticos da sociedade civil: um estudo sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. In.: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 143-183.

SILVA, Éder Roberto da. **O movimento nacional pela reforma urbana e processo de democratização do planejamento urbano no Brasil**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2003. 143 p.

SILVA, M.J. A.. Movimentos sociais: concepções em torno do tema. In.: SCHEFFER, G. [et al]. **Políticas Sociais, práticas e sujeitos: prismas da atualidade**. 1ªed. Campinas: São Paulo: Papel Social, 2013, p.111-127.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. A que vieram as Conferências Nacionais? uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. In.: IPEA. **1718 Texto para discussão**. Rio de Janeiro, mar. 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3ª edição. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. 2ª edição. Porto Alegre: Torno Editorial, 2002.

Via Campesina Brasil. **Cartilha: “A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais no Brasil”**. Fórum Social Mundial. Porto Alegre - Salvador, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20ofensiva%20da%20direita%20para%20criminalizar%20os%20movimentos%20sociais%20no%20Brasil.PDF>>. Acesso em: 15/03/2016.

VIANA, Masilene Rocha. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. In.: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 64, Cortez, 2000, p. 34-56.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data:

Nome:

Movimento Social/ Espaço de participação que está inserido:

- 1- Qual o objetivo dos movimentos sociais em Belém na atualidade (2000-2013)?
- 2- Como tem sido o processo de atuação e organização dos movimentos sociais urbanos?
- 3- Quais as estratégias de luta do movimento social que você participa?
- 4- Quais os principais resultados do movimento social que participa?
- 5- Qual é a diferença para você de mobilização e movimento social?
- 6- Como você percebe os processos de mobilizações em Belém? Eles são importantes? Tem se intensificado ou não? Por quê?
- 7- Quantas Conferências Municipais das Cidades de Belém você participou? Foi enquanto delegado ou morador? Das vezes que você participou foi pelo mesmo Movimento Social?
- 8- Como você percebe as Conferências das Cidades de Belém? Elas tem contribuído para o avanço das políticas públicas? Por quê?
- 9- Atualmente como você percebe os movimentos sociais urbanos? Existe uma desmobilização? Caso sim. Qual estratégia, na sua opinião, para mudar isso?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Instituição a que pertence o projeto de pesquisa: Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará

Telefones para contato: (XX) XXXXXX

Nome do entrevistado:

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar da coleta de dados para dissertação de mestrado “MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: atuação e organização em Belém (2003 – 2013)”, sob orientação da professora Dra Olinda Rodrigues (UFPA), realizado pelas discentes Larissa Marinho da Costa (mestranda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará).

Nos propomos a pesquisar o papel que movimentos sociais urbanos em Belém atualmente, sob a perspectiva da participação e do controle democrático.

Para a realização desta pesquisa será feita entrevistas com os representantes dos movimentos sociais que fazem parte dos novos espaços de participação (Fóruns, Conselhos e Conferências) relacionados a pesquisa, entrevistas essas que serão gravadas com o consentimento do entrevistado para melhor reproduzir as suas opiniões e convicções do seu agir no espaço em que participa como sujeito de transformação, as informações terão o nomes preservados dos entrevistados.

Eu, _____, RG nº _____

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do trabalho de pesquisa acima descrito e autorizo o uso das informações por mim oferecidas por meio da entrevista.

Belém, ____ de _____ de 20__.

Nome e assinatura do responsável

Nome e assinatura do entrevistado

ANEXOS

ANEXO A: Lista de documentos

LISTA DE DOCUMENTOS DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO			
Espaços de participação - FÓRUNS	FMRU	FÓRUM METROPOLITANO EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO	
Documentos	Manifesto de criação; relatório do 1º encontro estadual de reforma urbana do Pará; relatórios de planejamentos, atas, frequências e plataforma de trabalho dos anos de 2005 a 2012 (Fonte: FASE-AMAZÔNIA).	Materiais disponibilizados em jornais de grande veiculação em Belém tanto impresso, quanto via internet.	
Espaços de participação - CONSELHOS	CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	CONCIDADES-PA	CMHIS
Documentos	Atas, frequências, relatório de atividades dos anos de 2005 a 2012 (Fonte: SEMOB); Diário Oficial do Município.	Atas, e frequências (Fonte: ConCidades-PA) Diário Oficial do Estado.	Atas, frequências, relatório de atividades (Fonte: SEHAB-Belém, arquivo pessoal do ex-secretário do conselho), Diário Oficial do Município.
Espaços de participação - CONFERÊNCIAS	CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES	CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES	
Documentos	Relatórios com os resultados das CNC's, resoluções das CNC's e Jornal da 4ª CNC (Fonte: MCidades)	Atas, Relatório Final da 4ª e 5ª CEC, materiais de capacitação para os conselheiros (Fonte: ConCidades-PA), Regimento interno e convocação dos conselheiros (Fonte: Diário Oficial do Estado).	
OUTRAS FONTES	Diário de Campo -2012/2013	Jornais de maior veiculação da RMB	Diário de Campo – 2016
Documentos	Relato de reuniões do CMHIS, do ConCidades-PA, do FMRU, 1ª Conferência de HIS, 5ª CEC	Registro das mobilizações dos anos de 2005 a 2012. Fonte: SEGEP	Relato de reuniões do CMHIS, do ConCidades-PA.

Quadro 11- Documentos utilizados

Fonte: Pesquisa documental.

ANEXO B: Documentos do FNRU

DOCUMENTO	DATA	DESTINO	ASSUNTO
OFÍCIO	São Paulo, 01 de outubro de 2002	O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Região Sé – São Paulo	MORADIA PROVISÓRIA/ Ação de Reintegração de Posse
	Curitiba, 06 de Junho de 2008	Ministério das Cidades Brasília – DF Governador do Estado do Paraná Curitiba – PR Prefeito Municipal de Curitiba	Denúncia sobre ameaça de despejo forçado contra famílias sem-teto que ocupam casas inacabadas de um loteamento da COHAB-CT
	Curitiba, 07 de agosto de 2008	Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais do Ministério Público Estadual do Paraná	Representação para providências sobre a situação precária de habitação/ de responsabilidade da COHAB-CT
	Curitiba, 13 de agosto de 2008	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná – SENGE	Pedido de solidariedade e auxílio técnico de engenharia aos moradores do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato III, no bairro do Tatuquara, em Curitiba.
MANIFESTO	22 abril de 2013	Senhores(as) deputados(as) Membros da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil	Para o avanço na constitucionalização do Código de Processo Civil e para a efetivação de direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.
CARTA ABERTA	São Paulo, 05 de julho de 2013	GOVERNO	A Reforma do Código de Processo Civil, a favor da resolução pacífica dos conflitos e pela função social da propriedade.
	Brasília, 21 de novembro de 2013	Governo Federal	NOTA PÚBLICA sobre a Reforma do Código de Processo Civil - PROVIDÊNCIAS - Mais apoio e recursos para a construção de habitação de interesse social, em parceria com as organizações do movimento popular e as cooperativas de autogestão. - A destinação dos imóveis vazios da União, em especial àqueles situados nas áreas centrais, para habitação de interesse social - O fim das remoções e a imediata suspensão dos financiamentos federais para as intervenções urbanas que promovem

			remoções nos grandes projetos urbanos, [...] - O fim das privatizações no setor de saneamento ambiental e a implementação do plano nacional de universalização do acesso à água e aos serviços de saneamento ambiental. - Investimentos em transportes coletivos e meios de transporte não-poluentes, com um novo sistema de financiamento da mobilidade urbana integrado, na perspectiva de um transporte público de qualidade. - Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, concentrando os recursos de investimento das políticas setoriais; - Por um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, fundado na participação e controle social, visando romper com a fragmentação das políticas setoriais e com a desarticulação entre os diferentes âmbitos de governo.
AÇÃO CIVIL PÚBLICA		Juiz federal da segunda vara da seção judiciária de Mato Grosso.	Proteção do patrimônio cultural - dos remanescentes do Quilombo Mata Cavallo, localizado no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT.
		Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Viamão/RS	Parcelamento clandestino do solo, em área rural.
		Juiz de direito da vara judicial da comarca de Sapiranga, RS	Parcelamento ilegal do solo, sob a modalidade de loteamento.

Quadro 12 - Documentos do FNRU (adaptado)

Fonte: <http://www.forumreformaurbana.org.br/oficios>

ANEXO C: Nomeação do CMHIS

DECRETO Nº 67.826 – PMB, DE 19 DE SETEMBRO DE 2011.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS para o Biênio 2011/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Belém; Considerando a Lei no 8.478, de 29 de dezembro de 2005, que constitui no Município de Belém o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e cria o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FMHIS; Considerando o Decreto Municipal no 50.419, de 31 de janeiro de 2006, que regulamenta o CMHIS e o FMHIS a ele vinculado; Considerando o Ofício no 0969/11 – GABS/SEHAB, de 13 de setembro de 2011;

D E C R E T A: Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, para o Biênio 2011-2013, de acordo com a seguinte composição:

I – Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB:

a) Titular: Oswaldo Gonzaga Santos; b) Suplente: Wilson Guilherme de Moura Abdon; II – Secretaria Municipal de Saneamento – SESAN:

a) Titular: Maria Cristina Barreto da Silva; b) Suplente: Sebastião Borges Guedes;

III – Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN:

a) Titular: Aurelino Sousa dos Santos Júnior; b) Suplente: Maria do Perpétuo Socorro Leão Cunha Lopes;

IV – Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP:

a) Titular: Herbert Georges de Almeida; b) Suplente: Davina Bernadete Dias Oliveira;

V – Secretaria Municipal de Urbanismo – SEURB:

a) Titular: Francisco Damião da Silva Neto; b) Suplente: Otacílio Pinto Soares Filho;

VI – Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém – CO- DEM:

a) Titular: Donatila do Pilar Costa Nogueira; b) Suplente: Maria do Carmo Campos da Silva;

VII – Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB:

a) Titular: Amaro Barreto da Rocha Klautau; b) Suplente: Anna Carolina Gomes Holanda;

VIII – Superintendência Regional do Patrimônio da União – SPU:

a) Titular: Lélcio Costa da Silva; b) Suplente: Márcio da Silva Freitas;

IX – Caixa Econômica Federal – CEF:

a) Titular: João Cláudio Klautau Guimarães; b) Suplente: João Hugo Barral Miranda;

X – Universidade Federal do Pará – UFPA:

a) Titular: Solange Maria Gayoso da Costa; b) Suplente: Maria Elvira Rocha de Sá;

XI – Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:

a) Titular: João Ricardo Domingues Lobo; b) Suplente: Alex Dias Carvalho;

XII – Sindicato dos Trabalhadores: (Sem indicação);

XIII – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/PA:

a) Titular: Maria Olívia Barbosa de Lima; b) Suplente: Armando de Nazaré Dias Machado;

XIV – Movimento Nacional da Luta pela Moradia – MNLM:

a) Titular: Humberto Daniel da Silva; b) Suplente: Alessandra Sueli Silva Ferreira;

XV – Federação Metropolitana de Centro Comunitário e Associações de Moradores – FEMECAN;

a) Titular: Raimundo Jorge Leal Raiol; b) Suplente: Osvaldino de Nazaré Queiroz;

XVI – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE;

a) Titular: João Gomes da Silva Neto; b) Suplente: José Guilherme Carvalho da Silva; XVII – Fórum Paraense em Defesa da Moradia;

a) Titular: Adalcídio Ferreira da Silva; b) Suplente: Williams Gomes da Silva;

XVIII – Conselho Gestor da Bacia do Uma – CONGEB-UNA;

a) Titular: Salvador Viana da Silva; b) Suplente: Ozias Lino da Silva;

XIX – Central de Movimentos Populares – CMP;

a) Titular: Evandro Saulo Fonseca de Abreu; b) Suplente: Valdomiro Fonseca Furtado.

Art. 2º A posse dos membros dar-se-ão na primeira reunião do Conselho posterior à nomeação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO ANTONIO LEMOS, em 19 de setembro de 2011.

DUCIOMAR GOMES DA COSTA

Prefeito Municipal de Belém

FONTE: Diário Oficial do Município de Belém

ANEXO D: Nomeação do CONCIDADES-PA

DECRETO DE 6 DE JANEIRO DE 2014

Nomeia membros do Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES. O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e VII, alínea “a”, da Constituição Estadual, e Considerando o disposto no art. 16 da Lei nº 7.087, de 16 de janeiro de 2008, que “Dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS, do Conselho Gestor do FEHIS e do Conselho Estadual das Cidades”; Considerando o art. 10 do Regimento Interno do Conselho Estadual das Cidades do Estado do Pará - CONCIDADES/PA, aprovado pela Resolução CONCIDADES/PA nº. 01, de 19 de março de 2008, homologada pelo Decreto nº. 1.287, de 18 de setembro de 2008; Considerando o Ofício nº 0345/2013–GAB/CONCIDADES, do Presidente do Conselho Estadual das Cidades; Considerando as informações constantes no Processo nº 2013/597273; Considerando o Parecer nº. 0869/2013 da Consultoria Geral do Estado, **R E S O L V E**:

Art.1º Nomear, para integrarem o Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES, os representantes a seguir relacionados:

I – PODER PÚBLICO ESTADUAL

Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEIDURB

Titular: Luciano Lopes Dias Suplente: Ronaldo Luis Pantoja Mariz

Casa Civil da Governadoria do Estado

Titular: Jair Carlos Pinto Costa Suplente: Ellen do Socorro Guedes Alves

Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB

Titular: Noêmia de Sousa Jacob Suplente: João Hugo Barral de Miranda

Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN

Titular: Yuri Cunha Mousinho Coelho Suplente: Lena Paula Marta Vieira

Instituto de Terras do Pará - ITERPA

Titular: Max Ney Gonçalves de Lima Suplente: Fernando Acatauassu Nunes Filho

Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA

Titular: Ubiratan de Souza Dias Suplente: Maria da Conceição da Costa Freitas

Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN

Titular: Agostinho Queiroz Soares Suplente: Ana Claudia Lima Silva

Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos no Estado do Pará - ARCON

Titular: Antonio Bentes de Figueiredo Neto Suplente: Adrienne Bittencourt Reske

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP

Titular: Andrea de Cassia Lopes Pinheiro Suplente: Celeste Ferreira Lourenço

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Titular: Walber Teixeira Paula Suplente: Heriberto Wagner Amanajás Pena

Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano - NGTM

Titular: Paulo de Castro Ribeiro Suplente: Igor Masami Okano Morotomi

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF

Titular: Dário Lisboa Fernandes Junior Suplente: Inah Tobias Silveira

SEAM

Titular: Maria Goreti da Fonseca Gomes Suplente: Ana Maria de Oliveira Matos

II – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Titular: Valdir Ganzer Suplente: Francisco Nelio Aguiar da Silva

Titular: Maria Alves dos Santos Suplente: Haroldo Martins e Silva

III – PODER PÚBLICO FEDERAL

INCRA/MDA

Titular: Nazareno de Sousa Santos Suplente: Paulo Rocha Cunha

SPU

Titular: Lélío Costa da Silva Suplente: Mailson Lima

FUNASA

Titular: José Raimundo Cardoso Ferreira Suplente: Quédile Aragão de Souza

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Titular: Israel Batalzar Sardinha Suplente: Rubens Figueiras Amorm

IV – PODER PÚBLICO MUNICIPAL

AMAM

Titular: Consuelo Maria da Silva Castro Suplente: Pedro Rodrigues Barbosa

AMUT/FAMEP

Titular: Everton Vitória Moreira Suplente: Josenir Nascimento

AMUCAM

Titular: Marco Aurélio Dolzane do Couto Suplente: Carmem Silvia de Oliveira e Silva

AMUNEP/COIMP

Titular: Mauro Rodrigues Chagas Suplente: Iris Letícia Farias de Loureiro Codesei

Titular: Amarildo Gonçalves Pinheiro Suplente: Antonio Carlos Vilaça

AMAT-CARAJÁS

Titular: Sancler Antônio Wanderley Ferreira Suplente: Márcio Alessandro Farias Gomes

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Titular: Mauro Cristiano Freitas Suplente: Augusto Cesar Viana Soares

V – ENTIDADES DE TRABALHADORES**SINDELPA/STIUPA**

Titular: Adamor da Silva Nunes Suplente: Raimundo Nazareno Soares Santiago

SINDELPA/STAMA

Titular: Sebastião Amaral da Silva Junho Suplente: Raimundo Nonato Fernandes

SINTRAF-ARARI/CTB

Titular: Pedro Paulo Duarte de Oliveira Suplente: João Pereira de Sousa

CTB/CUT

Titular: Sheila dos Santos Suplente: Josilene Lúcia dos Santos

STIUPA/SINTRAMOTOS

Titular: Francisco de Assis Da Paixão E Silva Suplente: Cledson Alves da Rocha

STTR-ÓBIDOS/STTR-SANTARÉM

Titular: Maria Ivone de Araujo Melgaço Suplente: Marilene Rodrigues Rocha

VI – ENTIDADES EMPRESARIAIS**ACOMAC-PA/ALOMACO**

Titular: Herivelto Jamerson da Silva Bastos Suplente: João Francisco Pacheco Quaresma

ACOMAC-PA/FACIAPA

Titular: Raime Roger do Livramento Macedo Suplente: Valmir Ferreira Batista

SINDUSCON-PA/FCDL

Titular: Maria Oslecy Rocha Garcia Suplente: Maria de Nazaré Lima Freitas

SINDMACO/SINDCARNE

Titular: Sebastião de Oliveira Campos Suplente: Fernando Gomes da Silva

ASFEMBEL/AFECRE

Titular: Raimundo de Jesus de Almeida de Oliveira Suplente: Julio Nazareno da Silva Chaves

ACIG/COOTRANSUL-PA

Titular: Raimundo Nonato da Silva Suplente: Wesley Soares da Silva

VII – ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA

Universidade Federal do Pará - UFPA

Titular: Mauricio Leal Dias Suplente: Ana Kláudia de Almeida Vianna Perdigão

Titular: Sandra Helena Ribeiro Cruz Suplente: Saint-Clair Cordeiro Trindade Junior

Universidade do Estado do Pará - UEPA

Titular: Osias Pantoja Chaves Suplente: Mario Jorge Brasil Xavier Fit

Titular: José De Lima Pereira Suplente: Valdir Matias Azevedo Marques Junior

VIII – ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

FASE/UCAMEPASIPA

Titular: João Gomes da Silva Neto Suplente: Joe Hungria Hughef Nep/Guarcuru

Titular: Charles Antonio Ferreira de Aviz Suplente: Maria da Conceição de Sousa Menezes

APAAFIC/IAGUA

Titular: Luiz Cícero das Neves Suplente: Maria de Jesus Galvão

IX – MOVIMENTO POPULAR

UNMP

Titular: Paulo Afonso Caldeira dos Santos Suplente: Pedro Paulo da Fonseca

Titular: Luziane Cravo Silva Suplente: Maria das Graças Pires

Titular: Mauro De Oliveira Menezes Suplente: Senhorinha Ferreira Gil

Titular: Ruver Seabra Meireles Suplente: Nelson Shigueo Kanai

Titular: José da Rocha Amazonas Suplente: Antonio Linair Valente de Carvalho

MNLM

Titular: Elizeth Cristina Viera Costa Suplente: Humberto Daniel da Silva

Titular: Ana Sandra Santos Suplente: Jane Cristina Martins

Titular: Antonio Luis Ferreira Paes Suplente: Francisco Cunha Sampaio

Titular: Marcelo do Socorro Pina Barbosa Suplente: José Fernando Soares Santiago

CONAM/FECPA

Titular: Roberdan Henrique de Carvalho Suplente: Rosana do Socorro Pimentel de Freitas

FECPA

Titular: Raimundo Jorge Leal Suplente: Airton José Favacho

Titular: Sebastião Vicente Salles Suplente: Odália Figueiredo Leal

FEPEM/CMP

Titular: Edi de Souza Magno Suplente: José Wilson Alves

CMP

Titular: Evandro Saulo Fonseca de Abreu Suplente: Rui Guilherme Carneiro Moreno

Titular: Fernanda Matristane Lopes Suplente: Marcos Dimitre

Titular: Oberlando de Almeida Teixeira Suplente: Paulo César Pinto Mendonça

Art. 2º Os membros ora nomeados cumprirão o mandato do biênio 2013/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 6 DE JANEIRO DE 2014.

SIMÃO JATENE - Governador do Estado

FONTE: Diário Oficial do Estado do Pará (adaptado).

**ANEXO E: Nomeação do Conselho superior de administração, da Agência Reguladora
Municipal de Água e Esgoto de Belém**

DECRETO Nº 81.652/2014 – PMB, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia e empossa os membros titulares do Conselho superior de administração, da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém- AMAE/BELÉM, para o Biênio 2015-2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a competência que lhe é outorgada pelo art. 94, inc. VII, da Lei Orgânica do Município de Belém, para dispor sobre a estrutura, organização e funcionamento da administração municipal;

Considerando que também incumbe ao Prefeito baixar atos próprios da atividade administrativa, a teor do art. 94, inc. XX, da LOMB;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 e no Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

Considerando os termos do art. 28, da Lei nº 8.630, de 07 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre a composição do Conselho superior de administração da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém- AMAE/BELÉM; e

Considerando os termos do Decreto nº 78.411, de 09 de janeiro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e empossados como membros titulares do Conselho superior de administração, da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém- AMAE/BELÉM, para o Biênio 2015-2017, os representantes dos órgãos e entidades do Poder Público e das entidades da sociedade civil, a seguir listados:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN:

Titular: Secretário Luiz Otávio Mota Pereira.

II - Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB:

Titular: Secretário Adinaldo Sousa de Oliveira.

III - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA:

Titular: Secretário José Cláudio Carneiro Alves.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Saúde - SESMA:

Titular: Secretário Sérgio de Amorim Figueiredo.

V - Representante da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB:

Titular: Secretário João Claudio Klautau Guimarães.

VI - o Diretor Presidente da Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto de Belém - AMAE/BELÉM:

Titular: Antônio de Noronha Tavares;

VII - Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Seção Pará - ABES/PA.

Titular: David Franco Lopes.

VIII - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (anterior Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Pará):

Titular: José Waterloo Lopes Leal.

IX - Representante do Sindicato dos Urbanitários do Pará - STIUPA:

Titular: Ronaldo Romero Cardoso.

X - Representante de entidades representativas de associações de Moradores do Município de Belém, que estejam legalmente constituídas, Centro Comunitário Allan Kardec:

Titular: José Maria da Silva Pinheiro.

XI - Representante da Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA: Titular: José Conrado Azevedo Santos.

XII - Representante da Ordem dos Advogados seção Pará - OAB/PA:

Titular: Jarbas Vasconcelos.

XIII - Representante da Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA:

Titular: Noêmia Souza Jacob.

XIV - Representante da Central Única de Trabalhadores - CUT:

Titular: Martinho Afonso da Cruz Souza.

Art. 2º A presidência do Conselho superior de administração será exercida pelo Diretor Presidente da AMAE/BELÉM, nomeado por ato do Prefeito Municipal com mandato de

quatro anos nos termos que dispõem os artigos 15 e 16 desta Lei, e, na sua ausência, por um representante escolhido entre os conselheiros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antonio Lemos, 30 de dezembro de 2014.

Zenaldo Rodrigues Coutinho Junior

Prefeito Municipal de Belém

Fonte: Diário Oficial do Município de Belém.

ANEXO F: Quadro de analfabetismo em Belém

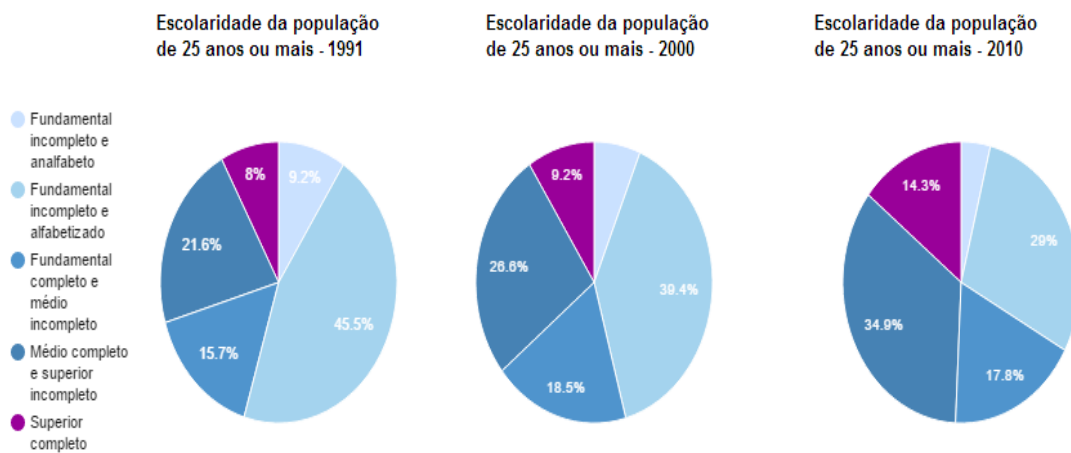


Figura 2- Quadro de analfabetismo em Belém

Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belem_pa>. Acesso em: 01/03/2016.